

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO
DE SISTEMAS PÚBLICOS**

SIMONE APARECIDA GOMES

**PERMANÊNCIA E EVASÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA
ANÁLISE DOS CURSOS SUBSEQUENTES DO IFSULDEMINAS
CAMPUS MUZAMBINHO**

SÃO CARLOS – SP

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO
DE SISTEMAS PÚBLICOS**

SIMONE APARECIDA GOMES

**PERMANÊNCIA E EVASÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA
ANÁLISE DOS CURSOS SUBSEQUENTES DO IFSULDEMINAS
CAMPUS MUZAMBINHO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização de Sistemas Públicos como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Organização de Sistemas Públicos.

Linha de pesquisa científico-tecnológica: Estado e Políticas Públicas

Orientação: Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho

SÃO CARLOS-SP

FICHA DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Simone Aparecida Gomes, realizada em 08/03/2018:

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho
UFSCar

Prof. Dr. Wagner de Souza Leite Molina
UFSCar

Prof. Dr. Marcelo Bregagnoli
IFSULDEMINAS

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais que me ensinaram que é somente através do trabalho e esforço que se atinge os objetivos e a todos os professores que fizeram parte da minha formação, desde a minha primeira professora até aos professores deste programa de pós-graduação.

AGRADECIMENTOS

Para realizar este sonho, muitas pessoas foram importantíssimas na condução deste trabalho. Em especial, agradeço:

Primeiramente a Deus, por ter me protegido nas longas viagens e me iluminado em todas as horas.

Ao professor Joelson Gonçalves de Carvalho pela orientação, incentivo, paciência, amizade e otimismo. Obrigada por fazer parte desse processo de aprendizagem.

À minha família pelo apoio, em especial aos meus pais José e Maria que não mediram esforços para me auxiliar e ao meu filho Pedro Henrique pelos momentos divertidos e carinhosos.

À família Camargo, que desde o início esteve de mãos postas e braços abertos pra receber a mim e ao meu filho.

A Carla Fernandes pelas dicas, orientações e troca de experiências nesta jornada e ao Antônio Marques pelas palavras de incentivo e aos socorros prestados nas horas mais necessárias.

A todos os amigos da turma, pela amizade e companheirismo e por todos os momentos de reflexão, discussão e diversão. Em especial a Gabriela Prado, a Fabiana e Rodolfo pelos trabalhos realizados em equipe.

À Diretoria de Educação a Distância e Coordenação de Educação a distância do Campus Muzambinho por fornecer os dados necessários à pesquisa.

Ao IFSULDEMINAS, pela oportunidade e apoio fundamentais à concretização deste trabalho.

Agir, eis a inteligência verdadeira. Serei o que quiser. Mas tenho que querer o que for. O êxito está em ter êxito e não em ter condições de êxito. Condições de palácio tem qualquer terra larga, mas onde estará o palácio se não o fizerem ali?

(Fernando Pessoa)

RESUMO

A criação dos Institutos Federais, a expansão de seus campi e o aumento da oferta de vagas de cursos a distância proporcionou a democratização do acesso ao ensino. No entanto, altos índices de evasão são observados por essas instituições, um problema que, em última instância, causa prejuízos socioeconômicos. Diante desta realidade, buscou-se investigar quais as taxas de evasão na instituição e identificar os fatores que contribuem para a permanência ou evasão dos estudantes de cursos técnicos subsequentes a distância, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Muzambinho. A amostra analisada compôs-se de alunos de cursos técnicos subsequentes ofertados na modalidade a distância no polo do município de Alfenas. Os resultados obtidos demonstram que os fatores que contribuem para a permanência são o apoio da família e o reconhecimento do profissional formado; já os fatores que contribuem para a evasão são a falta de aulas presenciais, a dificuldade de realizar estágio, a dificuldade de compreensão dos conteúdos e de conciliar o trabalho com os estudos.

Palavras-chave: educação à distância; permanência e êxito; cursos técnicos; educação profissional;

ABSTRACT

The creation of the Federal Institutes, expanding their campuses and the increase in the supply of vacancies of distance education has provided the democratization of access to education. However, high rates of evasion are observed by those institutions, a problem that causes economic losses. In the face of this reality, this study sought to investigate what are the rates of evasion in the institution and to identify the factors that contribute to the permanence and circumvention of technical courses students following the distance offered by the Federal Institute of Education, science and technology of southern Minas Gerais-campus Muzambinho. The sample analysed was subsequent courses offered students in the distance at the polo capital of Alfenas. The obtained results demonstrated that the factors that contribute to the permanence are the support of the family and the professional recognition and the factors that contribute to the avoidance are the lack of face-to-face lessons, the difficulty of performing stage, the difficulty to understand the contents and to reconcile work with their studies.

Keywords: distance education; permanence and success; technical courses; professional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição de unidades do IFSULDEMINAS.....	26
--	----

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: A história da educação profissional no Brasil	21
Quadro 2: Expansão do IFSULDEMINAS.....	26
Quadro 3: Cursos oferecidos pelo IFSULDEMINAS.....	30
Quadro 4: Cursos oferecidos pelo Campus Muzambinho	32
Quadro 5: História da EaD.....	39
Quadro 6: Experiências brasileiras em EaD.....	43
Tabela 1: Frequências e percentuais dos alunos evadidos e concluintes por turma dos cursos técnicos subsequentes a distância do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho ano de 2015.....	66
Tabela 2: Frequências e percentuais dos alunos evadidos e concluintes por turma dos cursos técnicos subsequentes a distância do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho ano de 2016.....	67
Tabela 3: Características sociais gerais segundo estudantes respondentes	68
Tabela 4: Características econômicas segundo estudantes respondentes.	70
Tabela 5: Nível de Escolaridade dos pais e mães segundo estudantes respondentes	70
Tabela 6: Histórico escolar dos estudantes, segundo estudantes respondentes.	71
Tabela 7: Atitude comportamental dos professores segundo estudantes respondentes.....	74

Tabela 8: Atitude comportamental dos tutores segundo estudantes respondentes	75
Tabela 9: Percepção dos alunos sobre a tecnologia segundo estudantes respondentes.....	76
Tabela 10: Percepção sobre participação nas atividades do curso segundo estudantes respondentes.....	77
Tabela 11: Pertencimento ao IFSULDEMINAS segundo estudantes respondentes	77
Tabela 12: Participação do aluno nas atividades informais do curso segundo estudantes respondentes.....	78
Tabela 13: Motivos que podem contribuir na decisão de permanecer ou evadir do curso segundo estudantes respondentes.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Razões para escolher o IFSULDEMINAS, segundo estudantes respondentes.....72

Gráfico 2: Razões para escolher um curso a distância, segundo os estudantes respondentes.....73

Gráfico 3: Razões para escolher um curso técnico, segundo os estudantes respondentes.....74

Gráfico 4: Fatores da permanência, segundo resposta dos estudantes respondentes80

Gráfico 5: Fatores da evasão, segundo resposta dos estudantes respondentes..83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Aprendizados Agrícolas
ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
CEFETS	Centros Federais de Educação Tecnológica
COAGRI	Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário
EAA Escolas de Aprendizizes Artífices	
EaD	Educação a Distância
EAF	Escolas Agrotécnicas Federais
e-TEC	Programa Escola Técnica Aberta do Brasil
ETF	Escolas Técnicas Federais
FEPLAM	Fundação Padre Landell de Moura
FIC	Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores
FIJ	Faculdades Integradas de Jacarepaguá
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IFTM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LES	Laboratório de Engenharia de Software
MBA	Master Business Administrator
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
PA	Patronatos Agrícolas
PAF MOBIL	Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização
PC	computador pessoal
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos

PROFUNCIONÁRIO Programa Indutor de Formação Profissional em Serviço
dos Funcionários da Educação Básica Pública

PROINFO Programa Nacional de Informática na Educação

PUC/RJ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RFEPT Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SACI Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares

SEED Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação

SISTEC Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e
Tecnológica

TVE Televisão Educativa

UAB Universidade Aberta do Brasil

UFOP Universidade Federal de Ouro Preto

UNIREDE Rede de Educação Superior a Distância

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	16
2. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS: UMA RECUPERAÇÃO HISTÓRICA	20
2.1. Gênese, concepção e lógica dos Institutos Federais no Brasil.....	20
2.2. IFSULDEMINAS: características gerais e especificidades locais.....	24
2.3. Muzambinho: recuperação histórica e implementação do IF.....	30
2.4 O Centro de Educação a Distância (CEAD).....	33
3 BASES CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	36
3.1 EAD: de um breve histórico ao conceito atual.....	36
3.2 A Educação a Distância no Brasil: história e institucionalidade.....	42
3.3 Tecnologias da Informação e da Comunicação em EAD.....	47
4 EVASÃO E PERMANÊNCIA EM CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES À DISTÂNCIA	52
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DE RESULTADOS	62
5.1 Considerações metodológicas iniciais.....	62
5.2 Universo da pesquisa, amostra e procedimentos metodológicos	64
5.3 Análise dos Resultados	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICE A: JUSTIFICATIVA DE AUSENCIA DE TLCE	97
APÊNDICE B: Email enviado aos alunos	98
APÊNDICE C: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS	99
APÊNDICE D: CURSOS OFERECIDOS PELO IFSULDEMINAS EM 2017	104
ANEXO 1: LEI N. 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008	108
ANEXO 2: UM CÓDIGO DE ETICA PARA A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	121

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a EaD se expandiu devido às mudanças econômicas que se refletiram na educação através da demanda elevada por trabalhadores capacitados para o mercado de trabalho. Belloni (1999) diz que a EaD aparece na sociedade contemporânea como uma modalidade de educação adequada e desejável para atender às demandas educacionais oriundas da nova ordem econômica mundial.

A regulamentação da EaD na legislação brasileira abriu caminhos para sua consolidação enquanto modalidade de ensino. Ganhou maior evidência com a criação do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e do Programa Rede e-Tec Brasil. A UAB é um sistema formado por um conjunto de universidades, cujo principal objetivo é a formação de professores da rede pública, levando o ensino superior a municípios onde a oferta não existe ou é insuficiente para atender à população (BRASIL, 2006). Já o Programa Rede e-Tec Brasil visa ofertar educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios (BRASIL, 2011). Neste contexto, com a criação dos Institutos Federais a EaD torna-se uma estratégia importante de crescimento e expansão do número de cursos e alunos por meio da oferta de cursos técnicos subsequentes fomentados pelo programa Rede e-Tec Brasil.

O IFSULDEMINAS – campus Muzambinho tem feito investimentos na área por meio da contratação de coordenadores, tutores, professores, técnicos, investimento em laboratórios e demais recursos necessários ao melhoramento contínuo da qualidade dos cursos oferecidos.

Os cursos técnicos subsequentes são oferecidos a ingressantes que concluíram o Ensino Médio ou equivalente e que não estejam matriculados em nenhum outro curso na instituição. Possuem duração de 4 (quatro) semestres e são ministrados nas cidades polos do sul de Minas Gerais de forma semipresencial, pois além das atividades virtuais, há encontros presenciais regulares. A inscrição no processo seletivo é gratuita e a seleção de vagas é realizada através de um sorteio com data e horário estipulados em edital. As atividades virtuais do curso são realizadas pela internet, através de acesso a um ambiente virtual de aprendizagem, cujo software utilizado é o Moodle. As atividades presenciais são aulas teóricas e/ou práticas ministradas pelo professor e com a presença do tutor

presencial. Além de todo o conteúdo disponibilizado online, o aluno recebe material impresso e apoio acadêmico do tutor presencial e de um tutor a distância.

Embora o número de cursos e o número de vagas tenham crescido no país, um dos gargalos da EaD é a evasão escolar. O Censo EaD. BR 2015¹ registrou que 40% das instituições que ofereceram cursos regulamentados totalmente a distância apresentaram uma taxa evasão entre 26% e 50%; 28% dos estabelecimentos apresentaram um percentual de desistência entre 11% e 25%; 16% delas, entre 6% e 10%; e 9%, entre 0% e 5%. Há, inclusive, 7% das instituições que ofereceram cursos da categoria citada que registraram uma taxa de evasão na faixa de 51% e 75%. (ABED, 2015).

Nesta perspectiva, surgem as seguintes questões: Quais as taxas de evasão no IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho e quais os fatores que contribuem para a permanência ou evasão dos estudantes de cursos técnicos subsequentes na modalidade a distância?

O estímulo para estudar a EaD surgiu das minhas experiências enquanto estudante dos cursos técnicos em Informática e Agroindústria pela então Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho, posteriormente aluna do curso de graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), ofertado pelo Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Especialização em Educação a Distância pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá (FIJ). Posteriormente tive a oportunidade de ser tutora presencial do curso Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos ofertado pela parceria entre o IFSULDEMINAS e o Instituto Federal do Paraná (IFPR); e tutora a distância do curso Técnico em Serviços Públicos ofertado pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). Sempre foi perceptível a quantidade de alunos que desistiam dos cursos, apesar do entusiasmo inicial e da necessidade de capacitação frente ao mercado de trabalho.

Refletir sobre a permanência e evasão e buscar conhecer os fatores que as promovem faz-se necessário, considerando que a evasão atinge a praticamente todas as instituições de ensino e afeta não somente o âmbito educacional, mas a sociedade como um todo. Portanto, mais do que um problema do aluno que deixa a escola, a evasão é uma questão multifacetada e multideterminada, cabendo às instituições não somente ofertar ao cidadão o acesso à educação, mas proporcionar condições favoráveis para sua

¹Relatório da Associação Brasileira de Educação à Distância sobre a aprendizagem à distância no Brasil. Publicação anual que investiga o setor de EaD no Brasil.

permanência e êxito e prontificando-se a detectar as possíveis causas de eventuais evasões, adiantando-se por evitá-las dentro de suas possibilidades.

A despeito da relevância social do tema, a produção científica sobre permanência e evasão em cursos a distância ainda é pouco numerosa, tanto na literatura nacional como estrangeira. Os estudos encontrados tratam em sua maioria de pesquisas em ensino superior e ensino fundamental. Estudar a permanência e a evasão em cursos técnicos profissionais subsequentes a distância torna-se imprescindível, pois busca contribuições e ou soluções (inerentes à evasão) para o IFSULDEMINAS, assim como para outras instituições que ofertem este nível e modalidade de ensino no país.

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo investigar quais os fatores que contribuem para a permanência ou evasão de estudantes de cursos à distância de ensino técnico profissional oferecidos pelo IFSULDEMINAS, Campus Muzambinho e em linhas mais específicas fazer um levantamento bibliográfico sobre permanência e evasão na EaD; diagnosticar o percentual de evasão na instituição; elencar as principais causas da evasão e pontuar, na contramão da evasão, os fatores que contribuem para a permanência de estudantes na modalidade técnica profissional e a distância. Trata-se de pesquisa que busca descrever o fenômeno da evasão, identificando e estabelecendo relações entre variáveis que influenciem para que ela ocorra (GIL, 1999). Utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica, baseando-se em livros e trabalhos científicos (artigos, teses e dissertações). Há um levantamento de dados por meio de pesquisa documental no Sistema Nacional de Informações da Educação profissional e Tecnológica (SISTEC), com o intuito de levantar informações sobre as taxas de evasão. Posteriormente solicitou-se informações diretamente de um grupo significativo de estudantes acerca do problema da evasão para, em seguida, mediante análise quantitativa e qualitativa, fazer a análise dos dados coletados.

Buscando a melhor maneira de apresentar o desenvolvimento desta pesquisa, a dissertação foi estruturada da seguinte maneira: no Capítulo 1, a introdução e a apresentação do tema do trabalho; no Capítulo 2 uma explanação conceitual abordando os principais fatos históricos da Educação profissional no Brasil, apresentação do IFSULDEMINAS com suas características gerais, suas especificidades locais, seu papel enquanto política pública voltada para o desenvolvimento regional e destaque ao Campus Muzambinho, foco da pesquisa; no Capítulo 3, aspectos conceituais da educação a distância, sua trajetória histórica no Brasil e no mundo e seus limites e possibilidades diante da tecnologia da informação e da comunicação; no Capítulo 4 há uma revisão

bibliográfica em fontes nacionais e algumas indicações internacionais sobre permanência e evasão e suas causas; no Capítulo 5 aspectos metodológicos da pesquisa e apresentação dos resultados obtidos. Encerrou-se o trabalho com algumas considerações, bem como com o apontamento de algumas limitações do estudo e recomendações de trabalhos futuros.

2. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS: UMA RECUPERAÇÃO HISTÓRICA

Nesse capítulo, primeiramente são abordados os principais momentos da Educação profissional no Brasil que conduziram à construção do IFSULDEMINAS a fim de compreender a concepção lógica dos Institutos Federais, tomando-se como referência autores como Manfredi (2002), Saviani (2007), Silva e Terra (2013) e Ortigara (2014), além dos principais documentos legais que tratam dessa modalidade, com principal atenção para as leis que regem o tema.

Desta forma, no segundo momento, apresenta-se uma das unidades dos Institutos Federais: o IFSULDEMINAS, suas características gerais e especificidades locais. Por fim, no terceiro tópico o foco recai, propriamente, sobre o Campus de Muzambinho, buscando dar destaque ao seu contexto regional e ao Centro de Educação a Distância.

2.1. Gênese, concepção e lógica dos Institutos Federais no Brasil

A história da educação profissional no Brasil aponta sua gênese para o ano de 1906, ano em que o governador do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, criou quatro escolas profissionais através do Decreto nº. 787, de 11 de setembro de 1906. Na sequência, em 1909, Nilo Peçanha, assume a presidência do Brasil e por meio do Decreto nº. 7.566, criou 19 (dezenove) Escolas de Aprendizes Artífices (EAA) com a finalidade de ofertar ensino gratuito e preparar mão de obra para atender às novas demandas decorrentes do novo modelo de desenvolvimento. (ORTIGARA, 2014). Estas escolas deram início à rede federal, que culminou nas escolas técnicas e, posteriormente, nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET'S). (MANFREDI, 2002).

Nestes pouco mais de cem anos, o desenvolvimento da educação profissional no Brasil foi delineado por vários outros momentos importantes, conforme ilustra o quadro a seguir:

Quadro 1: A história da educação profissional no Brasil

1927	O Congresso Nacional sanciona o Projeto de Fidéris Reis, que prevê o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país.
1930	É criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública, que passa a supervisionar as Escolas de Aprendizes e Artífices, através da Inspetoria de Ensino.
1937	O ensino técnico profissional e industrial é tratado pela primeira vez na Constituição Federal. É assinada a Lei Nº.378, que transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional em todos os ramos e graus.
1941	Vigora uma série de leis conhecidas como a “Reforma Capanema”, que remodela todo o ensino no país, cujos pontos principais indicam que o ensino profissional passa a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passa a depender de exames de admissão; os cursos são divididos em dois níveis: o primeiro, curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria e o segundo, curso técnico industrial.
1942	O Decreto Nº. 4.127, de 25 de fevereiro, transforma os Liceus Industriais em Escolas Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao secundário.
1959	As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, com autonomia didática e de gestão.
1961	O ensino Profissional é equiparado ao ensino acadêmico com a promulgação da Lei Nº. 4.024 que fixa as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN. O período é marcado por profundas mudanças na política educacional.
1967	Decreto Nº. 60.731 transfere as Fazendas Modelos do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, quando passam a funcionar como Escolas Agrícolas.
1971	A LDBN torna todo currículo do segundo grau compulsoriamente. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência.
1978	A Lei Nº. 6.545 transforma três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica.
1980-1990	A globalização, nova configuração da economia mundial, também atinge o Brasil. O cenário é de profundas e polêmicas mudanças: a intensificação da aplicação da tecnologia se associa a uma nova configuração dos processos de produção.
1994	A Lei Nº. 8.948, de 8 de dezembro institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as ETFs e as EAFs em CEFETs; a expansão da oferta de educação profissional somente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. Essa medida anuncia a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (MEC, 2010). A mesma possibilidade ficou prevista, porém de modo gradativo, para as Escolas Agrotécnicas Federais (ORTIGARA, 2014).
1996	A LDBN dispõe sobre educação profissional num capítulo próprio.
1997	O Decreto Nº. 2.208 regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP. A Reforma da Educação Profissional em 1996, aprovada pelo Decreto Nº. 2.208 foi implantada dentro do ideário de Estado Mínimo, com fortes reflexos nas escolas federais de educação profissional do país. As mudanças estabelecidas pela nova legislação foram profundas e cortaram pela raiz o movimento de redirecionamento desenhado pelas instituições federais. (MEC, 2010). Machado (2007) diz que o governo Cardoso impôs sobre toda a sociedade a separação total entre educação geral e formação profissional, para atender a uma concepção de relação entre educação e sociedade defendida pela ótica do capital.
2003	Com a eleição do governo Lula, algumas novas medidas foram tomadas na educação profissional. O presidente assumiu o cargo em um contexto socioeconômico globalizado financeiramente e havia a prática da ideologia neoliberal, as quais conformavam as políticas públicas nacionais, restringiam a ação do Estado e valorizavam o setor privado na oferta de serviços para a população. (ORTIGARA, 2014, p.103).
2004	Uma das primeiras medidas tomadas pelo governo Lula foi a substituição do Decreto Nº. 2.208/97 pelo Decreto Nº. 5.154/04 que estabeleceu a possibilidade de articulação entre educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio nas formas de integrado, concomitante e subsequente.
2005	Institui-se, pela Lei Nº. 11.195, que a expansão da oferta da educação profissional preferencialmente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais; é lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal, com a construção de 60 novas unidades de ensino pelo Governo Federal. O CEFET Paraná passa a ser Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Para o ano seguinte, o Decreto Nº. 5.478/2005 criou o Programa de Integração da Educação profissional com a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) com a previsão de que as instituições federais disponibilizassem no mínimo 10% do total das vagas de ingresso da instituição ao PROEJA, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007.
2006	O Decreto Nº. 5.773 trata do exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. É instituído, no

	âmbito federal, o PROEJA. É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.
2007	Foi lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal. Em abril de 2007, o governo federal lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). No que se refere à educação profissional, o plano em síntese contemplava a reorganização das instituições da rede federal para a Educação profissional através do modelo proposto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, autorização de novos concursos públicos e a ação "cidades polos", que propunha a criação de uma unidade da rede federal em cada cidade considerada polo do País. (SAVIANI, 2007) O Decreto Nº 6.095 de 24 de abril de 2007 prevê a agregação voluntária e tecnológica de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas Federais (ETF), Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais localizados em um mesmo Estado. Além disso, delinea qual será o modelo jurídico e organizacional dos Institutos Federais.
2008	Criação dos Institutos Federais pela Lei Nº 11.892

Fonte: MEC,2016

O IFSULDEMINAS nasce como resultado de vários momentos consideráveis citados no quadro anterior. Em 1918, abrolha sua unidade pilar. Através do Decreto Nº 12.893 criou-se no município de Inconfidentes-MG, o Patronato Agrícola Visconde de Mauá, vinculado ao então Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Segundo o referido Decreto, os Patronatos Agrícolas eram exclusivamente destinados às classes pobres, e visava à educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos e daqueles que, por insuficiência da capacidade de educação na família, eram postos à disposição do Ministério. Constituíam-se em institutos de assistência, proteção e tutela moral dos menores compreendidos, recorrendo para esse efeito ao trabalho agrícola, sem outro intuito que não o de utilizar sua ação educativa e regeneradora, com o fim de dirigi-los e orientá-los, até incorporá-los no meio rural. (BRASIL, 1918).

Denota-se assim que a unidade mais antiga do IFSULDEMINAS tinha um prestígio inferior, pois contra os Patronatos Agrícolas pesava a observação de que enfatizavam muito mais o aspecto corretivo, regenerador, do que o caráter técnico científico voltado para a modernização agropecuária. (NERY, 2010 apud ORTIGARA, 2014). Esta condição apenas se modificou quando a instituição foi elevada a Aprendizado Agrícola em 1934.

Em 1946, devido à regulamentação da modalidade do ensino agrícola no país, através dos Decretos Nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 e Nº 22.470, de 20 de janeiro de 1947, foram criados três tipos de ensino agrícola: Escolas de Iniciação Agrícola, Escolas Agrícolas e Escolas Agrotécnicas. Desta maneira, em 1950 o Decreto Nº 27.745 transforma a Escola de Iniciação Agrícola de Visconde de Mauá em Escola Agrícola e nos anos seguintes foram criadas a Escola Agrotécnica de Muzambinho (1953) e a Escola de Iniciação Agrícola de Machado (1957).

Anos depois, em 1964, o Decreto Nº 53.550 seu artigo 1º altera novamente a nomenclatura destas escolas transformando-as em Ginásios e Colégios Agrícolas. Assim, a Escola Agrícola Visconde de Mauá e a Escola de Iniciação Agrícola de Machado

passam a denominar-se Ginásios Agrícolas e a Escola Agrotécnica de Muzambinho, Colégio Agrícola.

Em 1979, novamente os estabelecimentos de ensino subordinados à Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (COAGRI), órgão vinculado à Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura, mudam sua denominação e adquirem a denominação uniforme de Escola Agrotécnica Federal, seguida do nome da cidade em que se localiza o estabelecimento. (BRASIL, 1979). Neste momento tornam-se Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes, de Machado e de Muzambinho.

O Decreto Nº 6.095 de 24 de abril de 2007 prevê a agregação voluntária e tecnológica de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas Federais (ETFs), Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, localizados(as) em um mesmo Estado. Além disso, delineia qual será o modelo jurídico e organizacional dos futuros Institutos Federais.

A Lei Nº 11.892 de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT) formada pelo reordenamento e transformação dos 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), das 75 Unidades Descentralizadas de Ensino – UNEDs, das 39 Escolas Agrotécnicas, das 7 Escolas Técnicas Federais e de 8 escolas vinculadas a Universidades em autarquias de regime especial, denominando-os(as) a partir de então Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e que também passaram a contar com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Segundo ORTIGARA (2014) este processo foi contraditório à corrente de pensamento já estabelecida, em que o caminho a ser traçado pelas escolas técnicas seria o de transformar-se em universidades tecnológicas.

Na visão do MEC, a Educação Profissional e Tecnológica, naquele momento, assumia valor estratégico para o desenvolvimento nacional resultante das transformações ao longo das últimas décadas na Rede Federal, cuja visibilidade social apenas recentemente começara a tomar forma com a criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com os esforços para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em andamento, e com a intensificação e diversificação das atividades de ensino, visando a atender os mais diferenciados públicos nas modalidades: presencial, semipresencial e a distância. (MEC, 2009).

A importância da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – EPT é justificada pelos documentos oficiais, pois no artigo 6º Da Lei Nº

11.892 de 2008 são elencados os principais objetivos dos Institutos Federais, tais como: promover a formação de profissionais qualificados, fomentar o desenvolvimento regional, estimulando a permanência de profissionais qualificados no interior do Brasil; expandir, ampliar e interiorizar a rede de Institutos Federais, democratizando e ampliando o acesso de vagas na EPT; potencializar a função social e o engajamento dos Institutos Federais como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais e territoriais. (SILVA; TERRA, 2013).

Desta maneira, as Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho se agregam para formar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, com sua Reitoria situada em Pouso Alegre.

2.2. IFSULDEMINAS: características gerais e especificidades locais

O território de abrangência das ações de um Instituto Federal é, em resumo, a mesorregião onde se localiza, mas pode ir além dela quando se concebe sua atuação em rede. (PACHECO, 2010).

A mesorregião do Sul de Minas caracteriza-se por um poder econômico acentuado, apresentando o 2º maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Minas Gerais. Sua economia é composta pelo setor de serviços (59,3%), seguido pela indústria (26,1%) e, por fim, pela agricultura (14,5%). O valor adicionado da agropecuária, em 2010, foi de R\$ 6,7 bilhões, sendo que a microrregião de Varginha foi a que mais contribuiu para a produção da região (15,2%), seguida pelas microrregiões de São Sebastião do Paraíso (13,3%) e Alfenas (10,8%). Além disso, apresenta também outros indicadores com resultados positivos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), utilizado para identificar regiões mais e menos desenvolvidas. Na região do Sul de Minas, os municípios apresentaram em 2010, nível médio e alto de desenvolvimento humano. (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2014).

A região apresentou em 2010, um IDH de educação baixo e médio em seus municípios. Possui 55 instituições de ensino superior, das quais 43 (78%) são privadas sem fins lucrativos, 8 (14,5%) são privadas com fins lucrativos e 4 (7,5%) são públicas federais. Em relação às categorias acadêmicas, são 44 Faculdades, 06 Universidades, um 01 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e 04 Centros Universitários. Sua população apresenta uma escolaridade média de 7,07 anos de estudos completados e uma taxa de alfabetização com valores predominantes acima de 88%, sendo a maior

taxa verificada nas microrregiões de Lavras e Poços de Caldas (93,4%) e a menor, na microrregião de Andrelândia (88,4%). (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2014).

Para promover o constante desenvolvimento, a região carece de profissionais criativos, com visões críticas e socialmente responsáveis, que sejam capazes de atuar em conjunto com diversas áreas, contribuindo para o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias. (IFSULDEMINAS, 2009). Visando atender esta demanda, O IFSULDEMINAS foi instituído em 2008 pela Lei Nº. 11.892/2008. Nesse sentido, Pacheco (2010) salienta que:

A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações dos Institutos Federais afirmam, na missão dessas instituições, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. Na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento regional, os cursos nas novas unidades deverão ser definidos por meio de audiências públicas e da escuta às representações da sociedade. (PACHECO, 2010, p.1).

Conforme mencionado anteriormente, o IFSULDEMINAS originou-se através da integração de três Escolas Agrotécnicas Federais situadas nos municípios de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, com sua Reitoria situada em Pouso Alegre. Essas três unidades tornaram-se campi, formando uma só instituição e assumindo um novo compromisso: o desenvolvimento regional por meio da excelência na educação profissional e tecnológica. (IFSULDEMINAS, 2017).

Em 2009, o IFSULDEMINAS expandiu-se com a criação de mais três campi avançados, nas cidades de Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, que vieram a se tornar *campus* Passos, *campus* Poços de Caldas e *campus* Pouso Alegre nos anos seguintes. Em 2013, foram criados os campi avançados de Carmo de Minas e de Três Corações. Ambos os campi avançados derivaram de polos de rede estabelecidos na região do circuito das águas mineiro, região esta protocolada no Ministério da Educação em 2011, enquanto prioritária em termos de expansão. O quadro a seguir auxilia a análise dessa expansão do IFSULDEMINAS.

Quadro 2: Expansão do IFSULDEMINAS

Período de Criação	Campus
Até 2008	Inconfidentes, Machado e Muzambinho
De 2009 a 2013	Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre
De 2013 a 2014	Carmo de Minas e Três Corações

Fonte: Elaborado pela autora

As unidades do IFSULDEMINAS estão distribuídas no Sul/Sudoeste de Minas Gerais fazendo referência à cidade na qual se encontram (IFSULDEMINAS, 2014). A figura a seguir ilustra essa distribuição.

Figura 1– Distribuição de unidades do IFSULDEMINAS

Fonte: Revista de Extensão IFSULDEMINAS, 2014.

Nos documentos oficiais, a instituição é apresentada como uma organização da administração pública indireta federal que presta serviços educacionais no Sul de Minas Gerais com a expectativa de que estes fortaleçam o arranjo produtivo, social e cultural regional. (IFSULDEMINAS, 2014).

É uma instituição vinculada ao MEC, possui natureza jurídica de autarquia e autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Caracteriza-se enquanto uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica, e se equiparam às Universidades Federais (IFSULDEMINAS, 2009b).

Segundo seu PDI 2014-2018 a atuação do IFSULDEMINAS norteia-se pelo compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais; inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas e oferta de um ensino público e gratuito. (IFSULDEMINAS, 2014). No artigo 6º da sua Lei de criação, as suas finalidades e características descritas são ambiciosas e abrangentes. O artigo traz como objetivos:

- I – ofertar Educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II – desenvolver a Educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III – promover a integração e a verticalização da educação básica à Educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (BRASIL, 2008).

Uma peculiaridade é que na lei de criação seu capítulo II, seção III, artigos 7º e 8º determinam que a instituição deva assegurar o mínimo de 50% de suas vagas para “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”; o mínimo de 20% para “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, restando assim 30% para as demais atividades tais como: Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (FIC), bacharelados, engenharias e pós-graduações”. (BRASIL, 2008).

Em sua institucionalidade busca pela formação cidadã de seus alunos, visto que no seu Plano de Desenvolvimento Institucional apresenta como missão: “promover a excelência na oferta da Educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais”. (IFSULDEMINAS, 2014). Além disso, demonstra preocupação em integrar a pesquisa e a extensão ao ensino técnico e superior, através de programas de iniciação científica, congressos acadêmicos, olimpíadas estudantis, capacitação de trabalhadores e integração dos projetos pedagógicos com o arranjo produtivo local. (IFSULDEMINAS, 2015).

A instituição oferece um quantitativo de vagas expressivo. Dados do Relatório de Gestão de 2016 mostram que o IFSULDEMINAS oferece 6.696 vagas em cursos presenciais, além de cerca de 5 mil (5.020) matrículas realizadas no curso de Inglês Sem Fronteiras. (IFSULDEMINAS, 2017). O número total de matrículas chegou a 18.345 em 2015 e a 19.279 em 2016. A elevação do número de ingressantes e de matrículas atendidas no ano de 2016 em relação ao ano de 2015 é justificada no relatório de gestão pelo tempo de integralização das turmas iniciadas em anos anteriores e pela abertura de novos cursos, as quais possibilitaram a oferta de 16 novos cursos no ano de 2015 e de 13 novos cursos presenciais e a distância no ano de 2016. (IFSULDEMINAS, 2017).

Seus campi também possuem polos de rede em cidades circunvizinhas, que oferecem cursos nas modalidades presenciais e a distância com o intuito de sanar as necessidades de cada localidade nas mais diversas áreas. A oferta de cursos no decorrer da sua trajetória foi fomentada por vários programas: o Programa de Integração da Educação profissional com a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), que possibilita ao aluno a oportunidade de realizar um curso profissionalizante junto ao Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos; o Programa Indutor de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica Pública (PROFUNCIONÁRIO), cujo projeto visa a formação dos funcionários da escola em efetivo exercício; o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com a finalidade de ampliar a oferta de Educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica (BRASIL, 2011). Em 2012 começou com a oferta de cursos FIC, depois cursos técnicos presenciais e atualmente além dos cursos FIC também oferece cursos técnicos subsequentes a distância. Atualmente também são desenvolvidas ações do MEDIO TEC, uma extensão do Programa PRONATEC, que tem como objetivo a

oferta de formação técnica e profissional em tempo integral para estudantes do ensino médio em parceria com a Rede Federal de Educação profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e as Redes Públicas Estaduais e Distritais de Educação (RPEDE), além das instituições privadas de ensino técnico de nível médio.

De acordo com a LDB, a educação profissional tecnológica abrange os cursos de educação profissional técnica de nível médio nas seguintes formas: integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer na mesma instituição de ensino ou em instituições de ensino distintas; subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio; educação de jovens e adultos, cursos destinados àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. Além disso, pode oferecer também cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e cursos tecnológicos de graduação e pós-graduação. (BRASIL, 1996).

Os cursos técnicos de nível médio oferecidos a distância são fomentados pelo Programa Bolsa-Formação, regulamentado pela Portaria Nº 817, de 13 de agosto de 2015. Para a elaboração dos projetos de cursos, as instituições ofertantes devem observar os arranjos produtivos locais, ofertas de cursos gratuitos existentes na região, demanda social e da economia regional, assim como obras estruturadoras e novos empreendimentos na região. No período pesquisado o IFSULDEMINAS ofertou cerca de 20 cursos técnicos subsequentes a distância, objeto desta pesquisa. O quadro 3 ilustra melhor essa caracterização:

Quadro 3: Cursos técnicos oferecidos pelo IFSULDEMINAS em 2017

Curso	Campus	Programa
Técnico em Administração	Inconfidentes	Rede E-tec
Técnico em Informática	Inconfidentes, Muzambinho	Rede E-tec
Técnico em Redes de Computadores	Machado	Rede E-tec
Técnico em Segurança do Trabalho	Machado	Rede E-tec
Técnico em Vendas	Machado	Rede E-tec
Técnico em Alimentos	Muzambinho	Rede E-tec
Técnico em Análises Clínicas	Muzambinho	Rede E-tec
Técnico em Cafeicultura	Muzambinho	Rede E-tec
Especialização Técnica em Enfermagem do Trabalho	Muzambinho	Rede E-tec
Técnico em Logística	Muzambinho	Rede E-tec
Técnico em Meio Ambiente	Muzambinho	Rede E-tec
Técnico em Vigilância em Saúde	Muzambinho	Rede E-tec
Técnico em Mídias Didáticas	Passos	Pro-Funcionário
Técnico em Serviços Públicos	Passos	Rede E-tec
Secretaria Escolar	Passos	Pro-Funcionário
Técnico em Segurança do Trabalho	Machado	Rede E-tec
Técnico em Geoprocessamento	Machado	Rede E-tec

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do site institucional

A educação profissional foi utilizada, ao longo da sua história, como ferramenta de manipulação voltada ao atendimento das necessidades do mercado. O projeto do Instituto Federal apresenta-se como uma tentativa de redirecionar esta visão na medida em que busca formar trabalhadores para a produção local, promover o desenvolvimento regional através da democratização e interiorização do acesso ao ensino e à formação cidadã. Na prática, ainda há um longo caminho a seguir, pois a instituição ainda não é conhecida e reconhecida pelas classes sociais menos favorecidas e a capacitação do profissional ainda é basicamente técnica.

2.3. Muzambinho: recuperação histórica e implementação do IF

O município de Muzambinho fica a 421 km da capital mineira, com acesso principal pelas rodovias BR381, que liga Belo Horizonte a São Paulo, em conjunto com as BR491 e BR369, e pela BR146, que liga as regiões mineiras do Alto Paranaíba, Triângulo Mineiro e Sul de Minas com o Estado de São Paulo. A cidade pertence à microrregião de São Sebastião do Paraíso, tendo como municípios limítrofes Juruáia, Monte Belo, Caconde, Tapiratiba e Guaxupé.

Sua economia baseia-se, principalmente, no setor de serviços, depois no setor de agropecuária e, por último, no setor de indústria. Em 2010 possuía uma população de

20.432 habitantes, com rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio – Urbana de R\$ 2.374,21 e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,740. (IBGE, 2010).

A origem do campus reside nas Escolas Agrotécnicas, num momento que houve a regulamentação da modalidade do ensino agrícola no país em 1946, em que foram criados três tipos de instituição de ensino agrícola: Escolas de Iniciação Agrícola, Escolas Agrícolas e Escolas Agrotécnicas. Sua primeira nomenclatura foi Escola Agrotécnica de Muzambinho, inaugurada pelo então presidente Getúlio Vargas em 23 de novembro de 1953.

Em sua trajetória, teve diversas denominações. Em 1964, passou a ser denominada Colégio Agrícola de Muzambinho, através do Decreto Nº 53.558. Em 1979 pelo Decreto Nº 83.935 tornou-se Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho-MG e através da Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 transformou-se em um dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

Atualmente oferta cursos nas seguintes formas: cursos técnicos de nível médio, especializações técnicas, cursos superiores de bacharelado, licenciaturas e tecnologia e pós-graduação *Latu Sensu* agregados à pesquisa e extensão. Veja no quadro 4 a relação de cursos oferecidos no ano de 2017.

Quadro 4: Cursos oferecidos no ano de 2017

Curso	Modalidade	Forma/Programa
Técnico em Alimentos	A distância	Subsequente
Técnico em Análises Clínicas	A distância	Subsequente
Técnico em Cafeicultura	A distância	Subsequente
Técnico em Informática	A distância	Subsequente
Técnico em Logística	A distância	Subsequente
Técnico em Meio Ambiente	A distância	Subsequente
Técnico em Vigilância em Saúde	A distância	Subsequente
Especialização Técnica em Enfermagem do Trabalho	A distância	Subsequente
Técnico em Secretaria Escolar	A distância	Subsequente
Técnico em Alimentação Escolar	A distância	Subsequente
Técnico em Agropecuária	Presencial	Integrado
Técnico em Alimentos	Presencial	Integrado
Técnico em Informática	Presencial	Integrado
Técnico em Administração	Presencial	Subsequente
Técnico em Agropecuária	Presencial	Subsequente
Técnico em Contabilidade	Presencial	Subsequente
Técnico em Enfermagem	Presencial	Subsequente
Técnico em Informática	Presencial	Subsequente
Técnico em Segurança do Trabalho	Presencial	Subsequente
Técnico em Meio Ambiente	Presencial	Subsequente
Enfermagem em Serviços de Urgência e Emergência	Presencial	Especialização Técnica
Técnico em Secretariado	Presencial	Concomitante/Medio-Tec
Técnico em Edificações	Presencial	Concomitante/ Medio-Tec
Técnico em Confeitaria	Presencial	Concomitante/ Medio-Tec
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	Presencial	Concomitante/ Medio-Tec
Técnico em Meio Ambiente	Presencial	Concomitante/ Medio-Tec
Técnico em Segurança do Trabalho	Presencial	Concomitante/Medio-Tec
Técnico em Alimentos	Presencial	PROEJA
Técnico em Edificações	Presencial	PROEJA
Bacharelado em Engenharia Agrônoma ou Agronomia	Presencial	Superior
Bacharelado em Ciência da Computação	Presencial	Superior
Bacharelado em Educação Física	Presencial	Superior
Bacharelado em Medicina Veterinária	Presencial	Superior
Licenciatura em Ciências Biológicas	Presencial	Superior
Programa Especial de Formação Pedagógica Docente (Licenciatura)	Presencial	Superior

Licenciatura em Educação Física	Presencial	Superior
Licenciatura em Pedagogia	A distância	Superior
Tecnologia em Cafeicultura	Presencial	Superior
Cafeicultura	Presencial	Pós- Graduação Lato Sensu
Gestão Pública	Presencial	Pós- Graduação Lato Sensu
Educação Infantil	Presencial	Pós- Graduação Lato Sensu
Alfabetização e Letramento	Presencial	Pós- Graduação Lato Sensu
Gestão Escolar	Presencial	Pós- Graduação Lato Sensu

Fonte: Elaboração da autora segundo dados do site institucional

O campus possuía em 2016, de acordo com o Relatório de Gestão, 118 docentes efetivos e 104 técnicos administrativos. Segundo o PDI (2014-2018), o campus busca por uma metodologia diferenciada, regendo-se pelos seguintes princípios:

Integração entre ensino, pesquisa e extensão; diversidade de métodos de avaliação; Iniciação científica e cultural; flexibilidade de métodos de ensino-aprendizagem; nivelamento educacional e outros suportes à igualdade de aproveitamento do ensino e à permanência do estudante do início ao fim dos cursos; gestão escolar democrática e descentralizada; uso de novas tecnologias da informação e da comunicação no processo de ensino-aprendizagem de cursos presenciais, a distância ou mistos; estímulo à inovação, ao empreendedorismo e à sustentabilidade ambiental; Integração de docentes, técnicos administrativos e estudantes no processo de ensino-aprendizagem; Igualdade de acesso aos programas institucionais de ensino, pesquisa e extensão e reconhecimento e certificação de competências profissionais adquiridas fora da escola (IFSULDEMINAS, 2014, p. 29).

Conforme é previsto no artigo 6º da Lei N^o 8.192, uma de suas finalidades é promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. (BRASIL, 2008). Por isto oferta cursos de nível técnico ao superior nas modalidades presencial e a distância, pertencentes aos eixos tecnológicos de Engenharias e Computação, Ciências Biológicas, Ciências Agrônomicas e Veterinárias e Ciências Humanas. Além disso, o campus possui uma rede de 29 polos, onde são geridos os cursos técnicos subsequentes a distância.

Segundo consta em seu PDI, as ações do campus objetivam a transmissão e a transformação do saber para atender a geração de uma investigação criativa e formação de profissionais necessários à comunidade, procurando atender as demandas locais de capacitação, de acordo com seus arranjos produtivos.

2.4 O Centro de Educação à Distância(CEAD).

O Centro de Educação a Distância desenvolve um papel crucial na consolidação do campus enquanto promotor da oferta dos cursos técnicos nesta modalidade. A oferta dos cursos na Rede e-Tec Brasil estão alinhadas às políticas públicas de educação profissional do Ministério da Educação e à missão do IFSULDEMINAS, na medida em que proporciona a qualificação e inclusão dos jovens brasileiros e brasileiras no mundo do trabalho, fortalecendo as possibilidades de permanência e continuidade nos estudos (BRASIL, 2016). É um setor vinculado à Coordenação Geral de Ensino responsável pela oferta, execução e coordenação dos cursos a distância. A oferta de cursos a distância iniciou-se em 2007, se ampliou em 2010 através do convênio com IFPR e atualmente é fomentado pelo Programa Bolsa-Formação, regulamentado pela Portaria Nº. 817, de 13 de agosto de 2015. Possui uma infraestrutura física completa com todos os recursos necessários ao desenvolvimento dos cursos: sala de coordenadores de curso, sala de coordenadores de tutoria, sala de armazenamento e distribuição de material didático, sala de apoio didático-pedagógico, sala de apoio aos professores na postagem do material instrucional, sala de elaboração de material didático, estúdio para gravação e transmissão de aulas, banheiros, biblioteca, laboratório de informática, salas de aula e reunião. (IFSULDEMINAS, 2016b). Sua estrutura administrativa é composta pela coordenação de EaD, coordenador de cursos, coordenador de tutoria, coordenador de polo e demais profissionais envolvidos: professores, tutores a distância, tutores presenciais, e técnicos audiovisuais.

Os profissionais interessados na área são selecionados por meio de edital de seleção simplificado e a sua remuneração para atuar nos cursos são na forma de concessão de bolsas em conformidade à Lei Nº. 12.513 de 26 de outubro de 2011.

A seleção dos estudantes é precedida da publicação de edital público de seleção, cujas inscrições são realizadas via Internet, no endereço eletrônico do campus, sendo o sorteio das vagas realizado presencialmente.

Os cursos são ministrados via internet pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem *Moodle* e os encontros presenciais são obrigatórios para fins de avaliação e realização de aulas práticas, devendo ser previsto o mínimo de 20% da carga horária total para tais atividades. As avaliações são compostas obrigatoriamente de atividades online no AVA; autoavaliação individual e institucional; avaliações presenciais obrigatórias e memoriais descritivos de atividades teóricas e práticas, sob a coordenação do docente do

componente curricular e do coordenador de curso. A equipe pedagógica é composta por um tutor presencial, um tutor a distância, professores e coordenador do curso. O número de alunos é distribuído na média de 60 alunos para cada tutor.

Analisando o formato dos cursos, sua equipe pedagógica e o processo de ensino aprendizagem, cabe refletir em que medida estes recursos favorecem a permanência e/ou a evasão dos alunos nestes cursos.

A oferta de cursos a distância é uma das estratégias utilizadas pela organização na busca por cumprir sua missão de promover a excelência na oferta de educação profissional e tecnológica, visto que a EaD é massiva e permite o maior acesso à educação, promovendo assim a inclusão social e no mercado de trabalho. A fim de compreender esta modalidade de ensino, explorou-se suas características, perspectivas e particularidades, o que será apresentado no próximo capítulo

3 BASES CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A educação é uma área da vida social que permite ao ser humano desenvolver-se, adquirir e aprimorar conhecimentos, capacitar-se e tornar-se um ser mais consciente de si mesmo, do seu papel enquanto cidadão e ampliar sua visão sobre o mundo que o cerca.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no país, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, no qual sendo um dever da família e do Estado, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL,1998).

O papel da educação é oferecer aos estudantes os instrumentos necessários para mudar sua prática social e possibilitar o acesso à emancipação. (PIMENTEL, 1995).

Neste processo, a educação profissional tem por objetivos qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho. E a educação a distância por ser uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação e veiculados pelos diversos meios de comunicação se insere neste objetivo como instrumento de educação de uma forma massiva (BRASIL,1998).

Alves (1994) entende a educação a distância como uma estratégia desenvolvida por sistemas educativos, para oferecer educação a setores ou grupos da população que, por razões diversas, têm dificuldade de acesso a serviços educativos regulares. Entre essas razões, destacam-se situações geográficas ou sociais, falta de oferta de determinados níveis ou cursos, na região onde residem ou, ainda, as condições familiares, profissionais ou econômicas que, de um modo ou de outro, impedem o acesso ou a continuidade no processo educativo.

Aretio (1994) afirma que a educação a distância tornou-se um campo de interesse devido a alguns fatores que propiciaram o nascimento e posterior desenvolvimento da educação dessa modalidade de ensino sob as seguintes perspectivas:

a) perspectiva cultural de educação permanente: as estruturas formais de educação não podem dar respostas a tantas necessidades da progressiva adaptação a este mundo de mudanças e com crescente demanda por educação;

b) perspectiva sócio-política: a pressão social de levar educação em todos os níveis a todas as classes sociais, atendendo principalmente àqueles que não têm condições para frequentar instituições convencionais de ensino;

c) perspectiva econômica: a educação a distância é mais barata em relação à tradicional;

d) perspectiva pedagógica: necessidade de um ensino-aprendizagem mais flexível, capaz de atender as pessoas adequando ao seu perfil e às suas necessidades e,

e) perspectiva tecnológica: a tecnologia permite diminuir a distância entre estudantes e a escola, assim como os meios adequados permitem que se tenha uma qualidade de ensino tanto quanto a presencial.

Desta maneira, ainda que a Educação a Distância tenha suas origens remotas ao século XVIII, somente a partir da década de 1970 é que ela se expandiu, por mostrar-se como uma alternativa viável, barata e capaz de atender à demanda por educação de forma massiva. A partir do desenvolvimento da internet e de outras tecnologias da informação e comunicação, o ensino transformou-se, criaram-se outras formas de aprendizagem e esta modalidade de ensino ganhou espaço nas universidades, faculdades e instituições de ensino em geral.

Para Niskier (1999) a EaD utiliza uma abordagem interdisciplinar de currículo, engloba uma equipe de profissionais de diversas áreas de ensino, além de técnicos em tecnologia da informação, favorecendo assim mudanças no campo pedagógico e social, funcionando como motor de desenvolvimento, à medida que rompe as barreiras de espaço e tempo.

A EaD, no mundo e no Brasil, constituiu-se, ao longo do tempo, em cursos por correspondência, por programas de rádio e televisão e inclusão das Tecnologias da Informação e da Comunicação no cenário educacional. Assim, no tópico seguinte, busca-se estabelecer a historicidade dessa trajetória.

3.1 EaD: de um breve histórico ao conceito atual

Quanto à origem da EaD não há um consenso entre os autores. Alguns remontam à antiguidade, alguns às primeiras epístolas de Platão e outros à invenção da imprensa. As origens da EaD são, geralmente, apresentadas como tendo início nos cursos por correspondência, cujo primeiro registro se dá no Reino Unido, em fins do século XIX. (PRETI, 2009).

Segundo Peters (2003), a EaD surgiu em meados do século XX, com o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação (trens, correio), cuja regularidade e confiabilidade permitiram o aparecimento das primeiras experiências de ensino por correspondência na Europa e nos Estados Unidos.

Para Aretio (1999), esse tipo de ensino nasceu com a primeira carta que alguém escreveu dando explicações e remonta a exemplos clássicos como as epístolas de Platão a Dionísio e as cartas de Plínio El Vejo a Plínio El Joven. De maneira mais esquemática, apresenta-se a seguir uma síntese cronológica do desenvolvimento de algumas ações em EaD no mundo:

Quadro 5: História da EaD no mundo

1728	Em 20 de março aparece um anúncio na Gazeta de Boston oferecendo material de ensino e tutoriais por correspondência.
1833	Outro anúncio similar ao anterior, encontrado o número 30 do periódico sueco Lunds Weckoblad, avisava a quem quisesse cursar por correspondência "Composição" que durante o mês de agosto seria mediada pela direção por envio postal.
1840	O inglês Isaac Pitman criou um sistema de taquigrafia à base de cartões e trocas postais com alunos.
1843	Fundação da Sociedade de Correspondência Fonográfica que se encarregava de corrigir os cartões com os exercícios de taquigrafia anteriormente mencionados.
1856	Charles Toussain e Gustav Laugenshied em Berlim foram patrocinados pela Sociedade de Línguas Modernas para ensinar Francês por correspondência. Foi a primeira instituição de ensino por correspondência.
1858	A Universidade de Londres concedia títulos a estudantes externos que recebiam ensino por correspondência.
1873	Surge em Boston a Sociedade para promover o estudo em casa.
1891	O reitor da Universidade de Chicago, W. Rainer Harper fundou um departamento de ensino por correspondência.
1894	Criação na Inglaterra da Wolson Hall. El Rutinsches Fernlehrinstitut de Berlim organizou cursos por correspondências para obtenção de Abitur (ingresso prévio na Universidade).
1897	Nos EUA, fundação da Escola Americana.
1898	Na Suécia, começou a funcionar o Instituto de Correspondência Hermonds.
1903	Fundação da Escola Livre de Engenheiros em Valencia na Espanha.
1905	As escolas Calvert de Baltimore criaram um departamento de Estudo em Casa que acolhia crianças de escolas primárias que estudam em casa sob tutela dos padres.
1910	Em Vitoria na Austrália, os professores rurais de educação primária começaram a receber temas de educação secundária por correios.
1911	Na Austrália, com a intenção de diminuir o problema de grandes distâncias, através da Universidade de Queensland, iniciou esta experiência.
1914	Na Noruega, fundou-se a North Correspondence e na Alemanha a Fernschule Jena.
1920	Na antiga URSS também foi implantado este sistema de correspondência.
1922	Inicia suas atividades na Nova Zelândia a Escola de Correspondência com a intenção inicial de atender crianças isoladas e com dificuldades para participar das aulas convencionais. A partir de 1928, atende também a alunos secundários.
1938	Na cidade de Vitoria no Canadá celebrou-se a Primeira Conferência Internacional sobre Educação por Correspondência.
1939	Nasce o Centro Nacional de Ensino por Correspondência na França.
1940	Nesta década diversos países europeus iniciaram esta modalidade de ensino.
1946	A Universidade de Sudáfrica (UNISA), convencional até então, começou a ensinar por correspondência.
1947	Através da Radio Soborne transmitiram matérias literárias da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris.
1951	A Universidade Sudáfrica – atualmente a única Universidade a distância na África – se dedica exclusivamente a oferecer cursos a distância.
1960	Fundação do Beijing Television College na China, que encerrou com o resto da educação pós-secundária durante a Revolução Industrial.
1962	Inicia na Espanha uma experiência de Bacharelado Radiofônico. A universidade de Delhi abriu um departamento de Estudos por Correspondência, como ensaio para atender os estudantes que de outra maneira não podiam receber um ensino universitário.
1963	Criase na Espanha o Centro Nacional de Ensino Mediado por Rádio e Televisão que substituiu o Bacharelado Radiofônico citado anteriormente. Inicia na França um ensino universitário por rádio em cinco Faculdades de Letras e uma Faculdade de Direito de Paris, para estudantes de primeiro ano.
1968	O Centro de Educação de Ensino Mediado por Rádio e Televisão da Espanha transforma-se no Instituto de Ensino Médio a Distância (INEMAD).
1969	Criação da Open University Britânica, instituição verdadeiramente pioneira do que hoje se entende por ensino a distância. Depois dela, várias outras foram criadas pelo mundo.
1972	O programa Universidade Aberta, da Universidade Nacional Autônoma do México.
1974	No Paquistão, criação da Universidade Aberta Allma Iqbal, teve como objetivo prioritário a formação de docentes de que o país necessitava com urgência, para universalizar o ensino primário.
1977	Nasce a Universidade Estatal a Distância da Costa Rica. Criação da Universidade Nacional Aberta da Venezuela.
1980	A Universidade Aberta de Sri Lanka tem procurado atender, preferencialmente, aos setores de especial interesse para o desenvolvimento do país: profissões tecnológicas e formação docente.
1983	Universidade Estatal Aberta e a Distância da Colômbia, criada em 1983.

Fonte: Aretio (1994) e Barreto (2009).

Apresentada essa síntese cronológica, pode-se dizer que o conceito de educação a distância tem diversas definições e significados, sem chegar a um consenso entre autores, ou seja, não há unanimidade. No mundo todo, há diferentes nomenclaturas para esta modalidade de ensino. Perriault (1996) apud Belonni (1999) diz que:

A Educação a distância é um termo genérico que inclui o elenco de estratégias de ensino e aprendizagem referidas como “educação por correspondência”, ou estudo por correspondência em nível pós-escolar de educação, no Reino Unido; como “estudo em casa”, no nível pós-escolar, e “estudo independente” em nível superior, nos Estados Unidos; como “estudos externos”, na Austrália; e como ensino a distância ou “ensino a uma distância”, pela Open University. Na França, é referido como “tele-ensino” ou ensino a distância; e como “estudo a distância e “ensino a distância”, na Alemanha; “educação a distância”, em espanhol, e “tele-educação”, em português. (apud Belloni, 1996, p.17).

Preti (2009), a partir de outras leituras, vai enfatizar que foram Desmond Keegan e Charles A. Wedemeyer (1966) que introduziram o termo educação a distância no mundo anglosaxônico, a partir da criação da Open University (Universidade Aberta), em 1969.

Já Niskier (1999) parte de um conceito extremamente simples de que na educação a distância alunos e professores estão separados por certa distância e, às vezes pelo tempo. E cita Michael Moore (1996) que considera a educação a distância como uma aprendizagem planejada que geralmente ocorre num local diferente do ensino e, por causa disso, requer técnicas especiais de desenho de curso, técnicas especiais de instrução, métodos especiais de comunicação através da eletrônica e outras tecnologias, bem como arranjos essenciais organizacionais e administrativos.

Aretio (1994), em seu livro *Educación a Distancia Hoy*, traz mais de 20 definições diferentes. Dentre elas, destaca-se a de Peters (1983) na qual o autor afirma que:

O ensino/educação a distância é um método de conhecimentos, habilidades e atitudes, racionalizado mediante a aplicação da divisão de trabalho e de princípios organizadores, assim como o uso extensivo de meios técnicos especialmente para o objetivo de reproduzir material de ensino de alta qualidade, no qual é possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo e onde quer que eles vivam. É uma forma industrial de ensinar e aprender. (apud Aretio, 1999, p.38)

Segundo Michael Moore (1972) citado por Aretio (1999):

O ensino a distância é um tipo de método de instrução em que as condutas docentes acontecem à parte dos discentes, de tal maneira que a comunicação entre o professor e o aluno pode realizar-se mediante textos impressos, por meios eletrônicos, mecânicos e por outras técnicas (apud Aretio, 1999, p.37).

Homberg (1977) citado por Nunes (1994) considera que:

O termo educação a distância esconde-se sob várias formas de estudo, nos vários níveis que não estão sob a contínua e imediata supervisão de tutores presentes com seus alunos nas salas de leitura ou no mesmo local. A educação a distância

se beneficia do planejamento, direção e instrução da organização do ensino (*apud* Nunes, 1991, p.6).

Aretio (1994) depois de analisar vários autores conceitua o ensino a distância como:

Um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que pode ser massivo e que substitui a interação pessoal, na sala de aula, de professor e aluno como meio preferencial de ensino, por ocasião sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização e tutoria, que propiciam a aprendizagem independente e flexível dos alunos (*apud* Aretio, 1999, p.50).

Por fim, Preti (2009) resume que a EaD pode ser compreendida como uma prática social situada, mediada e midiaticizada, uma modalidade de fazer educação, de democratizar o conhecimento, de disponibilizar mais uma opção aos sujeitos da ação educativa, fazendo recurso das tecnologias que lhes são acessíveis.

Levando em conta os conceitos em tela, Walter (2006) afirma que as principais características da EaD são: separação física entre professor e aluno; gerenciamento da aprendizagem pelo aluno (o aluno é o principal responsável pelo seu aprendizado, sendo o professor/tutor um auxiliar neste processo); mediação da relação professor-aluno por algum recurso tecnológico e, por fim, flexibilidade de conteúdo (principalmente em função da internet, o aluno constroi seus conhecimentos de acordo com suas necessidades). Keegan (1991) *apud* Nunes (1994) considera os seguintes elementos centrais nos conceitos: separação física entre professor e aluno, que a distingue do ensino presencial; influência da organização educacional (planejamento, sistematização, plano, projeto, organização dirigida, etc.), que a diferencia da educação individual; utilização de meios técnicos de comunicação, usualmente impressos, para unir o professor ao aluno e transmitir os conteúdos educativos; previsão de uma comunicação de mão dupla, onde o estudante se beneficia de um diálogo e da possibilidade de iniciativa, dupla via; possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didáticos e de socialização e participação de uma forma industrializada de educação, a qual se aceita; contém o germen de uma radical distinção dos outros modos de desenvolvimento da função educacional.

Aretio (1994) considera dentre as características mais comuns a separação professor aluno, utilização de meios técnicos, organização de apoio-tutoria, aprendizagem independente e flexível, comunicação bidirecional, comunicação massiva, enfoque tecnológico e procedimentos industriais.

3.2 A Educação a Distância no Brasil: história e institucionalidade

No Brasil, a Educação a Distância começou a se desenvolver num momento de remodelação da economia diante das mudanças econômicas exteriores, numa fase em que a industrialização buscava se consolidar. De maneira a ilustrar sua trajetória, fez-se uma retrospectiva na história da EaD no Brasil, para em seguida se avançar na apresentação dos marcos legais que a sustentam no país.

O seu potencial desenvolvimento aconteceu tardiamente em relação a outros países por falta de incentivos políticos e descontinuidade de projetos. Nunes (1994) corrobora ao afirmar que a descontinuidade de projetos, a falta de memória administrativa brasileira e certo receio em adotar procedimentos rigorosos e científicos de avaliação de programas e projetos, não permitiram que a educação a distância se desenvolvesse plenamente no país. Já para Niskier (1999, p.?) “a década de 90 conheceu uma verdadeira revolução em matéria de EaD, com o emprego do fax, voice, mail, Internet, áudio e vídeo via satélite e a integração às redes mundiais de computadores”.

Como gênese, considera-se oficialmente a criação das Escolas Internacionais em 1904. Eram, basicamente, instituições privadas que ofereciam cursos pagos, por correspondência. (ALVES, 2009). Os cursos eram destinados aos trabalhadores através do envio de material didático por correspondência.

Depois disto muitos projetos e programas foram criados, transformados e obtiveram certo êxito. Behler e Rutler (1999) afirmam que houve uma “brazilização” da educação a distância no país pela diversificação e característica de cada projeto para se adequar à realidade educacional atendida. Segue abaixo uma cronologia das experiências brasileiras em Educação a Distância.

Quadro 6: Experiências brasileiras em EaD

Ano	Projeto	Descrição
1904	Escolas Internacionais	Instituição privada que oferecia cursos voltados a pessoas que pretendiam estar empregadas, especialmente no comércio e no setor de serviços, através de ensino por correspondência.
1923	Fundação da Rádio Sociedade	Fundada por Roquette Pinto, no Rio de Janeiro. Responsável, na época, pela transmissão de programas de literatura, radiotelegrafia e telefonia, de línguas, de literatura infantil e outros interesses comunitários. Sua principal função era possibilitar a educação popular, através de um sistema então moderno de difusão do que acontecia no Brasil e no Mundo.
1939	Instituto Monitor	Criação do primeiro instituto brasileiro para a oferta sistemática de cursos de iniciação profissionalizante a distância. Modalidade de ensino por correspondência. Os primeiros cursos oferecidos foram no ramo da eletrônica, formando radiotécnicos.
1941	Instituto Brasileiro de Universidade do Ar	Criado para formar profissionais de nível elementar e médio, utilizando material impresso. Viria a ser o maior difusor de cursos profissionalizantes a distância, no Brasil, no século XX, pela modalidade de ensino por correspondência. No Rio de Janeiro, cursos através de emissões radiofônicas para a formação de professores leigos.
1950	TVE (Televisão Educativa)	Projeto de TV Educativa Edgar Roquette Pinto elabora projeto para criar a primeira TV Educativa do Brasil. Projeto não efetivado, por falta de verba.
1959	MEB (Movimento de Educação de Base)	Objetivava alfabetizar e apoiar os primeiros passos da educação de milhares de jovens e adultos, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.
1969	Sistema Maranhense de Televisão Educativa (TVE)	Oferecia com o apoio de orientadores de aprendizagem e estudos da 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, utilizando programas de televisão e material impresso.
1970	Projeto Minerva	Oferecia cursos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial produzidos pela Fundação Padre Landell de Moura (FEPLAM) e pela Fundação Padre Anchieta. Implementado durante período conhecido como "o milagre brasileiro", o foco era educar mão de obra.
1973	Projeto SACI (Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares)	Treinamento de supervisores e professores de nível primário, completo e incompleto, atendimento a crianças matriculadas nas primeiras séries do 1º grau. Apresentava-se no formato de programas de rádio e TV.
1974	Televisão Educativa do Ceará (TVE/CE)	Visava auxiliar o ensino de 1ª e 2ª graus, transmitir cursos especiais e de extensão cultural, bem como divulgar matérias de relevante interesse público
1978	Telecurso 2ª grau	Destinava-se a maiores de 21 anos que não completaram o ensino regular de 2º grau, oferecendo preparo para os exames supletivos oficiais. O programa foi resultado da Fundação Padre Anchieta e da Fundação Roberto Marinho. Depois veio a se tornar Telecurso 2000, nos mesmos moldes.
1979	PAF MOBREAL (Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização)	Objetivava a descoberta do homem quanto à sua função e papel no tempo e no espaço em que vive através das técnicas de leitura e escrita, Procurava atender trabalhadores dos centros urbanos cuja atividade permitisse acompanhar o programa. Chegou a alfabetizar 5 milhões de brasileiros através do formato de teleaula dramatizada, apoiada em publicações didáticas específicas.
1991	Um salto para o futuro	A Fundação Roquette Pinto criou o Programa Um Salto para o Futuro, para a formação continuada de professores do Ensino Fundamental.
1995	Programa TV Escola	Programa TV Escola criado pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (SEED/MEC).
1997	PROINFO	SEED/MEC desenvolveu o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO).
2000	1ªs universidades	Surgem as primeiras universidades credenciadas pelo MEC para ofertar cursos a distância.
2000	UNIREDE	Criação da Rede de Educação Superior a Distância, consórcio que reúne 68 instituições públicas do Brasil.
2002	Projeto Veredas	Criação do Projeto Veredas, para a formação de professores das séries iniciais em nível superior, pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais.
2005	Universidade Aberta do Brasil (UAB)	Criação da Universidade Aberta do Brasil, programa do Ministério da Educação. A UAB é formada por instituições públicas de ensino superior, que se comprometem a levar ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros.
2008	e-Tec	Lançamento do Projeto e-Tec Brasil (Programa Escola Técnica Aberta do Brasil), parte da política de expansão da educação profissionalizante, por meio da articulação da Secretaria de Educação a Distância (SEED) e da Secretaria de Educação profissional e Tecnológica.

Fonte: Behler e Rutler. (2000, p.289-306); Alves (2009). Atualizado pela autora.

Depois de uma análise dos projetos fica claro que no início foram projetos isolados e idealizados para atender determinada demanda e/ou interesses políticos, sem ter um

projeto pensado e estruturado a longo prazo, de maneira que conseguisse atender toda a demanda de pessoas que por alguma razão são impossibilitados de ter acesso ao ensino convencional.

Entretanto, não há a pretensão de descrever todas as experiências desenvolvidas pelo país, mas sublinhar a capacidade brasileira de produzir projetos de qualidade e demonstrar o poder de democratização do ensino que a EaD possibilita.

As bases legais para a modalidade de educação a distância são regidas atualmente pelo Decreto N^o. 9.057, de 25 de maio de 2017. Este decreto regulamenta o art. 80 da Lei N^o. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e revoga o Decreto N^o. 5.622, de 19 de dezembro de 2005 e o art. 1^o do Decreto N^o. 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Cronologicamente, inicialmente promulgou-se a Lei N^o. 9.394/96 que oficializou a educação a distância no país como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino (fundamental, médio, superior e pós-graduação). No artigo 80 (ora como 'ensino' ora como 'educação'), como destacou Niskier (1999), o sistema de ensino brasileiro obteve enorme flexibilidade, cuja regulamentação da Lei anteriormente mencionada propicia a criação de novas modalidades de cursos, de modo a poder incorporar novos conteúdos, práticas pedagógicas e procedimentos de avaliação. Seu artigo 80 diz que:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1^o A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2^o A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância.

§ 3^o As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas

§ 4^o A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público;

II concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, 1996b).

Em janeiro de 1998, o Decreto N^o. 2.494, dado como primeiro grande instrumento de valorização da educação a distância, caracteriza essa modalidade de ensino como

modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempo diversas. (BRASIL, 1998). Regulamenta o Art. 80 da Lei Nº 9.394/1996 no que se refere a normas quanto à elaboração, certificação, regulamentação, oferta, credenciamento das instituições, autorização e reconhecimento de cursos, avaliação, padrões de qualidade, matrículas, transferências e aproveitamento de créditos. Prevê ainda que os cursos de educação a distância possam ser organizados em regime especial, com flexibilidade de horários, duração e requisitos para admissão, porém sem prejuízo dos objetivos e das diretrizes curriculares fixadas em nível nacional. Dois meses depois, a Portaria Nº 301, de 7 de abril de 1998 normatiza os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação tecnológica a distância.

Já o Decreto Nº 5.622, de dezembro de 2005, consolida a regulamentação da EaD e traz como ponto positivo a definição de competências de regulação e a equiparação de validade dos cursos na modalidade EaD com os cursos presenciais. Ele delegou competência às autoridades integrantes dos sistemas de ensino de que trata o artigo 8º da LDBN, para promover os atos de credenciamento de instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições na oferta de cursos a distância, dirigidos à educação fundamental de jovens e adultos, ensino médio e Educação profissional de nível técnico.

Em maio de 2017, pelo Decreto Nº 9.057, as Instituições de Ensino Superior (IES) podem ampliar a oferta de cursos superiores de graduação e pós-graduação a distância. Entre as principais mudanças, estão a criação de polos de EaD pelas próprias instituições e o credenciamento de instituições na modalidade EaD sem exigir o credenciamento prévio para a oferta presencial. Com a regulamentação, as instituições poderão oferecer, exclusivamente, cursos a distância, sem a oferta simultânea de cursos presenciais.

Define ainda que a oferta de pós-graduação *lato sensu* EaD para as IES se dará de forma automática, tal como a modalidade presencial. A nova regra também estabelece que o credenciamento exclusivo para cursos de pós-graduação *Lato Sensu* EaD fique restrito às escolas de governo. Todas as mudanças tiveram como objetivo, além de ampliar a oferta e o acesso aos cursos superiores, garantir a qualidade do ensino. Os polos de EaD, por exemplo, passam a ser criados pelas IES, que deverão informá-los ao

MEC, respeitados os limites quantitativos definidos pelo Ministério com base em avaliações institucionais baseadas na qualidade e infraestrutura.

O Decreto Nº 9.057/2017 também regulamenta a oferta de cursos a distância para educação básica seguindo as determinações da LDBN. Como já é previsto, no ensino fundamental, a EaD será realizada em situações emergenciais para estudantes que estejam impedidos, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial; os que se encontram no exterior; vivam em localidades que não possuam rede regular de atendimento presencial; sejam transferidos compulsoriamente para regiões de difícil acesso (incluídas as missões localizadas em regiões de fronteira); estejam privados de liberdade; ou estejam matriculados nas séries finais do ensino fundamental regular e privados da oferta de disciplinas obrigatórias do currículo escolar.

Já para o Ensino Médio e para a educação profissional técnica de nível médio, as mudanças devem atender ao Novo Ensino Médio e ainda terão seus critérios definidos pelo MEC em conjunto com sistemas de ensino, Conselho Nacional de Educação (CNE), conselhos estaduais e distrital de educação e secretarias de educação estaduais e distrital, para aprovação de instituições que desejam ofertar educação a distância.

Outras legislações que regulamentam programas específicos de oferta de ensino superior e técnico de nível médio a distância são: o Decreto Nº 5.800/2006, que instituiu Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País e o Decreto Nº 7.589, de 2011 que institui a Rede e-Tec Brasil com a finalidade de desenvolver a Educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à Educação profissional pública e gratuita no País.

O sistema Rede e-Tec Brasil tem a finalidade de ofertar educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Os cursos são ministrados por instituições públicas. Cabe ao MEC a assistência financeira na elaboração dos cursos e fica a cargo de estados, Distrito Federal e municípios providenciar estrutura, equipamentos, recursos humanos, manutenção das atividades e demais itens necessários para a instituição dos cursos (BRASIL, 2007).

Ainda nos marcos legais, cabe destaque para o Código de Ética para Educação a Distância aprovado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED). Esse

Código apresenta diretrizes para tentar estabelecer um conjunto de princípios aplicáveis igualmente a todas, garantindo, assim, a possibilidade de um desenvolvimento e de qualidade da EaD no Brasil. Os 23 princípios têm a função de oferecer diretrizes às instituições, visando um trabalho contínuo de melhoria da qualidade da EaD; especificar padrões de qualidade que permitam a avaliação de cursos a distância; e criar indicadores que possibilitem proteger o interesse dos alunos e consumidores deste tipo de serviços educacionais (ABED, 2000).

Outro destaque também deve ser dado à Resolução CNE/CES N^o. 1, de 3 de abril de 2001 que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *Lato sensu* e *Stricto sensu*. Dentre as determinações estão normas de credenciamento e procedimentos de avaliação. Para cursos *Stricto sensu* é exigida que a defesa de dissertação ou de tese seja realizada na instituição proponente e cursos de nível *lato*, deverão ter provas e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso, incluem-se nessa categoria de cursos os designados como MBA (Máster Business Administrator) ou equivalente.

A evolução da legislação demonstra o amadurecimento da oferta da EaD, à medida que cada novo decreto abrange novas questões e vai aperfeiçoando os aspectos regulatórios da oferta do ensino a distância. Logo, sua regulamentação ainda é um processo em construção, pois ainda não há definições concretas sobre a oferta de cursos de mestrado e doutorado e também quanto à designação e remuneração de profissionais que atuam na área.

3.3 Tecnologias da Informação e da Comunicação em EaD

É fato que o avanço da tecnologia retroalimentou as transformações do homem desde os primórdios até os dias atuais, perpassando desde a descoberta do fogo, a criação das primeiras ferramentas até as tecnologias de ponta.

A palavra tecnologia provém de uma junção do termo tecno, do grego *techné*, que é saber fazer, e *logia*, do grego *logus*, razão. Portanto, tecnologia significa a razão do saber fazer (RODRIGUES, 2001).

A palavra tecnologia é polissêmica, compreendendo vários significados. O Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda, indica a palavra “tecnologia” como “um conjunto de conhecimentos, especialmente princípios científicos, que se aplicam a um determinado ramo de atividade: tecnologia mecânica”. Já o

Dicionário Michaelis define como conjunto de processos, métodos, técnicas e ferramentas relativos a arte, indústria, educação, etc.

Segundo Niskier (1999), os sistemas tecnológicos orientados para a educação devem servir para a atualização do nosso trabalhador, ampliando suas oportunidades de emprego, hoje em crise. Para o autor, atualmente são muitos os instrumentos que integram a tecnologia educacional, como por exemplo, o computador, o CDROM e as possibilidades da escola virtual. Ela é uma ferramenta com as condições ideais para disseminar o aprendizado em um país de dimensões continentais como o nosso, consciente agora de que os meios tradicionais por si só são incapazes de solucionar os problemas críticos da educação brasileira.

A primeira manifestação sobre tecnologia voltada para a educação, denominada de Tecnologia Educacional se deu a partir do pressuposto de que a instrução programada, com suas máquinas de ensinar, atuava no condicionamento para a formação de hábitos (concepção da teoria behaviorista de Skinner). (NISKIER, 1999).

Segundo Candau (1978) o conceito mais difundido do termo é o da Comissão sobre Tecnologia Educacional, que define como “o meio nascido da revolução da comunicação que pode ser usado para fins instrucionais junto ao professor”. Ainda segundo a autora, nesta perspectiva a tecnologia educacional pode ser encarada como: aplicação sistemática em educação de princípios científicos oriundos da teoria da comunicação, psicologia experimental da percepção, cibernética e outros; o conjunto de materiais e equipamentos mecânicos ou eletrônicos empregados para fins de ensino (projetores, gravadores, transparências, laboratórios de línguas, etc.); ensino em massa (uso de meios de comunicação de massa em educação); um sistema homem-máquina. Em resumo, tecnologia educacional compreende todos os recursos tecnológicos utilizados como ferramenta para melhorar a qualidade do ensino.

Peters (2003) afirma que desde o início a mídia desempenha na educação a distância um papel diferente do que o estudo em universidades tradicionais. Mesmo por quê, sem a mídia a educação a distância não se faz possível. O autor considera como novas mídias o computador pessoal (PC) e o ambiente virtual de aprendizagem, redes, CDROMs *offline* e *online*, bancos de dados e o *hardware* e *software* necessários, por exemplo, para organizar videoconferências, seminários virtuais, e tudo aquilo que envolva suporte computacional de aprendizagem cooperativa e trabalho. Ou seja, tudo aquilo que possibilita aceder a um novo mundo de ensino e aprendizagem.

O referido autor divide as mídias tecnológicas em três gerações, sendo a primeira representada pela palavra escrita e impressa, sendo que a ferrovia e os correios foram as bases dessa forma de aprendizagem, na qual o livro era o meio principal de mídia de interação destas técnicas típicas da educação a distância. A segunda geração seria representada pelas universidades a distância e universidades abertas, que foram fundadas em muitas partes do mundo, aproximadamente em 1970, oferecendo educação por meio da utilização de múltiplos meios de comunicação, onde foi possível adicionar inclusive o uso do rádio e da televisão. Já a terceira geração caracteriza-se, não pela combinação ou “interligação” de várias mídias, mas por sua “integração” com base na tecnologia de multimídia e o computador.

Pereira (2003), por sua vez, identifica cinco gerações de desenvolvimento de tecnologias de educação a distância, baseando-se em estudos de Nipper (1989) e de Taylor (2001). Para esses autores a primeira geração caracteriza-se pelo ensino por correspondência, em que os meios utilizados eram exclusivamente materiais impressos, distribuídos aos estudantes pelos correios. A segunda geração caracteriza-se pela educação multimídia que, além do uso de materiais impressos, agregava diferentes meios audiovisuais, difundidos pelos meios de comunicação de massa, especificamente o rádio e a televisão, além da incorporação de programas assistidos por computador, estruturados em formato linear, com unidades específicas para estudo. A terceira geração é um modelo de aprendizagem multimídia interativa, que se baseia na aplicação de novas tecnologias da informação e da comunicação.

As outras duas gerações seriam um desdobramento da terceira. Assim a quarta geração baseia-se em atividades *online*, via internet e a quinta geração, busca capitalizar o essencial da *web*, para incluí-la numa estrutura conceitual significativa, que se consubstancia no modelo de aprendizagem flexível.

Bortolozzo et al (2010) acredita que nesse processo, a tecnologia é entendida como meio que, na EaD, potencializa e, por isso, democratiza o acesso ao conhecimento. Mesmo caracterizada pelos estudos autônomos, a apropriação do conhecimento por meio de interação é a principal finalidade no processo de formação continuada na modalidade, sendo também um meio promotor de mudanças nas práticas sociais e profissionais. Esse conhecimento é mediado pela interlocução entre o sujeito que aprende o sujeito que ensina (neste caso, figura representada pelo professor-tutor) e ainda o objeto do conhecimento.

Atualmente existem diversos ambientes virtuais de aprendizagem, que foram criados para a promoção do aprendizado, com o uso do computador conectado à internet. Esses ambientes favorecem o acesso às tecnologias educacionais e uma comunicação bidirecional entre professor/aluno e aluno/aluno.

Alves (2009) acentua que os ambientes interativos de aprendizagem, desenhados com o propósito instrucional e interativo, contemplam uma série de aspectos que podem conduzir à aprendizagem mais autônoma e auto controlável pelo aprendiz, que estimulam a troca interpessoal, através do desenvolvimento de interfaces instrucionais, facilmente interpretáveis e que promovem avanços significativos, em termos de aprendizagem a distância. Alguns deles são apresentados a seguir:

- Pvanet: ambiente virtual de aprendizagem, desenvolvido na Universidade Federal de Viçosa/MG para cursos na modalidade a distância. Esse ambiente permite criar, manter e administrar cursos baseados na internet.

- Aula Net: é um ambiente de aprendizado cooperativo baseado na *Web*, desenvolvido no Laboratório de Engenharia de *Software* (LES) do Departamento de Informática da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), para administração, criação, manutenção e assistência de cursos a distância. Os cursos criados neste ambiente enfatizam a cooperação entre alunos e entre aluno e professor, sendo apoiados por uma variedade de tecnologias disponíveis na Internet.

- PROINFO: Inicialmente denominado de Programa Nacional de Informática na Educação, foi criado pelo Ministério da Educação, através da Portaria Nº 522 em 09 de abril de 1997, com a finalidade de promover o uso das tecnologias como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio.

- TelEduc: um ambiente de *e-learning* para a criação, participação e administração de cursos na *Web*. É um ambiente enxuto, aberto e gratuito.

- Moodle: é um *software* livre compartilhado e adaptado por inúmeras instituições educativas aos seus próprios objetivos. É um *software* livre, de código aberto, distribuído gratuitamente e que possibilita o trabalho colaborativo entre os participantes em um mesmo ambiente de aprendizagem mediante o uso da internet (BORTOLOZZO et al., 2010).

O Moodle por ser *software* livre é o ambiente de aprendizagem mais utilizado pelas instituições de educação. Ele dispõe de um conjunto de ferramentas disponibilizadas pelo administrador do AVA, que o professor pode selecionar de acordo com seus objetivos

pedagógicos. É possível conceber cursos que utilizem fóruns, diários, *chats*, questionários, textos do tipo *wiki*, etc., com o conteúdo oferecido ao aluno de forma flexibilizada e podendo o professor utilizar metáforas, dando às ferramentas diferentes perspectivas, permitindo a construção de espaços didáticos únicos (MAGNAGNAGNO et al., 2015).

Reis (2009) defende que o Moodle permite ao professor disponibilizar o conteúdo de suas aulas de variadas maneiras e aos estudantes assistir e interagir com elas por meio de atividades geridas pelo docente. Várias atividades são possíveis de serem propostas: chats, fórum, glossário, questionário, *wiki*, diário e envio de trabalhos em diferentes formatos de arquivo: imagem, áudio, vídeo e texto. Suas ferramentas possibilitam que os alunos enviem trabalhos, tirem dúvidas por correio eletrônico e deixem comentários visíveis para todos, criando um ambiente colaborativo de aprendizagem.

Os recursos tecnológicos possibilitam o estreitamento da relação entre aluno e professor por meio de diversas ferramentas interativas, seja através dos ambientes virtuais de aprendizagem, de contato por telefone, troca de mensagens através de *e-mails* e aplicativos, além do apoio presencial do tutor.

Entretanto, mesmo diante de todas as possibilidades de comunicação e interação, adicionadas à flexibilidade de tempo e lugar que o aluno pode realizar as atividades do curso, muitos estudantes ainda se sentem sozinhos neste processo e desistem do curso.

Desta maneira, tentou-se investigar as causas que possivelmente contribuem para a evasão e permanência escolar num recorte específico: cursos a distância de ensino técnico profissional. Resultados estes que constam no próximo capítulo.

4 EVASÃO E PERMANÊNCIA EM CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES A DISTÂNCIA

A expansão do ensino técnico profissional abre novas oportunidades de acesso à educação e à inserção no mundo do trabalho, possibilitando uma maior democratização da educação técnica. É direito constitucional do indivíduo, além da oportunidade de acesso à escola, ter garantidas as condições de permanência, tendo em vista seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

O público que procura o ensino técnico nos Institutos Federais almeja uma oportunidade de capacitação de qualidade, com condições favoráveis à sua formação e posterior inserção no mercado de trabalho, ou ainda como um primeiro passo na construção de sua trajetória profissional, dada a verticalização oferecida pela instituição. O aumento da oferta de vagas tornou-se uma importante oportunidade para as famílias que desejam um ensino público de qualidade.

Para Dore e Luscher (2011), as possibilidades de acesso ao ensino técnico aumentaram tanto pela política educacional quanto por fatores relacionados ao desempenho escolar dos estudantes na educação básica. Para os que conseguem ultrapassar todas as barreiras e se matricular em um curso técnico, resta ainda o desafio de superar condições nem sempre favoráveis à sua permanência na escola.

No Brasil, o período de 2002 a 2014 marca a expansão dos cursos técnicos e das matrículas na modalidade a distância. Segundo o Censo EaD BR 2015¹ há no país cerca de 180 cursos técnicos profissionalizantes totalmente a distância, além de 158 semipresenciais. Foram realizadas 43.841 matrículas em cursos totalmente a distância e 80.092 em cursos semipresenciais. Apesar disso, os números da evasão mostrados nesta pesquisa são preocupantes, pois não existe política sistemática de acompanhamento dos estudantes que abandonam seus cursos (ABED, 2015).

A evasão neste tipo de curso também apresenta altas taxas. No entanto, não há muitos estudos direcionados a este recorte específico. Alguns trabalhos encontrados alternam entre estudos sobre cursos presenciais e cursos a distância. Castro e Sales (2013) afirmam que há uma escassez de estudos sobre a evasão nos cursos técnicos de nível médio, em especial, na Rede Federal de educação profissional

Há uma visível preocupação por parte das instituições de ensino com relação à evasão, porém não há políticas consistentes de combate a ela. Souza e Maciel (2016) corroboram que, em consonância com a expansão de matrículas, a evasão também

apresenta aumento importante e que merece atenção, uma vez que a ampliação do acesso vem acompanhada pela ampliação dos percentuais de evasão na educação superior pública.

Para Glavan e Cruz (2013) a redução da evasão escolar em cursos técnicos a distância deve ser vista como um ganho da eficiência do investimento de recursos, uma vez que o resultado esperado pela sociedade é o número efetivo de formandos, pessoas capacitadas e qualificadas para ocupar uma vaga de emprego. Para encontrar respostas e soluções para o problema da evasão e desenvolver recursos adequados à sua prevenção, três agentes são peça chave: o sistema de ensino, que deve assegurar a diversidade de escolhas à população que deseja ou precisa retornar à sua formação; as instituições escolares, que devem buscar soluções para os problemas que estão na sua área de competência; e o sistema produtivo, que deve estimular o jovem a retomar seu processo formativo (DORE E LUSCHER, 2011). Os autores enfatizam ainda que:

A existência de evasão tão elevada em cursos técnicos organizados a partir de uma política pública, que busca expressamente privilegiar a formação profissional como recurso de inserção dos jovens no mercado de trabalho, remete nossas reflexões, mais uma vez, para o contexto da política educacional brasileira na organização da escola média e da escola técnica. É indispensável que a atual política educacional para o ensino técnico, ao desenvolver suas estratégias de expansão, considere a evasão escolar e suas principais causas, de forma a evitar o risco de decisões equivocadas e onerosas. Para além dos fatores individuais, a identificação e a análise dos fatores intra-escolares que intervêm nos processos de evasão são dimensões que não podem ser desconsideradas na implantação e avaliação da política pública para o ensino técnico, seja no plano federal, estadual ou municipal. A definição de áreas ou de eixos tecnológicos para a oferta de cursos técnicos é, sem dúvida, decisiva para permanência ou não de estudantes nas escolas técnicas. (DORE E LUSCHER, 2011, p.785).

A evasão é um problema enfrentado por todas as instituições de ensino visto que ela acarreta perda em vários sentidos. Perde o aluno ao deixar de capacitar-se e ficar preparado para entrar no mercado de trabalho, perdem-se recursos públicos investidos para a permanência deste aluno na escola e perde-se orçamento, visto que os recursos recebidos pelas instituições federais dependem da quantidade de alunos matriculados.

Este problema não compromete somente o indivíduo que deixa de se capacitar, resultando em subemprego e baixos salários, afeta também a escola que prevê investimentos para conclusão do curso e a falta de alunos eleva o custo médio de formação e para a sociedade como um todo pela baixa escolaridade e acesso a oportunidades (GLAVAN; CRUZ, 2013). Segundo Machado (2009), a evasão causa efeitos negativos em toda a sociedade, agravando a sustentação de condições sociais

injustas e incoerentes da sociedade, historicamente marcada pela exclusão dos menos favorecidos.

No mesmo sentido, para Batista et al., (2009) o paradigma em que de um lado há a necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho, como importante fator gerador de abandono escolar e de outro, o baixo grau de escolaridade ou qualificação impede o acesso a postos de trabalho com maior remuneração, gerando causa e efeito de um ciclo vicioso. Conseqüentemente devido à necessidade de contribuir com a renda familiar, ou em alguns casos a desvalorização da educação e ânsia pela almejada independência financeira, o jovem é chamado a ingressar no mundo do trabalho, almejando um emprego melhor. A grande maioria tenta conciliar o trabalho com os estudos, porém, com o cansaço físico, crescentes exigências no atual posto de trabalho e outras distrações, acabam por abandonar os bancos das escolas.

A evasão é uma questão que exige esforços e acompanhamento contínuo por parte das instituições, visando promover a permanência e a diminuição da evasão. Dore e Luscher (2011) definem a evasão como um processo complexo, dinâmico e cumulativo de desengajamento do estudante da vida escolar, que demanda soluções igualmente complexas, de difícil execução e que envolvem a participação de diversos agentes sociais. Walter (2006) cita que as causas da evasão em cursos a distância são diversas, referentes tanto ao indivíduo quanto às características do curso e o seu contexto de estudo.

Rumberger (2004 apud Dore e Luscher 2011), um dos mais importantes pesquisadores dessa questão nos Estados Unidos diz o seguinte:

A evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive. Em ampla revisão de diversas pesquisas sobre causas da evasão, Rumberger identifica como principais contextos de investigação do problema a perspectiva individual, que abrange o estudante e as circunstâncias de seu percurso escolar, e a perspectiva institucional, que leva em conta a família, a escola, a comunidade e os grupos de amigos. No âmbito individual, são considerados os valores, os comportamentos e as atitudes que promovem um maior ou menor engajamento (ou pertencimento) do estudante na vida escolar. Ainda que existam diferentes teorias sobre a evasão, a maior parte delas afirma a existência de dois tipos principais de engajamento escolar: o engajamento acadêmico ou de aprendizagem e o engajamento social ou de convivência do estudante com os colegas, com os professores e com os demais membros da comunidade escolar. A forma como o estudante se relaciona com essas duas dimensões da vida escolar interfere de modo decisivo sobre sua deliberação de se evadir ou de permanecer na escola (RUMBERGER, 2004 apud DORE e LUSCHER, 2011, p.776).

O termo evasão escolar é empregado em vários contextos com diferentes significados. Suas formas de interpretação não permitem chegar a uma definição precisa

de “evasão e abandono escolar”, uma vez que esta requer uma compreensão das relações entre os motivos de ingresso e a trajetória dos permanentes, dos desistentes e egressos desse público (FILHO; ARAÚJO, 2017).

Fávero (2006) entende evasão como o ato de desistir, inclusive aqueles que nunca se apresentaram aos colegas e mediadores do curso. Maia e Meireles (2011) definem evasão como uma atitude de alunos que não contemplam cursos ou programas de estudo; podendo ser considerados como evasores aqueles alunos que se matriculam e desistem antes mesmo de iniciar o curso. Abbad, Carvalho e Zerbini (2005) referem-se à evasão como desistência definitiva do aluno em qualquer etapa do curso. Por outro lado, Pelissari (2012) adota o termo abandono escolar, por entender que evasão responsabiliza somente o aluno pela decisão de evadir, sem refletir sobre condições do estudante, anteriores à evasão, e análise de possíveis causas, internas ou externas à escola, que condicionaram o ato de evadir. De acordo com a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas IES Públicas, evasão pode ser caracterizada da seguinte forma:

- i. Evasão de curso – quando o estudante desliga-se do curso em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), trancamento, exclusão por norma institucional.
- ii. Evasão da instituição – quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado.
- iii. Evasão do sistema – quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior (BRASIL, 1996).

Neste trabalho considerou-se o conceito adotado pelo MEC, para o qual a evasão “é a saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa” (MEC, 1997, p. 19).

A produção científica sobre evasão e permanência em cursos a distância ainda é pouco numerosa, tanto na literatura nacional como estrangeira. Há poucos estudos sistemáticos sobre evasão na EaD, apesar de ser um dos maiores problemas da área (ABBAD et al., 2006). Amidani (2004) ressalta que a maioria das pesquisas encontradas é focada no ensino fundamental e médio, na modalidade presencial. Na literatura internacional e nacional, encontram-se alguns estudos na área de EaD, no entanto, a maioria enfoca esse fenômeno relacionado ao ensino superior.[\[3\]](#)

Dentre os estudos sobre os fatores que contribuem para a permanência e evasão de participantes de cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância via Internet, Coelho (2001) destaca as seguintes causas: dificuldades em compartilhar estudo e trabalho; obrigações referentes à profissão e atenção dedicada à família; falta de tempo como falta de dedicação qualitativa e quantitativa aos estudos e a ausência de motivação; falta da tradicional relação face a face entre professor e alunos; insuficiente domínio técnico do uso do computador, principalmente da Internet, e a incapacidade em lidar com as novas tecnologias, bem como a falta de interatividade (COELHO, 2001).

A falta de tempo e dificuldade de conciliar o curso com outras atividades cotidianas aparecem como causas da evasão na maioria dos autores estudados. Brauer, Abbad e Zerbini (2009) num estudo sobre características da clientela e barreiras à conclusão de um curso a distância, observaram que os itens “Pouco tempo para a realização do curso em função das minhas atividades profissionais” e “Sobrecarga de atividades do meu dia a dia” obtiveram as médias mais elevadas.

Também numa pesquisa de Walter (2006) as causas da evasão mais apontadas foram a falta de tempo e dificuldade de conciliação do curso com atividades profissionais e familiares. Outras causas também são elencadas como: falta de apoio da tutoria e o estímulo à participação em atividades de grupo; falta de presença física de outros alunos, e do contato virtual; dificuldade de assimilar o conteúdo do curso; dificuldade de obtenção de boas notas na avaliação; dificuldade de realizar o curso dentro do prazo e dificuldade de utilização dos recursos de informática.

A evasão é causada por fatores internos e externos ao aluno que contribuem para a sua saída da escola. Mercado e Bittencourt (2014) consideram os dois, sendo que tratam o primeiro como endógeno, que está diretamente ligado ao aluno quando está na instituição de ensino, como: atitude comportamental, motivos institucionais e requisito didático-pedagógico do curso; e o segundo como exógenos diretamente ligados ao aluno antes de entrar na universidade, como: fatores sócios político-econômicos, vocação pessoal, características individuais e conjecturais.

Neste sentido, Almeida (2007), agrupa os motivos da desistência em cinco categorias: fatores situacionais (problema de saúde, problemas familiares, possui ou iniciou outro curso, falta de apoio no trabalho); falta de apoio acadêmico (falta de apoio, opinião e contato do tutor e falta de interação aluno/professor); problemas com a tecnologia (falta de computador e acesso à internet e dificuldade no envio de tarefas); falta de apoio administrativo (problemas no recebimento de módulos, prazos curtos para o

envio de tarefas, logística de distribuição de material, e acúmulo de atividades) e sobrecarga de trabalho (dificuldade em conciliar estudo, trabalho e família).

O uso adequado das tecnologias da informação e comunicação no desenvolvimento de cursos a distância é um requisito fundamental para o êxito na realização das atividades propostas e sentimento de pertencimento à instituição. Desta maneira é evidente que há uma relação entre o índice de evasão e a tecnologia de informação e comunicação utilizada nos cursos a distância. Os resultados do estudo de Abbad, Carvalho e Zerbini (2006) mostram que os alunos não concluintes são aqueles que tendem a não utilizar os recursos eletrônicos de interação (mural de notícias, *chats*, troca de mensagens eletrônicas). Logo, o uso de ferramentas eletrônicas de interação exerce um papel muito importante na retenção do aluno.

Maia e Meireles (2014) também concluíram que o índice de evasão é maior nos cursos totalmente a distância em relação aos cursos semipresenciais devido ao maior ou menor uso das TICs. Os autores afirmam que:

Cursos totalmente à distância causam, conseqüentemente, interações totalmente a distância entre aluno e professor e entre os alunos, podendo gerar nos alunos sentimento de isolamento em relação ao grupo, desestimulando os alunos a continuarem no curso. Diferentemente, aqueles que participam de encontros presenciais sentem-se motivados a aprender, a interagir, pois se sentem incluídos em uma turma (MAIA e MEIRELES, 2014, p.15).

A utilização efetiva das TICs promove um maior diálogo entre os atores do processo de aprendizagem. Fávero (2006) apresenta a importância do diálogo para a permanência do aluno, ao concluir em seu estudo que alunos que têm uma participação efetiva no curso em ocorrências de diálogo são os que concluem ou, pelo menos os que permanecem mais tempo no curso.

As instituições precisam conhecer o perfil dos ingressantes como uma medida importante para a configuração dos cursos e planejamento dos métodos de avaliação propostos. Fávero (2006), numa análise quanto à importância do diálogo para a permanência, chega às seguintes conclusões: a grande maioria dos alunos evadidos é do sexo masculino, 62% dos alunos evadidos são casados e/ou vivem com companheiro(a), e 38% dos evadidos possuem uma faixa salarial entre 3 a 5 salários-mínimos e que 95% dos alunos afirmaram que nunca tinham feito um curso na modalidade a distância. Outro dado mensurado é a quantidade de tempo que os alunos despendem para os estudos. Constataram que 56% dos alunos evadidos responderam que disponibilizavam até 5 horas semanais, o que é pouco, visto que o aluno tem que estudar pelo menos 20 horas

semanais para dar conta do material da disciplina, além do mais não identificaram nenhum aluno que disponibilizasse mais de 16 horas por semana para os estudos.

De acordo com os estudos analisados as causas da evasão em cursos técnicos são semelhantes às dos cursos superiores. Padoin e Amorim (2014) observaram que as principais causas de evasão em cursos de nível médio técnico foram a “falta de identificação com a área”, “o curso não atendeu suas expectativas”, “dificuldade de aprendizagem” e reprovação. Figueiredo (2015) corrobora esta visão ao demonstrar que as causas de evasão são dificuldades de conciliar os estudos com trabalho, ter passado em um curso superior ou desinteresse pelo curso, dificuldade de aprendizagem e a não identificação com o curso.

Almeida (2007), Padoin e Amorim (2014) afirmam que o maior índice de evasão se dá nos primeiros períodos. Diante deste quadro o acompanhamento do aluno de perto nos primeiros períodos é fundamental, visto que o estudante nestes momentos confronta as suas expectativas com as informações iniciais e a realidade do ambiente escolar, sofre a adaptações ao estresse das exigências da instituição e, por fim, entra em contato com o resultado das suas notas e seu desempenho.

A evasão escolar é um tema pouco refletido nas instituições e por isso há visões equivocadas sobre suas causas. Há uma divergência entre a visão que instituição e os discentes têm como causas da evasão, pois enquanto a escola aponta como causa principal o afastamento da família, os alunos relatam a dificuldade de executar todas as atividades do curso e dificuldades de aprendizagem (MACHADO, 2009).

O Tribunal de Contas da União (2013) realizou uma auditoria voltada aos alunos da Educação profissional a fim de dimensionar a evasão na Rede Federal de Educação profissional e levantar as medidas que estão sendo adotadas para combatê-la. Neste documento eles destacam que:

Os Institutos Federais possuem como objetivo alcançar todos os segmentos da mão de obra nacional, possuindo um leque de cursos que variam desde a formação continuada e inicial, em que a exigência acadêmica é baixa, até cursos de mestrado. Por essa característica, em muitos casos, os Institutos recebem alunos com deficiências provenientes de níveis preliminares de ensino, o que potencialmente impacta na evasão (TCU, 2013, p.4).

Segundo o TCU (2013) algumas particularidades dos Institutos Federais devem ser consideradas quando se trata de buscar as causas da evasão: em termos de estratégias de combate à evasão, muitas vezes a atuação dos campi, de determinado Instituto Federal, se dá de forma isolada em relação aos demais; os cursos são ofertados a um público bastante heterogêneo, havendo uma discrepância de conhecimentos e

habilidades dos alunos no momento de sua entrada nos cursos, fazendo com que parcela dos alunos apresente déficits educacionais significantes; os cursos ofertados nem sempre são utilizados pelos alunos precipuamente para obter formação profissional, mas apenas como trampolim para ascender ao nível superior, principalmente nos cursos médios integrais e concomitantes e os cursos são altamente especializados com duração longa (entre 2 e 4 anos em média) e exigem conhecimentos sofisticados dos alunos.

Tão importante quanto tratar da evasão é refletir sobre alternativas para a permanência, a fim de que o aluno conclua o curso com êxito. Nesse sentido, o papel da instituição, segundo Tinto (2017) é se questionar sobre o que pode ser feito para motivar o discente a persistir nos cursos, notadamente nos a distância.

As instituições de ensino precisam olhar o problema de ambos os lados: docentes e discentes. Tinto (2017) alerta que as universidades necessitam ver a questão da persistência através dos olhos de seus alunos, ouvir suas vozes, tratar seus alunos como parceiros, aprender com suas experiências e entender como essas experiências moldam suas respostas às políticas da Universidade. Só então as universidades podem melhorar os níveis de persistência e conclusão, fechando as contínuas lacunas de equidade que afligem nossa sociedade.

É importante considerar três fatores que moldam a motivação do aluno: a autoeficácia no sentido de que que acreditam no seu sucesso; do contrário ele não vê razões para continuar a se esforçar; sentimento de pertencimento, na medida em que os alunos têm que se sentir cúmplices no processo e verem-se enquanto membros de uma comunidade composta por outros estudantes, acadêmicos e profissionais que valorizam sua adesão – em outras palavras, que importam e que pertencem e por fim o currículo, os alunos precisam perceber que o conteúdo a ser aprendido é de suficiente qualidade e relevância no presente e para o futuro, para justificar o seu tempo e esforço (TINTO, 2017).

Neste sentido, a EaD apresenta-se como uma grande promotora do acesso à educação, principalmente para alunos trabalhadores e de baixa renda familiar, e por isso ações de permanência precisam ser enfatizadas, bem como pensadas outras ações que incluam compromissos institucionais e não depositem todo o sucesso acadêmico na dimensão pessoal do aluno. Para Souza e Maciel (2016) o primeiro passo na direção da compreensão do problema é saber quem são esses alunos, conhecer seu perfil socioeconômico e acompanhar os estudantes com potencial preditivo à evasão, criando estratégias e mecanismos para aumentar sua permanência. Tais estratégias e

mecanismos passam pelo envolvimento de professores e coordenadores, e também exigem desenho curricular adequado à modalidade, bem como material didático e infraestrutura eficientes, a fim de garantir o sucesso acadêmico.

Para promover a permanência escolar, algumas estratégias bem sucedidas em países como os Estados Unidos da América podem ser desenvolvidas aqui: envolvimento da família, de maneira que esta passe a conhecer a modalidade de ensino, seus desafios e benefícios, tornando-se aliados contra o abandono escolar; fortalecimento da educação básica, assim os alunos terão condições de se desenvolver, melhor compreender os conteúdos, criar motivação e reduzir o abandono por dificuldade de aprendizagem; colocar os alunos em contato com o mundo do trabalho, onde aprenderá na prática, criando maior envolvimento; investimento em tecnologia, oferecendo laboratórios, computadores e demais recursos favoráveis ao processo de aprendizagem; personalização do processo de ensino aprendizagem de forma que as dificuldades individuais sejam entendidas e o aluno orientado em sua aprendizagem de forma mais personalizada, o que contribuirá para seu desenvolvimento (SCHARGEL e SMINK, 2002 apud GLAVAN e CRUZ 2013).

Algumas características da instituição são fatores de permanência. Os Institutos Federais são reconhecidos pela sua oferta de ensino gratuito e de qualidade. Segundo Padoin e Amorim (2014) o principal motivo pelo qual os alunos permanecem é o ensino de qualidade e em segundo lugar são as boas perspectivas profissionais, além da qualidade dos professores e da estrutura administrativa. Além disso, o estágio é um fator de permanência e continuidade formativa na mesma área e áreas afins.

Os cursos a distância possuem como um dos elementos chaves do processo de ensino aprendizagem o papel do tutor, esteja ele presente ou a distância. O tutor é o mediador entre o aluno, o professor e o conteúdo do curso. Sua presença é o ponto de ligação entre o aluno e a instituição. Ações efetivas de acompanhamento por parte do tutor em todos os momentos do curso evitam que o aluno desista do mesmo. O tutor emerge como o profissional de maior impacto para a garantia de permanência do aluno, em virtude da sua posição no sistema de EaD, que garante contato direto com o estudante (BIZARRIA et al., 2014). Abbad, Zerbini e Souza (2010) afirmam que a persistência em cursos a distância está associada a:

Conhecimento prévio sobre conteúdos semelhantes aos abordados pelo curso; motivação pessoal; necessidade e capacidade de balancear família e carreira; independência; autodisciplina (menor evasão); nível de escolaridade (quanto maior

a escolaridade, menor a evasão) e natureza compulsória do curso implicando participação obrigatória do empregado ou servidor público no evento (p.295).

Estratégias de suporte ao aluno antes de ingressarem também podem ser adotadas como o nivelamento em conhecimentos básicos de informática, com adoção de minicursos presenciais das principais ferramentas utilizadas durante o curso, assim evitaria que o aluno desistisse do curso por falta de habilidade no computador; igualmente a promoção de *workshops* a fim de que o público conheça como funciona a educação a distância, o que também evitaria futuros desapontamentos.

Refletir sobre a permanência e evasão demanda uma visão abrangente de todos os aspectos que cerceiam o ambiente escolar (estrutura física, pedagógica e administrativa), a vida do aluno, seu perfil e o meio ambiente onde vive, além das áreas tecnológicas dos cursos. Exige-se que cada instituição identifique suas particularidades e as especificidades do seu público através da promoção da participação ativa do aluno na elaboração do seu planejamento pedagógico.

Cabe às instituições o desenvolvimento de estudos e iniciativas que acompanhem o aluno desde o seu ingresso até a conclusão do curso para que não só o acesso seja garantido, mas a sua permanência enquanto direito do cidadão. Nesse sentido, o foco do próximo capítulo foi o estudo das causas de evasão e permanência nos cursos técnicos subsequentes a distância de um campus do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais e ainda levantar o índice de evasão desses cursos.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DE RESULTADOS

Este capítulo busca apresentar os caminhos traçados no desenvolvimento da pesquisa, através de uma descrição detalhada dos passos seguidos no desenvolvimento do estudo em questão, no sentido de oferecer aos leitores subsídios para apreensão e entendimento do mesmo e a descrição dos resultados obtidos. Na sequência tem-se a descrição e análise dos resultados.

5.1 Metodologia

A metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador. Bruyne (1991) corrobora que, além de explicar os produtos da investigação científica, deve explicar principalmente seu próprio processo, já que suas exigências não são apenas os procedimentos rígidos, mas também sua fecundidade na produção dos resultados (MINAYO, 2001).

A presente pesquisa pode ser considerada quanto à sua natureza uma pesquisa básica, visto que objetiva gerar novos conhecimentos úteis sobre as causas da evasão (PRODANOV e FREITAS, 2013). Já quanto aos objetivos a pesquisa pode ser classificada enquanto exploratória e descritiva. É exploratória pois proporciona conhecer mais a fundo o tema da evasão, suas causas especialmente nos cursos técnicos a distância, além do levantamento de hipóteses para sua solução. Segundo Gil (1999), a pesquisa exploratória objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-la mais explícita ou a constituir hipóteses. A pesquisa exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Ela é também descritiva, pois expõe características da educação profissional e da educação a distância, no caso, e sobre a evasão escolar (VERGARA 1998).

Quanto ao delineamento dos procedimentos técnicos, esta pesquisa é bibliográfica, de levantamento e documental. É bibliográfica visto que se fez um estudo sistematizado do material publicado em livros, revistas e redes eletrônicas no sentido de se investigar quais as causas que contribuem para a evasão escolar nos cursos a distância de ensino técnico profissional (GIL, 2008).

É também uma investigação documental, considerando o segundo objetivo deste projeto que é o de levantar dados sobre a taxa de evasão, sendo que para isso foram

utilizados dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Este sistema disponibiliza, mensalmente, informações sobre cursos técnicos de nível médio, bem como escolas e alunos desse nível de ensino. Caso a escola também ofereça cursos de formação inicial e continuada, o SISTEC apresentará ainda dados referentes aos cursos e aos alunos dessa oferta de ensino. Contudo, é importante ressaltar que os cursos de formação inicial e continuada só são cadastrados no referido sistema se a escola também ofertar ensino técnico de nível médio.

Vergara (1998) explica que a investigação documental é realizada em documentos de órgãos públicos e particulares de qualquer natureza ou com pessoas. Ela se vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos de cada pesquisa (GIL, 1998).

Esta pesquisa também é um levantamento, pois há um questionário que foi aplicado aos alunos² com o objetivo de elencar as principais causas da evasão e da permanência de estudantes na modalidade técnica profissional e a distância. Segundo Gil (1999), o levantamento caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer, quando há solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, se chegar a determinadas conclusões correspondentes aos dados coletados. Optou-se pelo questionário porque atinge grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, garante o anonimato das respostas e não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistador. (GIL, 2008).

Quanto à abordagem trata-se de um estudo quanti-qualitativo, visando diagnosticar e compreender a permanência e evasão, através de uma análise no IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, tanto por meio dos índices numéricos do abandono estudantil quanto a partir do significado atribuído pelos alunos ao processo educacional. Segundo Bardini (1977) a abordagem quantitativa funda-se na frequência de aparição de certos elementos da mensagem enquanto que a abordagem qualitativa trata de procedimentos mais intuitivos, mas também mais maleáveis e mais adaptáveis a índices não previstos.

No presente trabalho, há uma pesquisa quantitativa, realizada por meio da estatística descritiva, ao analisar os dados extraídos do SISTEC, relatando as taxas de evasão, de conclusão e retenção dos cursos técnicos estudados, além de elementos quantitativos relatados nos questionários.

2 Veja Apêndice C: Questionário eletrônico enviado aos alunos.

Há uma pesquisa qualitativa posterior, através da análise dos dados revelados pelo questionário, uma vez que se pretendia conhecer o perfil do aluno e suas percepções sobre a instituição e sobre o fenômeno da evasão escolar, cujas informações fossem relevantes na compreensão e solução do objetivo apresentado. Corroborando com essa afirmação, segundo Strauss e Corbin (1998, p.1011):

Qualquer tipo de pesquisa que produz descobertas não obtidas por procedimentos estatísticos ou outros meios de quantificação. Pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções, sentimentos, assim como funcionamento organizacional, fenômenos culturais e interações entre as nações (...) e a parte principal da análise é interpretativa.

As fontes utilizadas foram tanto primárias quanto secundárias, com a aplicação de questionários e a extração e análise dos dados do SISTEC, respectivamente.

5.2 Universo da pesquisa e amostra

O IFSULDEMINAS, objeto desta pesquisa, possui seis campi, além de dois campi avançados. Oferta cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, subsequentes (pós-médio), especialização técnica, graduação, pós-graduação e cursos na modalidade de Educação a Distância. Os cursos analisados com vistas a atingir os objetivos são cursos técnicos subsequentes ofertados na modalidade a distância.

A unidade de observação que corresponde ao universo da pesquisa compreende alunos dos cursos técnicos a distância, ofertados no polo presencial do município de Alfenas compreendido no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2017. Os cursos técnicos a distância oferecidos atualmente são: Análises Clínicas, Informática, Vigilância em Saúde, Secretaria Escolar, Logística, Meio Ambiente e uma Especialização Técnica em Enfermagem.

A amostra foi selecionada de forma não probabilística ou por conveniência, que, segundo Gil (2008), é destituída de qualquer rigor estatístico no qual o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo. Esse tipo de amostra permite a rápida obtenção de informações a baixo custo, tendo em vista as limitações de tempo e financeiras.

A amostragem a partir do universo conforme definido anteriormente, totalizou 766 alunos, de acordo com dados de matrículas registradas no SISTEC. Há uma discrepância de informações entre os dados do SISTEC e a Relação de Alunos fornecida pelo CEAD. Na relação de alunos constam apenas 529 alunos matriculados, pois nela não consta uma

turma do curso Técnico em Informática com 60 alunos, uma turma do Curso Técnico em Meio Ambiente com 64 alunos e outra turma de Análise Clínica com 69 alunos. Além disso, outras turmas apresentam menos matrículas do que consta no SISTEC.

Quanto à coleta de dados, em um primeiro momento houve uma reunião com a Diretoria de Educação a Distância a fim de explicitar a relevância da pesquisa e solicitar os dados necessários para seu andamento. A Diretoria de Educação disponibilizou uma planilha extraída do SISTEC contendo os cursos, os alunos matriculados e índices de evasão, retenção e conclusão.

Posteriormente, houve uma reunião com o Diretor Geral e com a Coordenadora de Educação a Distância do Campus de Muzambinho. Solicitou-se os dados cadastrais destes alunos (nome completo, telefone de contato e e-mail). O Centro de Educação a Distância do Campus forneceu a relação de alunos matriculados no período mencionado anteriormente, contendo o número de matrícula, nome, e-mail, telefone e celular.

Segundo Mattar (1999), as pesquisas descritivas compreendem grande número de métodos de coleta de dados, compreendendo: entrevistas pessoais, entrevistas por telefone, questionários pelo correio, questionários pessoais e observação. Escolheu-se a aplicação de um questionário² eletrônico no formato *Googledocs* que foi enviado aos e-mails cadastrados no período de 29 de novembro a 31 de dezembro. O questionário foi construído a partir da adaptação de modelos utilizados por Amidani (2004) e Coelho (2001). Optou-se por este instrumento por ele apresentar custo mais baixo, padronização das perguntas, maior facilidade para análise dos dados em função da uniformidade das respostas e manutenção do anonimato dos respondentes.

A primeira parte do questionário contém questões de múltipla escolha com o objetivo de conhecer o perfil socioeconômico do aluno. Buscou-se obter as seguintes informações: faixa etária, raça, sexo, estado civil, residência, se estudou em sistema público ou particular e seu desempenho no ensino médio, renda e a sua participação na renda familiar, escolaridade de pai e mãe e o tipo de transporte utilizado para ir ao polo. Na segunda parte do questionário, buscou-se identificar aspectos referentes às percepções e à importância dada pelos alunos à instituição de ensino, ao curso e ao seu processo de ensino-aprendizagem, como por exemplo: motivos pelos quais escolheu a instituição, a modalidade EaD e o curso, a didática de professores e tutores e a sua relação com eles, a participação e o desempenho do aluno durante o curso e o levantamento de quais seriam as principais causas da evasão.

Os dados quantitativos obtidos pela Diretoria de Educação a Distância foram analisados através de estatística descritiva, gráficos e tabelas a fim de se compreender a relação entre os segmentos e as variáveis levantadas. Já dos dados obtidos através da aplicação do questionário foram analisados conforme a disposição do questionário, analisando-se primeiramente os aspectos pertinentes socioeconômicos da população estudada e em seguida a percepção e importância dada pela mesma à instituição e ao seu processo de ensino-aprendizagem.

5.3 Análise dos Resultados

São apresentados, a seguir, os resultados desta pesquisa, em resposta aos seus objetivos. Primeiramente apresenta-se a situação geral das vagas oferecidas no polo presencial do IFSULDEMINAS no município de Alfenas nos cursos ofertados nos anos de 2015/2017 e os seus respectivos índices de evasão e conclusão. Em seguida aborda-se o perfil socioeconômico dos estudantes e posteriormente são apresentadas algumas das causas da evasão e da permanência que conseguimos identificar e que foram levantadas através do relato feito pelos estudantes por meio de um questionário estruturado.

De modo inicial, cabe dizer que, no ano de 2015, o IFSULDEMINAS, Campus Muzambinho ofertou no polo de Alfenas 235 vagas em cursos técnicos a distância. Foi realizada a coleta de dados para verificar o número de estudantes evadidos e concluintes como mostra a tabela 1.

Tabela 1: Frequências e percentuais dos alunos evadidos e concluintes por turma dos cursos técnicos subsequentes a distância do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho ano de 2015

Curso	Período	Total	Em curso	Evadidas	% Evasão	Concluídas	% Conclusão	Integralizadas	Retidas	% Retenção
Análises Clínicas	02/15 a 12/16	60	10	41	68,33	8	13,33	1	11	18,33
Informática	02/15 a 12/16	60	12	25	41,67	9	15,00	14	26	43,33
Vigilância em Saúde	02/15 a 12/16	55	3	31	56,36	21	38,18	0	3	5,45
Secretaria Escolar	11/15 a 11/17	60	26	34	56,67	0	0,00	0	0	0,00
Total		235	51	131	55,74	38	16,17	15	40	17,02

Fonte: SISTEC, adaptado pela autora.

Percebe-se que constavam 235 alunos matriculados. Destes, 55,74% evadiram (são considerados como evadidos os alunos com status abandono, desligado e

transferência externa); 17,02% estão retidos (alunos que permanecem com o status “em curso” e “integralizado” após a data de término de um ciclo.)

O índice médio de evasão de 55,74% é alto, acima de 50%, com uma variação na taxa de evasão entre os cursos. Os cursos com maiores índices de evasão foram o Técnico em Análises Clínicas com 68,33%, seguido do Técnico em Secretaria Escolar (56,67%) e do Técnico em Vigilância em Saúde (56,36%). O curso com menor índice de evasão foi o Técnico em Informática com 41,67% de evasão.

No ano de 2016, o IFSULDEMINAS aumentou o número de vagas ofertadas devido à demanda por mais vagas nestes cursos. Foi realizada a coleta de dados para verificar o número de estudantes evadidos e concluintes como mostra a tabela 2.

Tabela 2: Frequências e percentuais dos alunos evadidos e concluintes por turma dos cursos técnicos subsequentes a distância do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho ano de 2016

Curso	Ciclos	Total	Em curso	Evadidas	% evasão	Concluídas	% conclusão	Integralizadas	Retidas	% retenção
Esp. Téc. em Enfermagem do Trabalho	02/16 a 12/16	63	21	7	11,11	33	52,38	2	23	36,51
Análises Clínicas	02/16 a 12/17	69	25	44	63,77	0	0,00	0	0	0,00
Análises Clínicas	12/16 a 12/18	69	41	28	40,58	0	0,00	0	0	0,00
Informática	02/16 a 12/17	70	34	36	51,43	0	0,00	0	0	0,00
Informática	12/16 a 12/18	60	35	25	41,67	0	0,00	0	0	0,00
Logística	02/16 a 12/17	67	44	23	34,33	0	0,00	0	0	0,00
Meio Ambiente	12/16 a 12/18	64	33	31	48,44	0	0,00	0	0	0,00
Vigilância em Saúde	02/16 a 12/17	69	19	50	72,46	0	0,00	0	0	0,00
Total		531	252	244	45,95	33	6,21	2	23	4

Fonte: SISTEC, adaptado pela autora

No ano de 2016 foram matriculados 531 estudantes. Destes, 45,95% evadiram (são considerados como evadidos os alunos com status abandono, desligado e transferência externa) e 4,33% estão retidos (alunos que permanecem com o status “em curso” e “integralizado” após a data de término de um ciclo. Porém, estes dados não são conclusivos, visto que os dados foram extraídos em outubro/2017, antes do término dos cursos.

Percebe-se que o índice de evasão chegou a 45,95%, ainda com os cursos em andamento, indicando que ao final do curso estes números poderão ser ainda maiores. Novamente os cursos técnicos em Vigilância em Saúde e Análises Clínicas têm os maiores índices de evasão com 72,46% e 63,77% respectivamente. Os cursos que

tiveram os menores índices foram a Especialização Técnica em Enfermagem do Trabalho com 11,11%, seguido pelo Técnico em Logística com 34,33%. Analisando as taxas de evasão dos dois períodos, tais informações revelam índices alarmantes de evasão, que representam um desperdício de quase a metade das vagas ofertadas (IFSULDEMINAS, 2011).

Num segundo momento analisou-se os resultados obtidos pelo questionário. De uma amostra de 529 (quinhentos e vinte e nove) alunos, 50 não tinham endereço de e-mail cadastrado, 70 não tinham endereço de e-mail válido e ao final obteve-se respostas de apenas 105 respondentes, dando um aproveitamento de 22%. Contou-se com a colaboração da coordenadora do polo selecionado, que enviou mensagens eletrônicas aos alunos incentivando-os a participarem da pesquisa.

Aborda-se a seguir o perfil socioeconômico dos estudantes da amostra selecionada, segundo respostas do questionário. Não foi possível comparar o perfil dos estudantes evadidos e não evadidos, visto que dos 105 respondentes apenas 7,7% eram evadidos.

Tabela 3: Características sociais gerais segundo estudantes respondentes

Característica	Variável	N.	%
Faixa etária	18 a 20 anos	7	6,7
	21 a 30 anos	32	30,5
	31 a 40 anos	35	33,3
	41 a 50 anos	24	22,9
	Acima de 50 anos	7	6,67
Etnia	Branco	61	58,1
	Negro	14	3,33
	Amarelo	4	3,81
	Pardo	24	22,86
	Outros	2	1,9
Gênero	Homens	41	39,05
	Mulheres	64	60,95
Estado civil	Solteiro	39	37,1
	Casado	45	42,9
	Vive com companheiro	9	8,6
	Viúvo	1	0,95
	Divorciado	11	10,5
Onde mora	Alfenas	70	66,7
	Alterosa	7	6,67
	Campos Gerais	3	2,86
	Outros Municípios	25	23,81
Transporte utilizado para ir ao polo	A pé ou de bicicleta	14	13,33
	Transporte escolar (fretamento)	1	0,95
	carro/ moto (próprio ou da família)	58	55,24
	Carro/moto (carona)	9	8,57
	Transporte coletivo/ônibus	23	21,9

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo

São pessoas adultas com idade entre 21 e 40 anos (86,7%). A maioria (33,3%) está na faixa de 31 a 40 anos, indicando que a educação a distância é inclusiva, pois permite um retorno aos estudos daqueles que passaram da idade média usual para a entrada no ensino superior (18 aos 21).

A maioria é branca, porém, ao analisar a quantidade de negros (13,3%) e pardos (22,9%) observa-se que em comparação com a média brasileira de negros e pardos matriculados na educação profissional, a participação dos negros está acima da média e a participação dos pardos é menor. Segundo dados do INEP (2016), a presença de negros na educação profissional chega a 12,23%, enquanto que pardos chegam a 54%, logo é necessário pensar em ações que promovam uma maior inclusão das pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, notadamente as pardas, no ensino profissional e na educação a distância.

As mulheres representam cerca de 60% dos estudantes. Ao cruzar estas informações com a faixa etária percebe-se que são mulheres com idade entre 31 e 49 anos (62,5%), além de serem também a maioria entre os pesquisados com idade acima de 50 anos. Assim, por essa estatística descritiva básica, pode-se deduzir que o ensino a distância é uma modalidade de ensino que tem como principal característica a flexibilidade de tempo e lugar, torna-se uma política pública educacional que, ao mesmo tempo em que não concorre com o presencial, inclui os que, historicamente, não se encontram no ensino presencial, especialmente nas Instituições Federais de Ensino. Ademais e, por isso, atrai o público adulto e revela-se não apenas como qualificação profissional e realização pessoal da mulher, mas um meio para vencer as diferenças de gênero, principalmente no mercado de trabalho.

Também valendo-se da estatística descritiva, inferiu-se que, majoritariamente os discentes são casados (42,9%) e/ou amasiados (8,6%). O restante se divide entre solteiros (37,1%), viúvos (0,95%), divorciados (10,5%). Analisando este resultado, e retomando o percentual de homens e mulheres, nota-se que a maioria das mulheres é casada e, conseqüentemente, dividem seu tempo com outras atividades, tais como: cuidar da casa, dos filhos. Neste sentido pode-se inferir que o apoio da família é um fator determinante para a permanência e êxito do aluno no curso.

A maioria reside no município de Alfenas e utiliza carro próprio para chegar até ao polo, inferindo assim que a proximidade do polo pode ser um fator positivo à permanência. Além do perfil social, buscou-se investigar também o perfil econômico dos estudantes, conforme mostra tabela 4.

Tabela 4: Características econômicas segundo estudantes respondentes

Característica	Variável	N.	%
Renda Familiar	Abaixo de 2 salários-mínimos	53	50,5
	Entre 2 e 5 salários-mínimos	50	47,6
	Entre 5 e 10 salários-mínimos	2	1,9
Participação na renda familiar	Não contribui	11	10,5
	Parcialmente responsável pelo próprio sustento	16	15,2
	Principal responsável pelo próprio sustento	9	8,6
	Principal responsável pelo meu sustento e contribuo parcialmente para o sustento familiar	38	36,2
	Principal responsável pelo meu próprio sustento e o de minha família	31	29,5
Horas trabalhadas	Até 20 horas	7	16,2
	De 20 a 29 horas	1	1
	De 30 a 40 horas	45	42,9
	Acima de 40 horas	42	40

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo

Outra importante inferência, notadamente na condição socioeconômica é a de que majoritariamente os discentes entrevistados são trabalhadores de baixa renda, com remuneração abaixo de 2 salários-mínimos (50,5%) e entre 2 e 5 salários-mínimos (47,6%), com jornada de trabalho entre 30 a 40 horas semanais. Ademais, em sua maioria são os principais responsáveis pelo próprio sustento e contribuem, ainda, para o sustento da família. Logo, a EaD é uma opção válida para aqueles que já estão no mercado de trabalho e buscam o aperfeiçoamento profissional.

Tabela 5: Nível de Escolaridade dos pais e mães segundo estudantes respondentes

Escolaridade	Pai		Mãe	
	Nº	%	Nº	%
Sem Escolaridade	14	13,3	12	11,4
Ensino Fundamental incompleto	55	52,4	45	42,9
Ensino Fundamental completo	14	13,3	12	11,4
Ensino Médio incompleto	5	4,8	5	4,8
Ensino Médio completo	11	10,5	19	18,1
Superior incompleto	1	1	2	1,9
Superior completo	4	3,8	7	6,7
Pós-graduação	1	1	3	2,9

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo

Olhando a ascendência familiar, cerca de 50% dos pais e 43% das mães dos discentes que responderam o questionário possuem o ensino fundamental incompleto, indicando um baixo grau de escolaridade. Nota-se também que as mães, em nível geral, têm mais escolaridade que os pais, pois há um índice maior de mães com ensino médio completo, nível superior e pós-graduação. Já sobre a vida escolar pregressa dos alunos de EaD entrevistados, questões sobre o histórico escolar foram pesquisadas, como mostra tabela 6.

Tabela 6: Histórico escolar dos estudantes, segundo estudantes respondentes

Característica	Variável	N.	%
Sistema de ensino	Predominantemente em escola pública	26	24,8
	Predominantemente em escola particular	4	3,8
	Todo em escola pública	72	68,6
	Todo em escola particular	3	2,9
Desempenho no Ensino Médio³	Excelente	24	22,9
	Bom	69	65,7
	Regular	12	11,4
	Fraco	24	22,9
Experiência em cursos EaD	Sim e concluí	47	44,8
	Sim e não concluí	17	16,2
	Não	41	39

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo

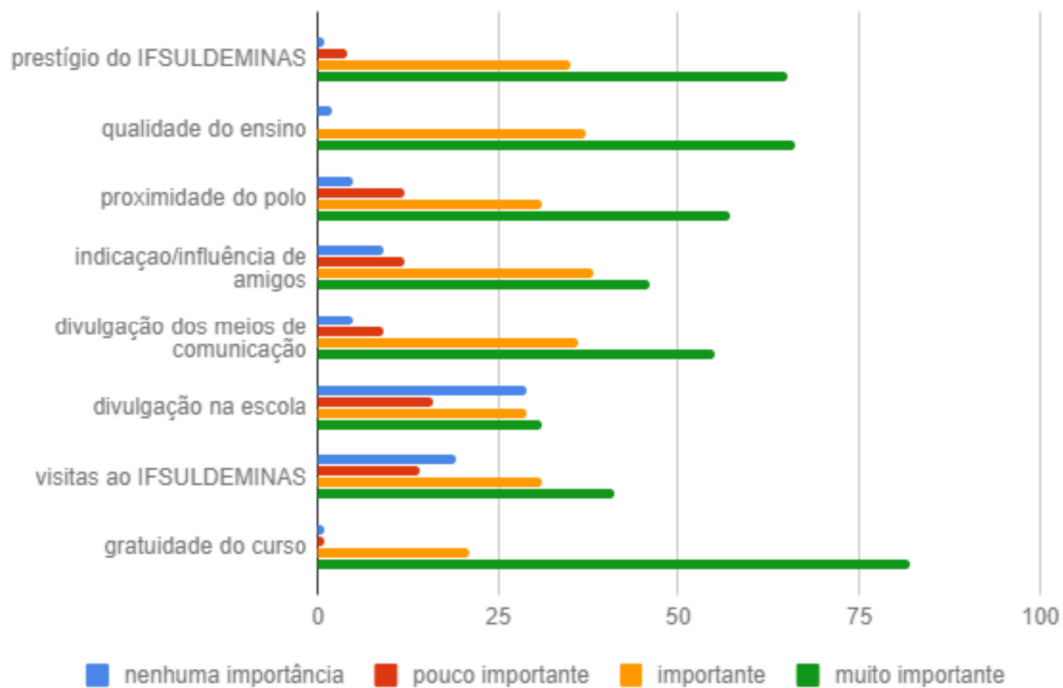
A pesquisa também mostrou que são alunos provenientes do sistema público de ensino e que consideram que tiveram um desempenho entre excelente (22,9%) e bom (65,7%) no Ensino Médio. Também já tiveram alguma experiência com a educação a distância, concluindo ou não o curso. Assim, outra inferência chama a atenção: o curso técnico a distância não é destinado àqueles que tiveram uma base fraca no ensino médio ou uma “alternativa” àqueles que não conseguiram ingressar no ensino superior, especialmente o presencial, ou seja, não é uma “seleção às avessas”, mas sim uma demanda daqueles que enxergam no ensino técnico uma possibilidade, uma opção primeira na sua trajetória profissional e acadêmica.

Em um segundo momento, investigou-se por quais razões os discentes entrevistados escolheram o IFSULDEMINAS. Nesse sentido, a partir de uma escala de julgamento de 4 pontos (1 = nenhuma importância a 4 = muito importante), eles assinalaram quais os principais motivos na hora de escolher a instituição, conforme

³ O desempenho no Ensino Médio foi avaliado mediante auto-declaração.

mostra o gráfico 1. No eixo x consta a escala de julgamento e no eixo y a frequência absoluta de respostas.

Gráfico 1: Razões para escolher o IFSULDEMINAS, segundo estudantes respondentes

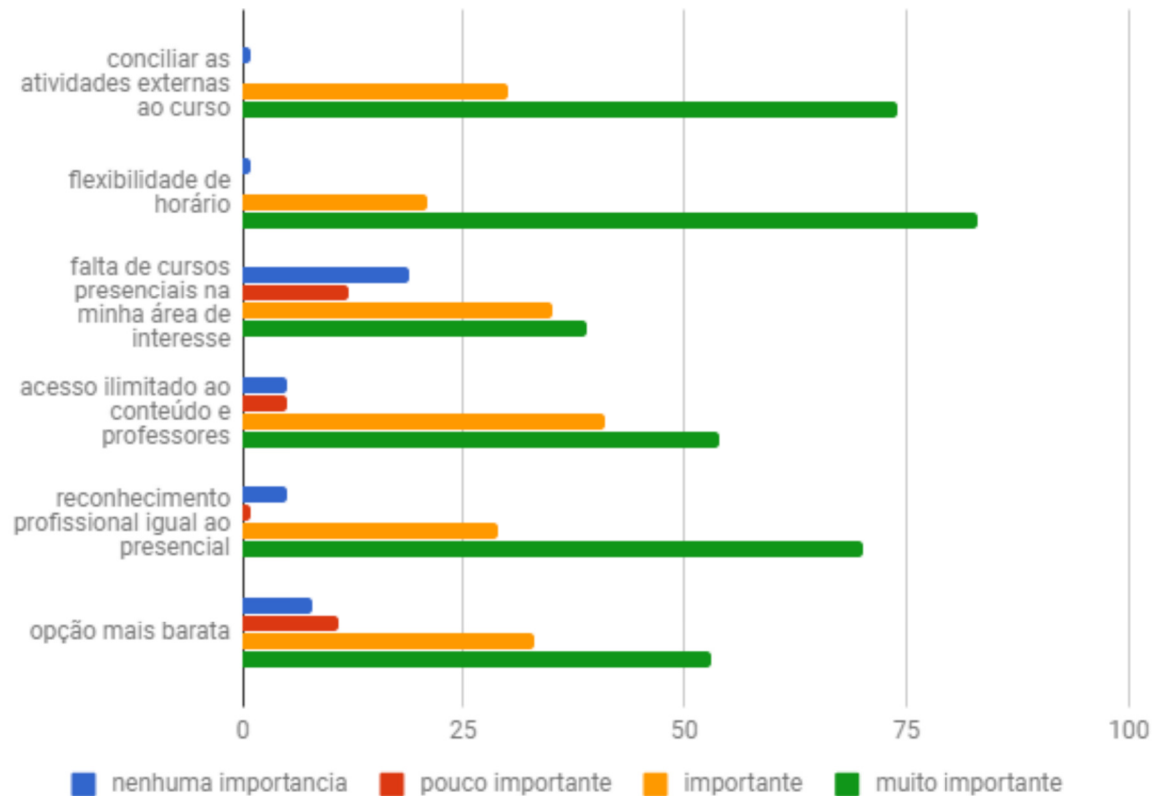


Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo

As variáveis que tiveram o maior índice de respostas “Muito Importante” na escolha da instituição foram a gratuidade do curso, seguidas pelo prestígio da Instituição e qualidade do Ensino. Logo, o que motiva a escolher o IFSULDEMINAS é o seu prestígio por oferecer ensino gratuito e de qualidade. As outras variáveis listadas tiveram níveis mais baixos de frequência.

No gráfico 2 podem-se observar os motivos que os levam a escolher um curso a distância. No eixo x consta a escala de julgamento e no eixo y as frequências absolutas de respostas.

Gráfico 2: Razões para escolher um curso a distância, segundo os estudantes respondentes

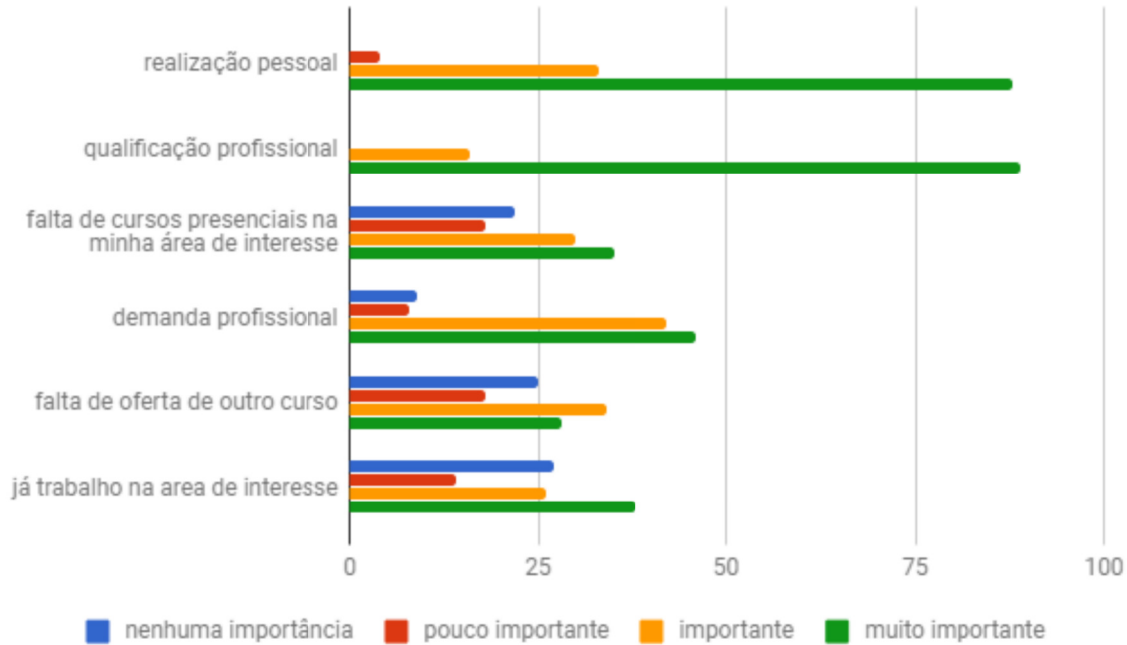


Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo

As variáveis que tiveram o maior índice de respostas “Muito Importante” foram a flexibilidade de horário, conciliar as atividades externas ao curso e reconhecimento profissional igual ao presencial. Pode-se inferir que por ser flexível e permitir conciliar com as atividades externas um curso a distância é a primeira opção na hora de se escolher um curso. Essa última inferência é corroborada quando se leva em conta que a maioria é mulher na idade adulta e casada. O que justifica também o maior índice de respostas “Nenhuma importância” na variável “Falta de Cursos Presenciais na Minha Área de Interesse”, ratificando a importância da EaD na busca de qualificação profissional e não apenas a “Única Opção ante a Minha Realidade”.

No gráfico 3 podem-se observar os motivos que levam à escolha de um curso técnico. No eixo x consta a escala de julgamento e no eixo y a frequência absoluta de respostas.

Gráfico 3: Razões para escolher um curso técnico, segundo os estudantes respondentes



Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo

As variáveis que tiveram o maior índice de respostas “Muito Importante” foram realização pessoal e qualificação profissional. As outras variáveis tiveram níveis mais baixos de frequência.

Buscou-se também analisar a atitude comportamental de tutores, professores e aspectos institucionais seu processo de ensino aprendizagem e tecnologia adotada. Nesse sentido, a partir de uma escala de julgamento de quatro pontos (1 = discordo totalmente a 4 = concordo totalmente), eles responderam questões sobre o comportamento de tutores e professores entre outros. Veja tabelas 7 a 12.

Tabela 7: Atitude comportamental dos professores segundo estudantes respondentes

Variáveis	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Os professores davam retorno adequado sobre o desempenho	1,9%	14,29%	25,71%	58,10%
Os professores demonstraram flexibilidade para atender às diferentes necessidades do aluno com relação aos assuntos de conteúdo de disciplinas; realização de exercícios e atividades; avaliação, etc.	2,86%	13,33%	30,48%	53,33%
Os professores estimulavam a participação da turma programando trabalhos em grupo	4,76%	18,10%	27,62%	49,52%
Havia agendamento de atividades a serem realizadas virtualmente (chats, fórum, e-mail, etc.)	6,67%	8,57%	26,67%	67,62%
Frequentemente ocorriam encontros presenciais entre os professores e os alunos do polo	5,71%	14,29%	26,67%	53,33%

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo

A maioria assinalou que “Concorda Totalmente” com as variáveis que analisam a atitude comportamental dos professores. Deste modo depreende-se que há uma relação satisfatória entre professores e alunos, que professores dão retorno adequado sobre o desempenho dos alunos, demonstram flexibilidade para atender às suas necessidades em relação aos conteúdos disciplinares, realização de exercícios e atividades, assim como estimulam a participação da turma programando trabalhos em grupos e agendamento de atividades virtuais.

Tabela 8: Atitude comportamental dos tutores segundo estudantes respondentes

Afirmativa	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Tive uma relação satisfatória com a tutoria para tirar dúvidas e ser orientado (a) sobre os conteúdos de disciplinas e a realização dos exercícios dos livros.	5,71%	8,57%	23,81%	61,90%
A tutoria estimulava a participação da turma para o estudo em grupo	10,48%	15,24%	25,71%	48,57%
A tutoria do polo estimulava a participação da turma promovendo trabalhos em grupo, realização coletiva de exercício etc.	16,19%	15,24%	21,90%	46,67%
A tutoria do polo dava retorno adequado sobre o desempenho	7,62%	12,38%	24,76%	55,24%

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo

Corroborando com o entendimento descrito anteriormente, quando questionados sobre a atitude comportamental do tutor, a maioria assinalou que “Concorda Totalmente” com as variáveis que analisam a atitude comportamental dos tutores. Concordaram que

há uma relação satisfatória com a tutoria para tirar dúvidas e serem orientados sobre os conteúdos das disciplinas e a realização dos exercícios, que os tutores estimulam a participação da turma para o estudo em grupos e dão retorno adequado sobre o desempenho. Resultado semelhante teve Amidani (2004), no qual aproximadamente 70% dos alunos não-evadidos mostraram-se satisfeitos com o relacionamento existente com a tutoria do polo quanto ao atendimento de questões de conteúdo.

De acordo com Pimentel (2009), o tutor tem um papel fundamental na aprendizagem do aluno e deve ter formação na área e novas competências para atuar na EaD. No IFSULDEMINAS, os alunos contam com um tutor a distância e outro presencial que mediam o processo de aprendizagem entre aluno e professor numa relação de 60 alunos por turma

Tabela 9: Percepção dos alunos sobre a tecnologia segundo estudantes respondentes

Afirmativas	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
A tecnologia adotada (fax, telefone, plataforma virtual) era adequada para promover uma satisfatória socialização entre os próprios alunos e os alunos e a tutoria do polo.	6,67%	17,14%	29,52%	46,67%
O alto custo decorrente da utilização da tecnologia adotada pelo curso impossibilitou seu uso na frequência adequada para a interação.	31,43%	10,48%	29,52%	28,57%
A tecnologia adotada (fax, telefone, plataforma virtual) era adequada para promover um ensino-aprendizagem satisfatório.	0,95%	3,81%	33,33%	61,90%
Os professores e tutores dominavam satisfatoriamente os recursos tecnológicos de informática.	0,95%	10,48%	23,81%	64,76%
Eu dominava satisfatoriamente os recursos tecnológicos de informática.	0,95%	6,67%	32,38%	60%

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo

A maioria assinalou que “Concorda Totalmente” com as variáveis que dizem respeito à tecnologia utilizada pela instituição. Consideram que a tecnologia adotada é adequada para promover um ensino-aprendizagem satisfatório e uma socialização entre os próprios alunos e a tutoria do polo. Além disso, consideram que ela é acessível, barata, possibilita seu uso com uma frequência adequada para a interação e que professores e

tutores dominam satisfatoriamente os recursos tecnológicos de informática. O domínio da tecnologia e o uso adequado do ambiente virtual ajudam a promover a permanência no curso. Estudos de Abbad, Carvalho e Zerbini (2006) e Maia e Meireles (2014) mostram que há uma relação entre evasão e o domínio da tecnologia, pois os alunos não concluintes são aqueles que tendem a não utilizar os recursos eletrônicos de interação (mural de notícias, *chats*, troca de mensagens eletrônicas) e o índice de evasão é maior nos cursos totalmente a distância em relação aos cursos semipresenciais devido ao maior ou menor uso das TICs.

Tabela 10: Percepção sobre participação nas atividades do curso segundo estudantes respondentes

Afirmativas	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Sempre que precisei, utilizei os atendimentos presenciais semanais do polo.	5,71%	9,52%	32,38%	52,38%
Eu participava das atividades virtuais realizadas pelo curso.	1,90%	4,76%	33,33%	62,86%
Eu me dedicava satisfatoriamente aos estudos complementares (leituras, realização de exercícios, trabalhos), para acompanhar o curso.	1,90%	5,71%	29,52%	62,86%
O meu rendimento no curso (notas, menções) era satisfatório.	2,86%	4,76%	28,57%	63,81%
Eu sempre participei dos encontros informais presenciais.	22,86%	19,05%	21,90%	36,19%
Ocorreram da minha parte, dificuldades em entender o conteúdo do curso.	34,29%	14,29%	25,71%	25,71%
Tive dificuldade em cumprir as atividades propostas em casa.	33,33%	14,29%	20,95%	28,57%

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo

A maioria concorda que participava das atividades virtuais do curso, utilizava o atendimento presencial do polo, se dedicava aos estudos complementares e tinha um bom rendimento escolar. O alto índice de concordância nestes itens demonstra que é essencial que o aluno participe efetivamente das atividades presenciais e virtuais. Por outro lado, há índices consideráveis de discordância quando se trata de entender o conteúdo do curso e cumprir as atividades propostas em casa, demonstrando a dificuldade que os alunos têm para estudarem sozinhos, sem a presença tradicional do professor.

Tabela 11: Pertencimento ao IFSULDEMINAS segundo estudantes respondentes

Afirmativas	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Eu me considerava parte do corpo de alunos do IFSULDEMINAS	0,95%	3,81%	33,33%	61,90%
Eu tinha satisfação de pertencer ao quadro de alunos do IFSULDEMINAS	1,90%	2,86%	20,95%	74,29%
Eu conhecia as normas e os valores do IFSULDEMINAS	4,76%	9,52%	21,90%	63,81%
Eu identificava-me com as normas e os valores do IFSULDEMINAS	1,90%	7,62%	26,67%	63,81%

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo

A maioria assinalou que “Concorda Totalmente” com as variáveis que analisam como o aluno se sentia em relação à instituição. A maioria se considerava parte do corpo de alunos, tinha satisfação de pertencer ao quadro de alunos, conhecia as normas e os valores (tipo de aluno que o IFSULDEMINAS quer formar e se identificavam com elas; normas de condutas; tipo de ensino e aprendizagem que o IFSULDEMINAS defende, etc.) e se identificava com elas.

Tabela 12: Participação do aluno nas atividades informais do curso segundo estudantes respondentes

Afirmativas	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Os alunos organizavam encontros presenciais, entre si, para realizarem estudos, exercícios, trabalho em grupo etc.	23,81%	22,86%	27,71%	27,62%
Os alunos organizavam encontros virtuais, entre si, para realizarem estudos, exercícios, trabalho em grupo, etc.	28,57%	20,95%	20%	30,48%
Ocorriam encontros informais presenciais (confraternizações, jogos, atividades culturais, etc) entre os alunos, com a presença da tutoria do polo.	39,05%	18,10%	19,05%	23,81%

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo

Há uma equivalência na quantidade de respondentes que concordam e discordam sobre como se dava a sua participação em atividades extracurriculares como organizar encontros presenciais ou virtuais entre si, para realizarem estudos, exercícios, trabalhos em grupo ou até mesmo em outras atividades presenciais como confraternizações, jogos, atividades culturais, etc.

Por fim procurou-se pesquisar quais seriam os fatores que contribuem para a permanência e evasão dos cursos. A questão solicitava que o aluno indicasse a

importância dos motivos na decisão de interromper o curso considerando valores de “Alta” importância a “Nenhuma”. Veja tabela 13.

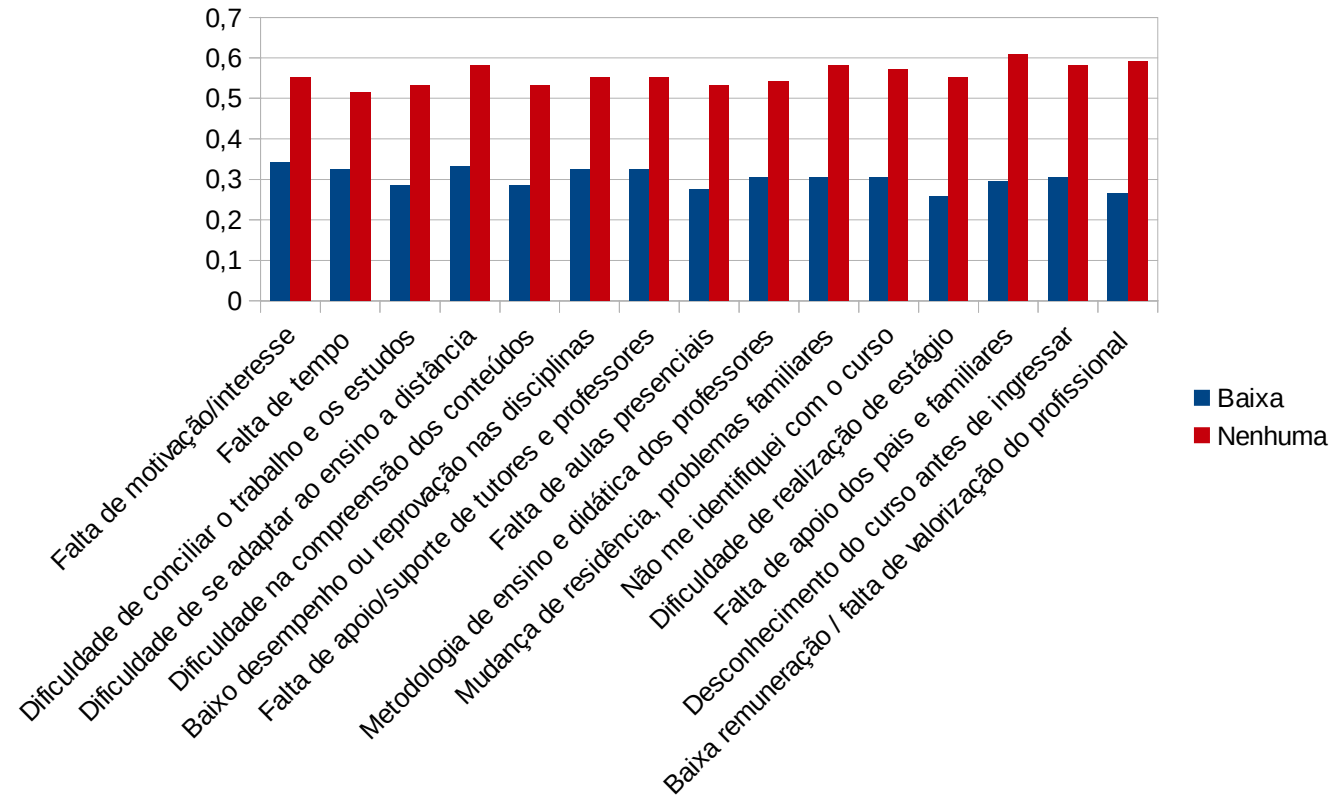
Tabela 13: Motivos que podem contribuir na decisão de permanecer ou evadir do curso segundo estudantes respondentes

Fatores	Alta	Media	Baixa	Nenhuma
Falta de motivação/interesse	8,57%	1,90%	34,29%	55,24%
Falta de tempo	10,48%	5,71%	32,38%	51,43%
Dificuldade de conciliar o trabalho e os estudos	11,43%	6,67%	28,57%	53,33%
Dificuldade de se adaptar ao ensino a distância	4,76%	3,81%	33,33%	58,10%
Dificuldade na compreensão dos conteúdos	11,43%	6,67%	28,57%	53,33%
Baixo desempenho ou reprovação nas disciplinas	6,67%	5,71%	32,38%	55,24%
Falta de apoio/suporte de tutores e professores	9,52%	2,86%	32,38%	55,24%
Falta de aulas presenciais	12,38%	6,67%	27,62%	53,33%
Metodologia de ensino e didática dos professores	11,43%	3,81%	30,48%	54,29%
Mudança de residência, problemas familiares	8,57%	2,86%	30,48%	58,10%
Não me identifiquei com o curso	6,67%	5,71%	30,48%	57,14%
Dificuldade de realização de estágio	18,10%	0,00%	25,71%	55,24%
Falta de apoio dos pais e familiares	7,62%	1,90%	29,52%	60,95%
Desconhecimento do curso antes de ingressar	7,62%	3,81%	30,48%	58,10%
Baixa remuneração / falta de valorização do profissional	9,52%	4,76%	26,67%	59,05%

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo

A fim de diagnosticar os fatores que promovem a permanência, considerou-se o número de respondentes que consideram “Baixa” ou “Nenhuma” a importância dos fatores listados na decisão de desistir do curso. No eixo y temos a porcentagem de respondentes e no eixo x os fatores da desistência do curso. Veja gráfico 4.

Gráfico 4: Fatores da permanência, segundo resposta dos estudantes respondentes



Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo

Os fatores que tiveram maior porcentagem de respostas considerando como “Nenhuma Importância” ao pensar em desistir do curso foram a falta de apoio dos pais e familiares (60,95%) e baixa remuneração do profissional formado (59,05%). Assim, deduz-se que o apoio dos familiares e a boa remuneração e reconhecimento do profissional formado são os principais fatores que promovem a permanência. Na sequência, os fatores a dificuldade de se adaptar ao ensino a distância, o desconhecimento do curso antes de ingressar e mudança de residência/problemas familiares tiveram porcentagens equivalentes (58,10%). Demonstra que conhecer o curso e a modalidade de ensino a distância também são fatores importantes para a permanência do aluno no curso, corroborando com o perfil dos alunos, visto que a maioria já teve alguma experiência em cursos EaD. O fator problema familiar/mudança de residência transcende a pesquisa, a qualidade do ensino ou qualquer outra variável.

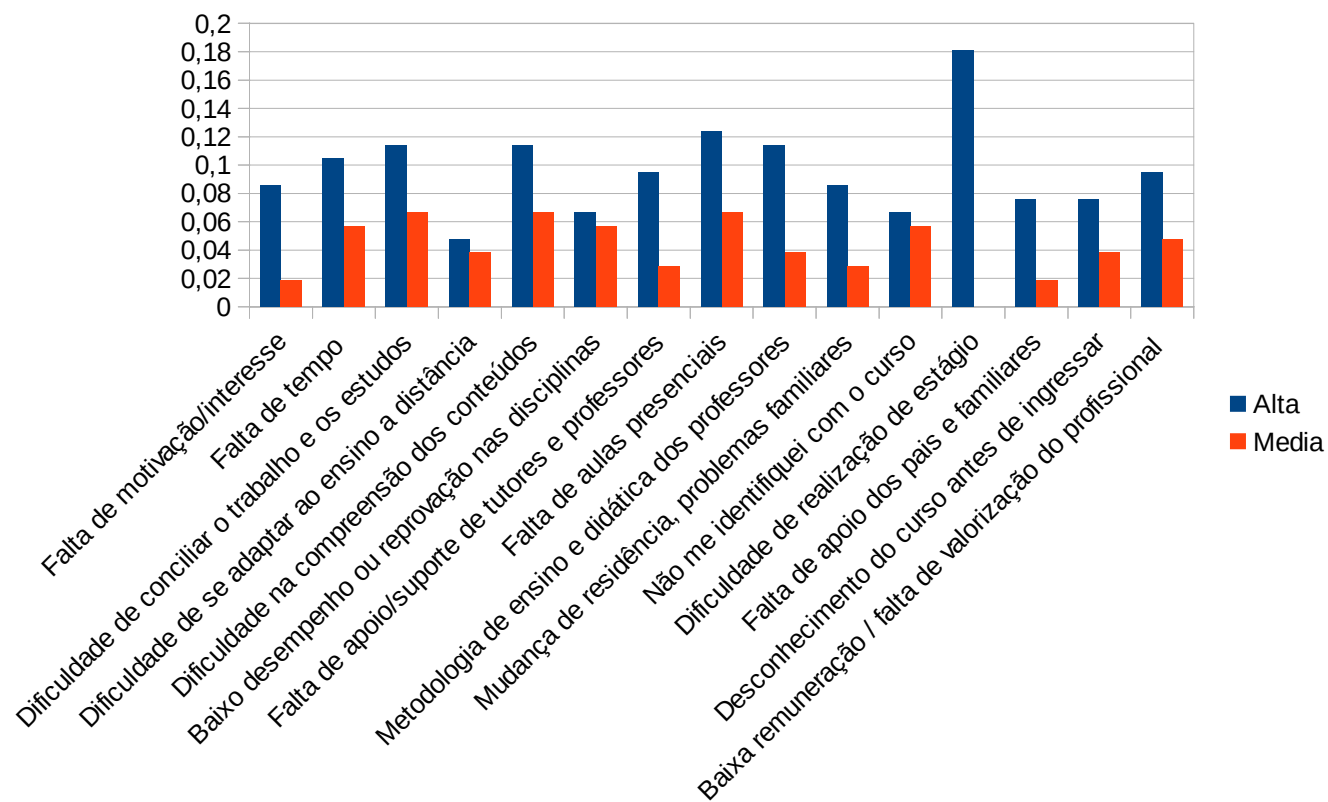
Pode-se deduzir que a permanência está associada ao apoio dos pais e familiares, reconhecimento do profissional formado e prévio conhecimento da educação a distância. Além disso, conhecer previamente o conteúdo do curso, receber um suporte adequado de tutores e professores e apresentar um bom desempenho nas disciplinas tornam-se fatores motivacionais que promovem a permanência e o êxito. A instituição já promove algumas ações neste sentido, pois no *site* institucional é possível obter informações sobre os cursos (como matriz curricular, perfil do profissional formado e mercado de trabalho), os profissionais que atuam na EaD são selecionados por edital, no qual se exige ensino superior na área específica do curso, experiência em docência e em EaD. Anualmente são realizadas Mostra de Profissões e outros eventos que permitem que a sociedade local conheça a instituição e seus cursos oferecidos.

Na busca por diminuir as taxas de evasão e promover a permanência, algumas estratégias de intervenção foram pensadas pelo IFSULDEMINAS como: criar mecanismo de monitoramento para o acompanhamento dos alunos faltosos; divulgação dos cursos, esclarecendo sobre a formação técnica, metodologia e rotina acadêmica; revisão periódica do projeto pedagógico de curso em atendimento à realidade da demanda local, que proporcionem ao discente uma rotina menos exaustiva e amplie sua formação enquanto sujeito pleno incluindo disciplinas de formação integral do sujeito que proporcionem reflexões sociais e conteúdos profissionalizantes; criação de mecanismos de monitoramento e acompanhamento, envolvendo professor, coordenação e setor pedagógico, evitando a evasão e retenção; divulgação dos cursos técnicos em ambientes

estratégicos, com clareza e importância da formação técnica além de disponibilização de cartilhas informativas ou de um manual do aluno sobre o respectivo curso e manutenção de informações atualizadas no *site* institucional; implementação do nivelamento para os alunos; orientação sobre a rotina de estudos, a importância de acompanhar as atividades e realizá-las dentro dos prazos estipulados e das normas acadêmicas que se referem a frequência e notas; evitar trocas de tutores ao longo do ano ou semestre; buscar oferta de estágios em dois turnos (matutino e vespertino) na tentativa de possibilitar ao estudante uma melhor adequação para o cumprimento desse requisito.

A fim de diagnosticar os fatores que promovem a evasão, foi considerado o número de respondentes que optaram por “Alta” e “Media” importância. No eixo y temos a porcentagem de respondentes e no eixo x os fatores da desistência do curso. Veja gráfico 5.

Gráfico 5: Fatores da evasão, segundo resposta dos estudantes respondentes



Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo

De acordo com a frequência absoluta de respostas, as causas assinaladas com “média” e “alta” importância foram a dificuldade de realização do estágio e em seguida falta de aulas presenciais, metodologia de ensino e didática dos professores, dificuldade de compreensão dos conteúdos e de conciliar trabalho/estudos. Resultados semelhantes foram encontrados num estudo sobre permanência e o êxito realizado pelo próprio IFSULDEMINAS. As causas elencadas foram conciliação do trabalho com as atividades relacionadas ao curso, falta de identificação com o curso; necessidade de trabalhar e a não conclusão de estágio obrigatório (IFSULDEMINAS, 2016). Levando em conta que, contabilizando os homens e mulheres de todos os cursos, 67% são mulheres e 33% são homens, é necessário criar estratégias que adaptem a metodologia do ensino e a didática dos professores à realidade cotidiana da mulher que trabalha, cuida da casa, dos filhos e ainda estuda.

Ao comparar os dados levantados com a contribuição da literatura consultada e descrita no capítulo anterior, foi possível verificar algumas semelhanças com as causas da evasão encontradas na pesquisa de Coelho (2001), Walter (2006) e Brauer, Abbad e Zerbini (2009). Coelho (2001), por exemplo, elenca a dificuldade em conciliar estudo e trabalho, obrigações referentes à profissão e atenção dedicada à família, falta de tempo como falta de dedicação qualitativa e quantitativa aos estudos, falta da tradicional relação face a face entre professor e alunos como principais causas da evasão. Walter (2006) aponta a falta de tempo e dificuldade de conciliação do curso com atividades profissionais e familiares e Brauer, Abbad e Zerbini (2009) observaram que os itens “Pouco tempo para a realização do curso em função das minhas atividades profissionais” e “Sobrecarga de atividades do meu dia a dia” obtiveram as médias mais elevadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi investigar quais as causas que contribuem para a evasão escolar e, em outra dimensão, as que contribuem para a permanência na Educação profissional de Nível Técnico, em um curso subsequente a distância. Este tema chama a atenção uma vez que a evasão escolar é um problema presente em todas as instituições de ensino, do nível médio ao superior, públicas ou privadas.

Todavia, a produção científica sobre evasão e permanência em cursos a distância ainda é pouco numerosa, tanto na literatura nacional como estrangeira. Desta maneira justifica-se a importância desta investigação na educação profissional e na modalidade à distância, na medida em que há uma expansão dos institutos federais e da educação à distância.

Procurou-se explicar e lançar luz sobre a educação profissional no Brasil desde sua gênese até a concepção dos Institutos Federais. Explorou-se a história e características da educação a distância no Brasil e no mundo, além de pesquisar-se na literatura nacional e internacional o fenômeno da evasão e da permanência em instituições de nível superior e técnico.

No primeiro capítulo introduziu-se e apresentou-se o tema. No segundo capítulo fez-se uma explanação conceitual abordando os principais fatos históricos da Educação profissional no Brasil e apresentou-se o IFSULDEMINAS com suas características gerais, suas especificidades locais, seu papel enquanto política pública voltada para o desenvolvimento regional, com destaque para o Campus foco dessa pesquisa. No terceiro capítulo foram trazidos aspectos conceituais da educação a distância, sua trajetória histórica no Brasil e no mundo e seus limites e possibilidades perante as TIC's. No quarto capítulo fez-se uma revisão bibliográfica em fontes nacionais e algumas indicações internacionais sobre evasão e permanência e suas causas e, por fim, no quinto capítulo descreveu-se aspectos metodológicos da pesquisa e apresentou-se os resultados obtidos por meio da pesquisa.

A pesquisa teve alguns aspectos facilitadores, visto que o lócus foi a instituição na qual a pesquisadora trabalha; o que facilitou o contato e o acesso aos dados e informações necessários à pesquisa. A metodologia escolhida, a extração de dados do SISTEC e o questionário estruturado, favoreceram a obtenção de dados mais precisos e aspectos importantes para o alcance dos objetivos pretendidos.

Os empecilhos encontrados na pesquisa foram: a dificuldade de encontrar os alunos que respondessem ao questionário eletrônico, já que na sua maioria são alunos que desistiram do curso, ou que não receberam o e-mail ou não tiveram interesse em responder as questões; a inconsistência de dados, visto que houve uma diferença do número de alunos entre o relato do SISTEC e a lista de matrícula de alunos cedida pela Coordenação de Ensino e, por último, a esparsa produção científica sobre o assunto direcionado ao ensino técnico e mais especificamente ao ensino técnico a distância sendo que a maioria da literatura encontrada trata de evasão no Ensino Superior.

Os objetivos pretendidos na pesquisa foram alcançados. Diagnosticou-se um percentual alto de evasão na instituição, onde mais de 50% das vagas são desperdiçadas a cada curso ofertado. Foi possível concluir que as causas da evasão em cursos técnicos subsequentes a distância decorrem das dificuldades para a realização do estágio obrigatório; da falta de encontros presenciais; das dificuldades na compreensão dos conteúdos e das dificuldades em se conciliar o trabalho com os estudos. Por outro lado, os fatores que contribuem para a permanência do aluno nesse nível e modalidade de ensino são o conhecimento prévio da do que vem a ser educação a distância; o apoio dos pais e familiares; a motivação pessoal; o conhecimento da matriz curricular do curso; a identificação com o mesmo; o apoio dos tutores e um bom desempenho nas disciplinas.

Acredita-se que este trabalho contribua para a produção científica sobre o tema, visto que há pouquíssimas pesquisas que tratam deste recorte específico e que também contribua na busca pelas causas da evasão. Um elemento novo apontado é a dificuldade para a realização do estágio obrigatório é de suma importância nesse sentido. Considerando que o público da EaD neste nível e modalidade de curso são mulheres casadas e que trabalham, torna-se necessário repensar maneiras de facilitar a concretização desta etapa importante do curso.

Vale considerar também que a educação técnica a distância mostrou ser uma oportunidade excelente àqueles que passaram da idade adequada para entrar no ensino superior e que precisam voltar ou se promover no mercado de trabalho, onde a necessidade de um curso que seja flexível e lhes possibilite conciliar trabalho, família e estudos é primordial para sua entrada e permanência. Exatamente neste processo é que o IFSULDEMINAS é uma opção forte; seja por ser uma instituição de ensino renomada, seja por oferecer cursos gratuitos, flexíveis e de qualidade.

A questão da evasão/permanência é multifacetada e multideterminada, exigindo da instituição, professores e tutores um preparo abrangente para acolher os alunos,

oferecendo-lhes todas as condições para que se adaptem à educação a distância, entendam o processo de ensino-aprendizagem, mantenham-se motivados e aprendam a ter disciplina, a fim de conseguir realizar todas as atividades propostas no decorrer do curso.

Conhecer as principais causas da evasão/permanência nos cursos da Rede E-Tec é fundamental para que gestores e corpo docente adotem medidas preventivas no sentido de evitar a evasão e manter o aluno na escola. Desta forma é inquestionável que o levantamento destas causas, bem como as análises apresentadas, necessitam ser complementados(as) por uma série de novos estudos, cuja continuidade deve ser assegurada.

Como ferramenta de promoção da permanência, sugere-se a criação de vídeos explicativos sobre como funciona um curso a distância, suas exigências, possibilidades e limitações. Ainda neste sentido, a página de cada curso poderia conter um vídeo explicando de forma mais lúdica a matriz curricular e as exigências obrigatórias inerentes ao mesmo.

Sugere-se igualmente oferecer aos alunos um treinamento inicial obrigatório com o intuito de nivelar os conhecimentos básicos em termos do uso das novas tecnologias da informação e comunicação, considerando que muitos alunos podem apresentar dificuldades nesse sentido.

Para trabalhos futuros sugere-se investigar o destino do aluno evadido, se ele abandona de vez os estudos, se procura outro curso, seja a distância ou presencial e até mesmo em outra instituição. Desta maneira seria possível criar estratégias para melhor receber e assistir este aluno na sua próxima tentativa de ingressar ou retomar os estudos.

Outra sugestão é estudar os egressos para avaliar a eficiência do ensino técnico a distância, se ele realmente proporciona o ingresso do estudante no mercado de trabalho e ou se o mercado realmente tem demanda para o profissional formado.

REFERÊNCIAS

ABBAD, Gardênia da Silva; CARVALHO, Renata. Silveira; ZERBINI, Thaís. Evasão em curso via internet: explorando variáveis explicativas. **RAE eletrônica**, v. 5, n. 2, p. 0–0, 2006.

ABBAD, Gardênia da Silva; ZERBINI, Thaís; SOUZA, Daniela Borges Lima de. Panorama das pesquisas em educação a distância no Brasil. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 15, n. 3, p. 291298, dezembro de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2010000300009&lng=pt_BR&nrm=iso>. Acesso em 20 de maio de 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413294X2010000300009>.

ABED. Associação Brasileira de Educação à Distância. **Um Código de Ética para a Educação à Distância**. Disponível em <http://www.abed.org.br/site/pt/institucional/docs_abed/codigo_de_etica_abed/http://www.abed.org.br/site/pt/institucional/docs_abed/codigo_de_etica_abed/>. Acesso em 10 de junho de 2017.

ABED. Associação Brasileira de Educação à Distância. **Censo EAD. BR 2015**. Disponível em <http://abed.org.br/arquivos/Censo_EAD_2015_POR.pdf> Acesso em 31 de julho de 2017.

AMIDANI, C. (2004). **Evasão no ensino superior a distância: o curso de licenciatura em matemática a distância da Universidade Federal Fluminense/CEDERJ7 – RJ** (Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília).

ALMEIDA, O. C. D. S. **Evasão em Cursos a Distância : validação de instrumento, fatores influenciadores e cronologia da desistência**. Dissertação de Mestrado. p. 177, 2007.

ALVES, J.R. A história da EAD no Brasil. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos. **Educação à distância**. O estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 913.

ARETIO. L. G. **Educación a Distancia Hoy**. Madrid: UNED, 1994.

BRASIL. Decreto n.12893 de 28 de fevereiro de 1918. Autoriza o Ministro da Agricultura a crear patronatos agricolas, para educação de menores desvalidos, nos postos zootechnicos, fazendasmodelo de criação, nucleos coloniaes e outros estabelecimentos do Ministerio. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 05 março 1918. Seção 1, p. 2963.

_____. Decreto n. 53.550 de 13 de fevereiro de 1964. Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 fevereiro 1964.

_____. Decreto n. 83.935 de 4 de setembro de 1979. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 setembro 1979.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/se-Tec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf> Acesso em: 10 de março de 2017.

_____. _____. **Um novo modelo em Educação Profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília, 2010.

_____. _____. **Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil**. Brasília, 2015.

_____. _____. **Linha do Tempo da rede de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2016. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>> Acesso em :02 de abril de 2018.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 de dezembro 1996b.

_____. Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de fevereiro 1998.

_____. Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998. Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 de abril 1998b.

_____. **Portaria Ministerial n.º 4.361, de 2004**. Brasília, DF 30 de dezembro 2004.

_____. Decreto n. 5.800, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 de junho 2006.

_____. Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de julho 2006b.

_____. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 de dezembro 2008.

_____. Decreto n. 7.589, de 26 de outubro de 2011. Institui a Rede e-Tec Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 de outubro 2011.

_____. Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC); altera as leis N. 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 de outubro 2011.

_____. Portaria n. 817, de 13 de agosto de 2015. Dispõe sobre a oferta da Bolsa Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei no 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 de agosto 2015.

BARDIN. Laurence. **Análise de Conteúdo**. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, L.S. Educação à distância: perspectiva histórica. In: ALVES, J. R. M. **As bases legais da educação a distância no Brasil**. Revista Estudos, 1999. Cap. 2, p.712. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/publicacoes/Estudos26.pdf>>. Acesso em 04 de junho de 2017.

BATISTA, S. D.; SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, J. M. DA S. A evasão escolar no ensino médio: Estudo De Caso. **Revista Profissão Docente**, v. 9, n. 19, p. 19, 2009.

BEHLER, B.; RUTHER, O. A Brasilização da Educação a Distância. In: NISKIER, A. (Org.) **Educação a Distância: A tecnologia da Esperança**. 2. Ed, São Paulo: Edições Loyola, 2000. Cap. 14, p. 289306.

BELLONI, M. L. **Educação a Distância**. Campinas: Autores Associados, 1999.

BITTENCOURT, Ibsen Mateus; MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. Evasão nos cursos na modalidade de educação a distância: estudo de caso do Curso Piloto de Administração da UFAL/UAB. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 465504, Junho 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362014000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 de agosto de 2017.

BIZARRIA, F.P de Almeida; da SILVA, M.A.; CARNEIRO, J. Papel do tutor no combate a evasão na ead: percepções de profissionais de uma instituição de ensino superior. **Educação, Ciência e Cultura**, 20(1):p–85.2015.

BORTOLOZZO, A.R.S. et al. **Educação a Distância**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Tecnologias Educacionais. – Curitiba: SEED – Pr., 2010. p. – (Cadernos temáticos). Disponível em: <portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015328.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2017.

BRAUER, S.; ABBAD, G.; ZERBINI, T. Características da clientela e barreiras à conclusão de um curso a distância. **PsicoUSF (Impresso)**, v. 14, n. 3, p. 317–328, 2009.

BRUYNE, Paul de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1991.

CANDAU, V. M. F. Tecnologia Educacional: concepções e desafios. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 28, p. 6166, março 1979.

CNE. Resolução CNE/CES 1/2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abril 2001. Seção 1, p.12.

COELHO, Maria. Lourdes. **A Formação Continuada de Professores Universitários em Ambientes Virtuais de Aprendizagem: evasão e permanência**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 de abril de 2001.

DORE, Rosemary; LUSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 770789, Dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742011000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 de agosto de 2017.

FAVERO, R. V. M. **Dialogar ou evadir: Eis a questão!: um estudo sobre a permanência e a evasão na educação a distância.** Dissertação de Mestrado. p. 167, 2006.

FIGUEIREDO, K. N. DOS R. W. DE A. **Evasão escolar: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins Campus Porto Nacional.** p. 154, 2015.

FILHO, Raimundo Barbosa Silva; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAVAN, Rafael Bianchini; CRUZ, Helio Alves Da. **Estudo da Evasão Escolar dos Cursos Profissionalizantes em uma Unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina – SENAI.** Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Santa Catarina, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Caderno Regional do Sul de Minas. Belo Horizonte**, 2014.

IBGE, 2010. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em 6 de março de 2017.

IFSULDEMINAS. **Estatuto.** 2009. Disponível em: <<http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/estatuto>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013.** Pouso Alegre-MG, junho. 2009b. Disponível em: <www.ifsuldeminas.edu.br/downloads/PDI_2009_2013.pdf>. Acesso em 19 de junho de 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.** Pouso Alegre-MG, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.ifsuldeminas.edu.br/00arquivos/2014/julho/PDI20142018ifsuldeminas.pdf>>. Acesso em 12 de dezembro de 2016.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício de 2015.** Pouso Alegre-MG. Março 2016. Disponível em

<<http://ifsuldeminas.edu.br/00arquivos/2016/julho/11/RelatoriodeGestao2015.pdf>>. Acesso em 03 de março de 2017.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**. Pouso Alegre-MG. Março 2017. Disponível em <<http://ifsuldeminas.edu.br/00arquivos/2016/julho/11/RelatoriodeGestao2015.pdf>>. Acesso em 03 de abril de 2017.

MACHADO, Valéria Bolognini Ferreira. **Reformas da Educação Profissional: A “modernização do arcaico”**. Encontro de Estudos e Pesquisa em História, Trabalho e Educação. UNICAMP-Campinas, 2007.

MACHADO, Márcia Rodrigues. **A evasão nos cursos de Agropecuária e Informática / nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes-MG (2002 a 2006)**. Dissertação de Mestrado. Brasília, 2009.

MAGNAGNAGNO, C.C; RAMOS, M.P; OLIVEIRA, M.P de O. Estudo sobre o Uso do Moodle em Cursos de Especialização a Distância da Unifesp. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 5075. 16 dez. 2015. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010055022015000400507&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 de julho de 2017.

MAIA, Marta de Campos; MEIRELLES, Fernando de Souza. **Evasão nos Cursos a Distância e sua Relação com as Tecnologias de Informação e Comunicação**. Sem título. p. 1–16, 2002.

MANFREDI, Silvia. Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MATTAR, Fauze. Najib. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 1 v.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NISKIER, Arnaldo. **Educação à distância: a tecnologia da esperança**. São Paulo: Loyola, 1999.

NUNES, Ivo. **Noções de Educação a Distância**. Revista Educação a Distância. 4/5, dez/93abr/94. Brasília, Instituto Nacional de Educação a Distância, p. 725. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EAD/NOCOES EAD.PDF>. Acesso em 10 de maio de 2017.

ORTIGARA, Claudino. **Políticas para a Educação Profissional no Brasil: os institutos federais de educação, ciência e tecnologia e a educação integral.** Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2014.

PADOIN, E.; AMORIM, M. L. Permanência e abandono no ensino técnico integrado – Instituto Federal de Santa Catarina. In: **VI Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade**, 2015, Rio de Janeiro, 2015.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional.** 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/se-Tec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf> Acesso em 12 de dezembro de 2016.

PELLISSARI, Lucas Barbosa. **O fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens que procuram a Educação Profissional técnica de nível médio.** p. 225, 2012. Disponível em :< <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27670/R%20-%20D%20-%20PELLISSARI%2c%20LUCAS%20BARBOSA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 20 de maio de 2017.

PEREIRA, Eva. Wairos. Educação a Distância, concepção e desenvolvimento. **Revista Linhas Críticas**, Brasília, V.9, n. 17, jul/ dez. 2003, p. 197212. Disponível em: <http://www.fe.unb.br/linhascriticas/n17/educacao_a_distancia.html>. Acesso em 15 de abril de 2017.

PETERS, O. Learning Whit New Media in Distance Education. In: MOORE, M.G.; ANDERSON, W. **Handbook of distance education.** London LAWRENCE Elrbaum Associates Publishers, 2003. Cap.7, p.87112.

PIMENTEL, Naiara. O ensino a distância na formação de professores. **Rev. Perspectiva**, v. 24, p.2531, 1995.

PRETI, Oreste. Educação à distância: fundamentos e políticas / Oreste Preti. Cuiabá: EdUFMT, 2009. **Programa de avaliação institucional das universidades brasileiras (PAIUB).** Brasília: 1994.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, Felipa Lopes. Do ensino presencial ao ensino a distância no contexto universitário. **Revista Científica da FAI**, Santa Rita do Sapucaí: Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação, v. 9, n. 1, p. 8194, 2009.

REVISTA DE EXTENSÃO IFSULDEMINAS. **Projetos, capacitações e eventos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais**. Pouso Alegre-MG, v. 1, n. 1 de dezembro de 2014.

RODRIGUES, A. M. M. Por uma filosofia da tecnologia. In: Grinspun, M.P.S.Z. (org.). **Educação Tecnológica – Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2001: 75129.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto do MEC**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1.2311.255, out. 2007. Disponível em <www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>. Acesso em 16 de março de 2017.

SILVA, A. R.; TERRA, D.C.T. **A Expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os desafios na contribuição para o desenvolvimento local e regional**. In: Anais do I Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. jun. 2013. Disponível em: <http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2013/Arthur_Rezende.pdf>. Acesso em 18 de março de 2017.

SOUSA, Andréia da Silva Quintanilha; MACIEL, Carina Elisabeth. EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PERMANÊNCIA E EVASÃO EM CURSOS DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 175204, Dezembro 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010246982016000400175&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 de agosto de 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0102469816168>

SOUSA, Jalmira R. F. **Implicações pedagógicas da reforma da educação profissional nos cursos técnicos do CEFETMG**. Dissertação de Mestrado. CEFETMG. 2005

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Centro de Educação a Distância. **Avança o debate para o marco regulatório da EAD**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://ead.unb.br/index.php/legislacao/doc_details/12208portariano436129122004>. Acesso em 01 de agosto de 2017.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Metodologia da Teoria Fundamentada**. 1997. Traduzido por Frederico José Andries Lopes. Disponível em: STRAUSS, A.; CORBIN, J. Metodologia da Teoria Fundamentada. Acesso em 28 de outubro de 2017.

TINTO, Vincent. **Reflections on Student Persistence**. Student Success, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 18, julho 2017. ISSN 22050795. Disponível em: <<https://studentsuccessjournal.org/article/view/376>>. Acesso em 22 de janeiro de 2018. doi: <https://doi.org/10.5204/ssj.v8i2.376>.

TCU. Tribunal de Contas da União. **Relatório da Auditoria Operacional da Rede Federal de Educação Profissional**. Data da Sessão: 13/3/2013. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC050608/13P.

WALTER, Amanda. Moura. **Variáveis preditoras de evasão em dois cursos à distância**. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade de Brasília, DF. 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

APÊNDICE A - JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DE TCLE

Referência: Permanência e êxito na Educação à Distância: uma análise a partir dos cursos subsequentes do IFSULDEMINAS Campus Muzambinho

Pesquisador Responsável: Simone Aparecida Gomes

Ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), vimos por meio de este documento solicitar a dispensa de obtenção de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para o estudo intitulado Permanência e êxito na Educação à Distância: uma análise a partir dos cursos subsequentes do IFSULDEMINAS Campus Muzambinho proposto pela pesquisadora Simone Aparecida Gomes.

A dispensa do uso de TCLE se fundamenta: **i)** por ser um estudo observacional, analítico ou descritivo retrospectivo, que empregará apenas informações de questionários eletrônicos, sistemas de informação institucionais e/ou demais fontes sem previsão de utilização de material biológico; **ii)** porque todos os dados serão manejados e analisados de forma anônima, sem identificação nominal dos participantes de pesquisa; **iii)** porque os resultados decorrentes do estudo serão apresentados de forma agregada, não permitindo a identificação individual dos participantes, e **iv)** porque se trata de um estudo não intervencionista (sem intervenções clínicas) e sem alterações/influências na rotina/tratamento do participante de pesquisa, e conseqüentemente sem adição de riscos ou prejuízos ao bem estar dos mesmos.

O investigador principal e demais colaboradores envolvidos no estudo acima se comprometem, individual e coletivamente, a utilizar os dados provenientes deste, apenas para os fins descritos e a cumprir todas as diretrizes e normas regulamentadoras descritas na Res. CNS N. 466/12, e suas complementares, no que diz respeito ao sigilo e confidencialidade dos dados coletados.

Passos, 08 de janeiro de 2018

Simone Aparecida Gomes

APÊNDICE B- E-mail enviado aos alunos

Caro (a) aluno (a),

Esse questionário é sobre uma pesquisa que estuda a permanência e evasão nos cursos técnicos subsequentes a distância, como parte da minha dissertação de mestrado, na Universidade Federal de São Carlos. Esse estudo tem recebido um grande apoio do CEAD do IFSULDEMINAS. Por isso, a sua opinião é muito importante. Fique à vontade para responder porque não há necessidade de identificar-se e as suas informações serão mantidas em sigilo. É muito importante que você **RESPONDA TODAS AS PERGUNTAS**. Assim, por favor, **NÃO DEIXE QUESTÕES EM BRANCO**.

Clique no endereço abaixo para responder a um questionário sobre o assunto.

Clique aqui: <https://goo.gl/forms/HIVCYaXbtFwBZx492> e responda!

Agradeço profundamente sua cooperação.

APÊNDICE C- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

1. Idade:

- 18 a 20 anos
- 21 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- Acima de 50 anos

2. Raça:

- Branco
- Negra
- Amarela
- Pardo
- Outros

3. Sexo:

- Feminino
- Masculino

4. Estado Civil:

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Vive com companheiro(a)
- Viúvo(a)
- Divorciado(a) () Outros

5. Você cursou o Ensino Médio (ou o antigo 2º grau):

- predominantemente em escola pública () predominantemente em escola particular
- todo em escola pública () todo em escola particular

6. Você classificaria seu desempenho no Ensino Médio (ou antigo 2º grau) como:

- Excelente () Bom () Regular () Fraco

7. Você já participou de algum outro curso a distância?

- Sim e concluí 2 () Sim e não concluí () Não

8. Carga horária de trabalho semanal:

- de 20 horas
- 20 a 29 horas
- de 30 a 40
- Acima de 40 horas

9. Cidade onde reside: _____ Estado _____

10. Sua participação na vida econômica familiar:

- Não contribuo com o sustento familiar
- Sou parcialmente responsável pelo meu próprio sustento
- Sou principal responsável pelo meu próprio sustento
- Sou principal responsável pelo meu sustento e contribuo parcialmente para o sustento familiar
- Sou principal responsável pelo meu próprio sustento e o de minha família

11. A sua renda familiar (apenas a sua ou somada a de outra pessoa que contribua com a renda) é:

- abaixo de 2 salários-mínimo
- entre 2 e 5 salários-mínimo
- entre 5 e 10 salários-mínimo

12. Qual o grau de escolaridade de seu pai?

- Sem escolaridade Ensino Médio completo
- Ensino Fundamental incompleto Superior incompleto
- Ensino Fundamental completo Superior completo
- Ensino Médio incompleto pós-graduação

13. Qual o grau de escolaridade de sua mãe?

- Sem escolaridade Ensino Médio completo
- Ensino Fundamental incompleto Superior incompleto
- Ensino Fundamental completo Superior completo
- Ensino Médio incompleto pós-graduação

14. Transporte utilizado para ir ao pólo:

- a pé ou de bicicleta
- transporte escolar (fretamento)
- carro/ moto (próprio ou da família)
- carro/ moto (carona)
- transporte coletivo/ônibus

Atenção, para responder as questões de n. 15 a 16 não marque com um X. Utilize a escala de importância abaixo:

1 Nenhuma importância 2 Pouco importante 3 Importante 4 Muito Importante

15. Possíveis motivos da escolha do IFSULDEMINAS

- Prestígio do IFSULDEMINAS

- Alto nível de qualidade de ensino
- Gratuidade dos cursos
- Proximidade do polo
- Indicação/influência de amigos e familiares
- Divulgação nos meios de comunicação
- Divulgação na escola onde estudava
- Visitas ao IFSULDEMINAS

16. Possíveis motivos da escolha de um curso a distância

- Possibilidade de conciliar as atividades externas ao curso (trabalho, família etc)
- Flexibilidade no horário de estudo
- Falta de cursos presenciais na área de meu interesse, em minha cidade ou em região próxima
- Acesso ilimitado aos conteúdos e aos professores
- Reconhecimento profissional igual ao curso presencial
- Opção mais barata

17. Possíveis motivos da escolha deste curso

- Realização Pessoal
- Melhoria salarial
- Falta de cursos presenciais na área de meu interesse, em minha cidade ou em região próxima
- Demanda pela profissão (falta de profissionais na área)
- Falta de oferta de outro curso, à época da minha escolha
- Já trabalho na área de interesse do curso

Para responder as questões de n. 18 a 48 utilize a escala abaixo:

1 2 3 4. Quanto mais próximo da esquerda você se posicionar (escalas 1 e 2), maior será sua Discordância com a frase. Quanto mais próximo da direita você se posicionar (escalas 3 e 4), maior será a sua Concordância com a frase. Por favor, não deixe questão sem resposta. (lembre-se da escala)

18. Os professores responsáveis pelas disciplinas, no IFSULDEMINAS, davam retorno adequado sobre o meu desempenho
19. Os professores responsáveis pelas disciplinas, no IFSULDEMINAS, demonstraram flexibilidade para atender às diferentes necessidades do aluno com relação aos assuntos de conteúdo de disciplinas; realização de exercícios e atividades; avaliação etc
20. Os professores responsáveis pelas disciplinas, no IFSULDEMINAS, estimulavam a participação da turma programando trabalhos em grupo
21. Tive uma relação satisfatória com a tutoria do IFSULDEMINAS para tirar dúvidas e ser orientado sobre os conteúdos de disciplinas e a realização dos exercícios dos livros
22. A tutoria do IFSULDEMINAS estimulava a participação da turma para o estudo em grupo

23. () Frequentemente, ocorriam encontros presenciais entre os professores do IFSULDEMINAS e os alunos do Pólo
24. () A tutoria do Pólo estimulava a participação da turma promovendo trabalhos em grupo, realização coletiva de exercício etc
25. () Tive uma relação satisfatória com a tutoria do Pólo para tirar dúvidas e ser orientado sobre os conteúdo de disciplinas; a realização de exercícios e atividades; avaliação etc
26. () Sempre que precisei, utilizei os atendimento presenciais semanais do Pólo
27. () A tutoria do Pólo dava retorno adequado sobre o meu desempenho
28. () Os alunos organizavam encontros presenciais, entre si, para realizarem estudos, exercícios, trabalho em grupo etc
29. () Havia agendamento de atividades a serem realizadas virtualmente (chats, fórum, email etc)
30. () Os alunos organizavam encontros virtuais, entre si, para realizarem estudos, exercícios, trabalho em grupo etc.
31. () Eu dominava satisfatoriamente os recursos tecnológicos de informática (Internet, correio eletrônico, chat, fórum, dentre outros)
32. () Os professores e tutores, do IFSULDEMINAS, que participavam de alguma atividade online dominavam satisfatoriamente os recursos tecnológicos de informática (Internet, correio eletrônico, chat, fórum etc)
33. () Eu participava das atividades virtuais realizadas pelo curso
34. () A tecnologia adotada (fax, telefone, plataforma virtual) era adequada para promover um ensino-aprendizagem satisfatório
35. () O alto custo decorrente da utilização da tecnologia adotada pelo curso impossibilitaram seu uso na freqüência adequada para a interação
36. () Eu me dedicava satisfatoriamente aos estudos complementares (leituras, realização de exercícios, trabalhos), para acompanhar o curso
37. () O meu rendimento no curso (notas, menções) era satisfatório
38. () Eu me considerava parte do corpo de alunos do IFSULDEMINAS
39. () Eu tinha satisfação de pertencer ao quadro de alunos do IFSULDEMINAS
40. () Eu conhecia as normas e os valores do IFSULDEMINAS (tipo de aluno que a IFSULDEMINAS quer formar; normas de condutas; tipo de ensino e aprendizagem que a IFSULDEMINAS defende etc)
- 41 () Eu identificava-me com as normas e os valores do IFSULDEMINAS
43. () Ocorriam encontros informais presenciais (confraternizações, jogos, atividades culturais etc) entre os alunos, com a presença da tutoria do Pólo.
44. () Ocorriam encontros informais virtuais (discussão de assuntos diversos, bate-papo etc) entre os alunos
45. () A tecnologia adotada (fax, telefone, plataforma virtual) era adequada para promover uma satisfatória sociabilização entre os próprios alunos e os alunos e a tutoria do pólo
46. () Eu sempre participei dos encontros informais presenciais
47. () Eu sempre participei dos encontros informais virtuais.

48. () Ocorrem, da minha parte, dificuldades em entender o conteúdo do curso

49. () Tive dificuldade em cumprir as atividades propostas em casa

50. Quais períodos do curso você concluiu (mesmo que seja o nº mínimo de disciplinas, por semestre, não importando se você foi aprovado ou não).

() Nenhum período;

() O 1º período;

() O 2º período;

() O 3º período

51. Qual é a sua situação neste curso?

() Desistiu do curso

() Concluiu o curso

() Ainda está cursando

52. Se você assinalou acima a opção "DESISTIU DO CURSO", indique a importância dos motivos abaixo na decisão de interromper o curso. Utiliza a escala de 1 (Alta) 2 (Media) 3 (Baixa) 4 (Nenhuma).

() Falta de motivação/interesse

() Falta de tempo para realizar as atividades propostas

() Dificuldade de conciliar o trabalho e os estudos

() Dificuldade de se adaptar ao ensino a distância

() Dificuldade na compreensão dos conteúdos

() Baixo desempenho ou reprovação nas disciplinas

() Falta de apoio/suporte de tutores e professores

() Senti falta de aulas presenciais

() Metodologia de ensino e didática dos professores

() Mudança de residência, problemas familiares

() Não me identifiquei com o curso

() Dificuldade de realização de estágio

() Falta de apoio dos pais e familiares

() Desconhecimento do curso antes de ingressar

() Baixa remuneração / falta de valorização do profissional formado

APÊNDICE D: CURSOS OFERECIDOS PELO IFSULDEMINAS NO ANO DE 2017

Curso	Campus	Modalidade	Tipo de curso/Programa
Técnico em Agrimensura	Inconfidentes	Presencial	Integrado ao Ensino Médio
Técnico em Agropecuária	Inconfidentes	Presencial	Integrado ao Ensino Médio
Técnico em Alimentos	Inconfidentes	Presencial	Integrado ao Ensino Médio
Técnico em Informática	Inconfidentes		Integrado ao Ensino Médio
Técnico em Administração	Inconfidentes	A distância	Subsequente
Técnico em Informática para Internet	Inconfidentes	A distância	Subsequente
Técnico em Meio Ambiente	Inconfidentes	Presencial	Subsequente
Técnico em Administração	Inconfidentes	Presencial	PROEJA integrado ao Ensino Médio
Tecnologia em Gestão Ambiental	Inconfidentes	Presencial	Superior /
Tecnologia em Rede de Computadores	Inconfidentes	Presencial	Superior
Licenciatura em Ciências Biológicas	Inconfidentes	Presencial	Superior
Licenciatura em Matemática	Inconfidentes	Presencial	Superior
Educação do Campo- LECCA	Inconfidentes	Presencial	Superior
Bacharelado em Engenharia Agrônômica	Inconfidentes	Presencial	Superior
Bacharelado em Engenharia Agrimensura e Cartográfica	Inconfidentes	Presencial	Superior
Bacharelado em Engenharia de Alimentos	Inconfidentes	Presencial	Superior
Educação Infantil	Inconfidentes	Presencial	Pós-graduação <i>Latu Sensu</i>
Gestão Ambiental	Inconfidentes	Presencial	Pós-graduação <i>Latu Sensu</i>
Gestão Ambiental - PMMG	Inconfidentes	Presencial	Pós-graduação <i>Latu Sensu</i>
Educação Matemática	Inconfidentes	Presencial	Pós-graduação <i>Latu Sensu</i>
Técnico em Redes de Computadores	Machado	A distância	Subsequente
Técnico em Geoprocessamento	Machado	A distância	Subsequente
Técnico em Segurança do Trabalho	Machado	A distância	Subsequente/Rede e-tec
Técnico em Telecomunicações	Machado	A distância	Concomitante/Medio tec
Técnico em Vendas	Machado	A distância	Concomitante/Medio tec
Técnico em Modelagem de Vestuário	Machado	A distância	Concomitante/Medio tec
Técnico em Redes de Computadores	Machado	A distância	Concomitante/Medio tec
Técnico em Agronegócio	Machado	A distância	Concomitante/Medio tec
Técnico em Agropecuária	Machado	Presencial	Integrado
Técnico em Alimentos	Machado	Presencial	Integrado/PROEJA
Técnico em Alimentos	Machado	Presencial	Integrado
Técnico em Informática	Machado	Presencial	Integrado
Técnico em Contabilidade	Machado	Presencial	Subsequente
Técnico em Administração	Machado	Presencial	Subsequente
Técnico em Agropecuária – Ênfase em Agroecologia	Machado	Presencial	Subsequente
Técnico em Agropecuária	Machado	Presencial	Subsequente
Técnico em Enfermagem	Machado	Presencial	Subsequente
Técnico em Informática	Machado	Presencial	Subsequente
Técnico em Agroindústria	Machado	A distância	Subsequente
Técnico em Geoprocessamento	Machado	A distância	Subsequente

Técnico em Segurança do Trabalho	Machado	Presencial	Subsequente
Técnico em Vendas	Machado	Presencial	Concomitante /Médio-Tec
Técnico em Agronegócio	Machado	Presencial	Concomitante / Médio-Tec
Técnico em Telecomunicações	Machado	Presencial	Concomitante / Médio-Tec
Técnico em Redes de Computadores	Machado	Presencial	Concomitante / Médio-Tec
Técnico em Modelagem de Vestuário	Machado	Presencial	Concomitante / Médio-Tec
Bacharelado em Administração	Machado	Presencial	Superior
Bacharelado em Ciência e Tecnologia dos Alimentos	Machado	Presencial	Superior
Bacharelado em Agronomia	Machado	Presencial	Superior
Bacharelado em Sistemas de Informação	Machado	Presencial	Superior
Bacharelado em Zootecnia	Machado	Presencial	Superior
Licenciatura em Ciências Biológicas	Machado	Presencial	Superior
Licenciatura em Computação	Machado	Presencial	Superior
Tecnologia em Alimentos	Machado	Presencial	Superior
Tecnologia em Cafeicultura	Machado	Presencial	Superior
Programa Especial de Formação Pedagógica Docente (Licenciatura)	Machado	Presencial	Superior
Cafeicultura Empresarial	Machado	Presencial	Pós- Graduação Lactu Sensu
Produção Animal	Machado	Presencial	Pós- Graduação Lactu Sensu
Mestrado em Alimentos	Machado	Presencial	Pós-Graduação Stricto Sensu
Técnico em Alimentos	Muzambinho	A distância	Subsequente
Técnico em Análises Clínicas	Muzambinho	A distância	Subsequente
Técnico em Cafeicultura	Muzambinho	A distância	Subsequente
Técnico em Informática	Muzambinho	A distância	Subsequente
Técnico em Logística	Muzambinho	A distância	Subsequente
Técnico em Meio Ambiente	Muzambinho	A distância	Subsequente
Técnico em Vigilância em Saúde	Muzambinho	A distância	Subsequente
Especialização Técnica em Enfermagem do Trabalho	Muzambinho	A distância	Subsequente
Técnico em Secretaria Escolar	Muzambinho	A distância	Subsequente
Técnico em Alimentação Escolar	Muzambinho	A distância	Subsequente
Técnico em Agropecuária	Muzambinho	Presencial	Integrado
Técnico em Alimentos	Muzambinho	Presencial	Integrado
Técnico em Informática	Muzambinho	Presencial	Integrado
Técnico em Administração	Muzambinho	Presencial	Subsequente
Técnico em Agropecuária	Muzambinho	Presencial	Subsequente
Técnico em Contabilidade	Muzambinho	Presencial	Subsequente
Técnico em Enfermagem	Muzambinho	Presencial	Subsequente
Técnico em Informática	Muzambinho	Presencial	Subsequente
Técnico em Segurança do Trabalho	Muzambinho	Presencial	Subsequente
Técnico em Meio Ambiente	Muzambinho	Presencial	Subsequente
Enfermagem em Serviços de Urgência e Emergência	Muzambinho	Presencial	Especialização Técnica
Técnico em Secretariado	Muzambinho	Presencial	Concomitante/Medio-Tec
Técnico em Edificações	Muzambinho	Presencial	Concomitante/ Medio-Tec
Técnico em Confeitaria	Muzambinho	Presencial	Concomitante/ Medio-Tec
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	Muzambinho	Presencial	Concomitante/ Medio-Tec
Técnico em Meio Ambiente	Muzambinho	Presencial	Concomitante/ Medio-Tec

Técnico em Segurança do Trabalho	Muzambinho	Presencial	Concomitante/Medio-Tec
Técnico em Alimentos	Muzambinho	Presencial	PROEJA
Técnico em Edificações	Muzambinho	Presencial	PROEJA
Bacharelado em Engenharia Agrônoma ou Agronomia	Muzambinho	Presencial	Superior
Bacharelado em Ciência da Computação	Muzambinho	Presencial	Superior
Bacharelado em Educação Física	Muzambinho	Presencial	Superior
Bacharelado em Medicina Veterinária	Muzambinho	Presencial	Superior
Licenciatura em Ciências Biológicas	Muzambinho	Presencial	Superior
Programa Especial de Formação Pedagógica Docente (Licenciatura)	Muzambinho	Presencial	Superior
Licenciatura em Educação Física	Muzambinho	Presencial	Superior
Licenciatura em Pedagogia	Muzambinho	A distância	Superior
Tecnologia em Cafeicultura	Muzambinho	Presencial	Superior
Cafeicultura	Muzambinho	Presencial	Pós- Graduação Lactu Sensu
Gestão Pública	Muzambinho	Presencial	Pós- Graduação Lactu Sensu
Educação Infantil	Muzambinho	Presencial	Pós- Graduação Lactu Sensu
Alfabetização e Letramento	Muzambinho	Presencial	Pós- Graduação Lactu Sensu
Gestão Escolar	Muzambinho	Presencial	Pós- Graduação Lactu Sensu
Técnico em Serviços Públicos	Passos	A distância	Subsequente
Técnico em Produção de Modas	Passos	Presencial	Integrado
Técnico em Informática	Passos	Presencial	Integrado
Técnico em Informática	Passos	Presencial	Integrado
Técnico em Comunicação Visual	Passos	Presencial	Integrado
Técnico em Modelagem do Vestuário	Passos	Presencial	Subsequente
Bacharelado em Administração de Empresas	Passos	Presencial	Superiores
Ciência da Computação	Passos	Presencial	Superiores
Licenciatura em Matemática	Passos	Presencial	Superiores
Tecnologia em Design de Moda	Passos	Presencial	Superiores
Tecnologia em Produção Publicitária	Passos	Presencial	Superiores
Enfermagem Oncológica	Passos	Presencial	Pós Graduação Lato Sensu
Urgência e Emergência	Passos	A distância	Pós Graduação Lato Sensu
Mídias e Educação	Passos	A distância	Pós Graduação Lato Sensu
Gestão Estratégica de Negócios	Passos	A distância	Pós Graduação Lato Sensu
Ensino de Humanidades	Passos	A distância	Pós Graduação Lato Sensu
Técnico em Administração	Pouso Alegre	Presencial	Integrado
Técnico em Informática	Pouso Alegre	Presencial	Integrado
Técnico em Administração	Pouso Alegre	Presencial	Subsequente
Técnico em Edificações	Pouso Alegre	Presencial	Subsequente
Técnico em Edificações	Pouso Alegre	Presencial	Integrado
Técnico em Química	Pouso Alegre	Presencial	Subsequente
Técnico em Administração	Pouso Alegre	Presencial	Concomitante
Técnico em Edificações	Pouso Alegre	Presencial	Concomitante
Técnico em Química	Pouso Alegre	Presencial	Concomitante
Técnico em Informática	Pouso Alegre	Presencial	Subsequente
Técnico em Segurança do Trabalho	Pouso Alegre	Presencial	Subsequente
Técnico em Logística	Pouso Alegre	Presencial	Concomitante/Medio-Tec
Técnico em Qualidade	Pouso Alegre	Presencial	Concomitante/Medio-Tec

Técnico em Análises Químicas	Pouso Alegre	Presencial	Concomitante/Medio-Tec
Bacharelado em Engenharia Civil	Pouso Alegre	Presencial	Superiores
Bacharelado em Engenharia Química	Pouso Alegre	Presencial	Superiores
Licenciatura em Matemática	Pouso Alegre	Presencial	Superiores
Licenciatura em Química	Pouso Alegre	Presencial	Superiores
Educação Matemática	Pouso Alegre	Presencial	Pós-Graduação Lato Sensu
Engenharia de Segurança do Trabalho	Pouso Alegre	Presencial	Pós-Graduação Lato Sensu
Técnico em Eletrotécnica	Poços de Caldas	Presencial	Integrado
Técnico em Informática	Poços de Caldas	Presencial	Integrado
Técnico em Administração	Poços de Caldas	Presencial	Subsequente
Técnico em Edificações	Poços de Caldas	Presencial	Subsequente
Técnico em Eletrotécnica	Poços de Caldas	Presencial	Subsequente
Técnico em Informática	Poços de Caldas	Presencial	Concomitante/ Medio-Tec
Engenharia de Computação	Poços de Caldas	Presencial	Superiores
Licenciatura em Ciências Biológicas	Poços de Caldas	Presencial	Superiores
Licenciatura em Geografia	Poços de Caldas	Presencial	Superiores
Tecnologia em Gestão Ambiental	Poços de Caldas	Presencial	Superiores
Tecnologia em Gestão Comercial	Poços de Caldas	Presencial	Superiores
Informática na Educação	Poços de Caldas	Presencial	Pós-Graduação Lato Sensu
Técnico em Alimentos	Carmo de Minas	Presencial	Subsequente
Técnico em Informática	Carmo de Minas	Presencial	Integrado
Técnico em Administração	Carmo de Minas	Presencial	Subsequente
Técnico em Administração	Carmo de Minas	Presencial	Concomitante/Medio-Tec
Técnico em Comércio	Três Corações	Presencial	Subsequente
Técnico em Enfermagem	Três Corações	Presencial	Subsequente
Técnico em Logística	Três Corações	Presencial	Subsequente
Técnico em Mecânica	Três Corações	Presencial	Subsequente
Técnico em Mecânica	Três Corações	Presencial	Integrado
Técnico em Informática	Três Corações	Presencial	Subsequente
Técnico em Segurança do Trabalho	Três Corações	Presencial	Subsequente
Técnico em Administração	Três Corações	Presencial	Subsequente
Técnico em Administração	Três Corações	Presencial	Integrado
Técnico em Mecânica	Três Corações	Presencial	Integrado
Urgência e Emergência	Três Corações	Presencial	Especialização Técnica
Técnico em Informática	Três Corações		Integrado
Técnico em Agronegócio	Três Corações	A distância	Subsequente
Técnico em Agronegócio	Três Corações	AA distância	Médio-tec
Ensino de Ciências Naturais e Matemática	Três Corações	Presencial	Pós-Graduação Lato Sensu
MBA Gestão Estratégica Negócios	Três Corações	Presencial	Pós-Graduação Lato Sensu
Pós-Técnico Urgência e Emergência	Três Corações	Presencial	Pós-Graduação Lato Sensu

ANEXO 1: LEI N. 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.

LEI N. 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.

(Vide Decreto n. 7.022, de 2009)

Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Institutos Federais;

II Universidade Tecnológica Federal do Paraná UTFPR;

III Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFETRJ e de Minas Gerais CEFETMG;

IV Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

IV Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e (Redação dada pela Lei n. 12.677, de 2012)

V Colégio Pedro II. (Incluído pela Lei n. 12.677, de 2012)

Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II e III do caput deste artigo possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II, III e V do caput possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. (Redação dada pela Lei n. 12.677, de 2012)

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

§ 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

§ 3º Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Art. 3º A UTFPR configura-se como universidade especializada, nos termos do parágrafo único do art. 52 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regendo-se pelos princípios, finalidades e objetivos constantes da Lei no 11.184, de 7 de outubro de 2005.

Art. 4º As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais são estabelecimentos de ensino pertencentes à estrutura organizacional das universidades federais, dedicando-se, precipuamente, à oferta de formação profissional técnica de nível médio, em suas respectivas áreas de atuação.

Art. 4ºA. O Colégio Pedro II é instituição federal de ensino, pluricurricular e multicampi, vinculada ao Ministério da Educação e especializada na oferta de educação básica e de licenciaturas. (Incluído pela Lei n. 12.677, de 2012)

Parágrafo único. O Colégio Pedro II é equiparado aos institutos federais para efeito de incidência das disposições que regem a autonomia e a utilização dos instrumentos de gestão do quadro de pessoal e de ações de regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação profissional e superior. (Incluído pela Lei n. 12.677, de 2012)

CAPÍTULO II

DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Seção I

Da Criação dos Institutos Federais

Art. 5º Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

I Instituto Federal do Acre, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Acre;

II Instituto Federal de Alagoas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba;

III Instituto Federal do Amapá, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Amapá;

IV Instituto Federal do Amazonas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira;

V Instituto Federal da Bahia, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia;

VI Instituto Federal Baiano, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim;

VII Instituto Federal de Brasília, mediante transformação da Escola Técnica Federal de Brasília;

VIII Instituto Federal do Ceará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu;

IX Instituto Federal do Espírito Santo, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa;

X Instituto Federal de Goiás, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás;

XI Instituto Federal Goiano, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde e de Urutaí, e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres;

XII Instituto Federal do Maranhão, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras;

XIII Instituto Federal de Minas Gerais, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e de Bambuí, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista;

XIV Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas;

XV Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba e da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena;

XVI Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, de Machado e de Muzambinho;

XVII Instituto Federal do Triângulo Mineiro, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia;

XVIII Instituto Federal de Mato Grosso, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Mato Grosso e de Cuiabá, e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres;

XIX Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, mediante integração da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina;

XX Instituto Federal do Pará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá;

XXI Instituto Federal da Paraíba, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa;

XXII Instituto Federal de Pernambuco, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e das Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, de Belo Jardim e de Vitória de Santo Antão;

XXIII Instituto Federal do Sertão Pernambucano, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina;

XXIV Instituto Federal do Piauí, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí;

XXV Instituto Federal do Paraná, mediante transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná;

XXVI Instituto Federal do Rio de Janeiro, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis;

XXVII Instituto Federal Fluminense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos;

XXVIII Instituto Federal do Rio Grande do Norte, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte;

XXIX Instituto Federal do Rio Grande do Sul, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão;

XXX Instituto Federal Farroupilha, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete;

XXXI Instituto Federal Sul-riograndense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas;

XXXII Instituto Federal de Rondônia, mediante integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;

XXXIII Instituto Federal de Roraima, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima;

XXXIV Instituto Federal de Santa Catarina, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina;

XXXV Instituto Federal Catarinense, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio;

XXXVI Instituto Federal de São Paulo, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo;

XXXVII Instituto Federal de Sergipe, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão; e

XXXVIII Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins.

§ 1o As localidades onde serão constituídas as reitorias dos Institutos Federais constam do Anexo I desta Lei.

§ 2o A unidade de ensino que compõe a estrutura organizacional de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal passa de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de campus da nova instituição.

§ 3o A relação de Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais que passam a integrar os Institutos Federais consta do Anexo II desta Lei.

§ 4o As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais não mencionadas na composição dos Institutos Federais, conforme relação constante do Anexo III desta Lei, poderão, mediante aprovação do Conselho Superior de sua respectiva universidade federal, propor ao Ministério da Educação a adesão ao Instituto Federal que esteja constituído na mesma base territorial.

§ 5o A relação dos campi que integrarão cada um dos Institutos Federais criados nos termos desta Lei será estabelecida em ato do Ministro de Estado da Educação.

§ 6o Os Institutos Federais poderão conceder bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio a alunos, docentes e pesquisadores externos ou de empresas, a

serem regulamentadas por órgão técnico competente do Ministério da Educação. (Incluído pela Lei n. 12.863, de 2013)

Seção II

Das Finalidades e Características dos Institutos Federais

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Seção III

Dos Objetivos dos Institutos Federais

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 8o No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7o desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7o.

§ 1o O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.

§ 2o Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7o desta Lei.

Seção IV

Da Estrutura Organizacional dos Institutos Federais

Art. 9o Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

Art. 10. A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

§ 1o As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal.

§ 2o O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal.

§ 3o O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

§ 4o O estatuto do Instituto Federal disporá sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.

Art. 11. Os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores. (Regulamento)

§ 1o Poderão ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.

§ 1o Poderão ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da Carreira docente ou de cargo efetivo com nível superior da Carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica. (Redação dada pela Lei n. 12.772, de 2012)

§ 2o A reitoria, como órgão de administração central, poderá ser instalada em espaço físico distinto de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que previsto em seu estatuto e aprovado pelo Ministério da Educação.

Art. 12. Os Reitores serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente. (Regulamento)

§ 1o Poderão candidatar-se ao cargo de Reitor os docentes pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que atendam a, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

I possuir o título de doutor; ou

II estar posicionado nas Classes DIV ou DV da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, ou na Classe de Professor Associado da Carreira do Magistério Superior.

§ 2o O mandato de Reitor extingue-se pelo decurso do prazo ou, antes desse prazo, pela aposentadoria, voluntária ou compulsória, pela renúncia e pela destituição ou vacância do cargo.

§ 3o Os Pró-Reitores são nomeados pelo Reitor do Instituto Federal, nos termos da legislação aplicável à nomeação de cargos de direção.

Art. 13. Os campi serão dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo campus, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente. (Regulamento)

§ 1o Poderão candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral do campus os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações:

I preencher os requisitos exigidos para a candidatura ao cargo de Reitor do Instituto Federal;

II possuir o mínimo de 2 (dois) anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição; ou

III ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública.

§ 2o O Ministério da Educação expedirá normas complementares dispendo sobre o reconhecimento, a validação e a oferta regular dos cursos de que trata o inciso III do § 1o deste artigo.

CAPÍTULO IIA

(Incluído pela Lei n. 12.677, de 2012)

DO COLÉGIO PEDRO II

Art. 13A. O Colégio Pedro II terá a mesma estrutura e organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. (Incluído pela Lei n. 12.677, de 2012)

Art. 13B. As unidades escolares que atualmente compõem a estrutura organizacional do Colégio Pedro II passam de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de campi da instituição. (Incluído pela Lei n. 12.677, de 2012)

Parágrafo único. A criação de novos campi fica condicionada à expedição de autorização específica do Ministério da Educação. (Incluído pela Lei n. 12.677, de 2012)

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. O Diretor-Geral de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal nomeado para o cargo de Reitor da nova instituição exercerá esse cargo até o final de seu mandato em curso e em caráter pro tempore, com a incumbência de promover, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a elaboração e encaminhamento ao Ministério da Educação da proposta de estatuto e de plano de desenvolvimento institucional do Instituto Federal, assegurada a participação da comunidade acadêmica na construção dos referidos instrumentos.

§ 1o Os Diretores-Gerais das instituições transformadas em campus de Instituto Federal exercerão, até o final de seu mandato e em caráter pro tempore, o cargo de Diretor-Geral do respectivo campus.

§ 2o Nos campi em processo de implantação, os cargos de Diretor-Geral serão providos em caráter pro tempore, por nomeação do Reitor do Instituto Federal, até que seja possível identificar candidatos que atendam aos requisitos previstos no § 1o do art. 13 desta Lei.

§ 3o O Diretor-Geral nomeado para o cargo de Reitor Pro-Tempore do Instituto Federal, ou de Diretor-Geral Pro-Tempore do Campus, não poderá candidatar-se a um novo mandato, desde que já se encontre no exercício do segundo mandato, em observância ao limite máximo de investidura permitida, que são de 2 (dois) mandatos consecutivos.

Art. 15. A criação de novas instituições federais de educação profissional e tecnológica, bem como a expansão das instituições já existentes, levará em conta o modelo de Instituto Federal, observando ainda os parâmetros e as normas definidas pelo Ministério da Educação.

Art. 16. Ficam redistribuídos para os Institutos Federais criados nos termos desta Lei todos os cargos e funções, ocupados e vagos, pertencentes aos quadros de pessoal das respectivas instituições que os integram.

§ 1o Todos os servidores e funcionários serão mantidos em sua lotação atual, exceto aqueles que forem designados pela administração superior de cada Instituto Federal para integrar o quadro de pessoal da Reitoria.

§ 2o A mudança de lotação de servidores entre diferentes campi de um mesmo Instituto Federal deverá observar o instituto da remoção, nos termos do art. 36 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 17. O patrimônio de cada um dos novos Institutos Federais será constituído:

I pelos bens e direitos que compõem o patrimônio de cada uma das instituições que o integram, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, ao novo ente;

II pelos bens e direitos que vier a adquirir;

III pelas doações ou legados que receber; e

IV por incorporações que resultem de serviços por ele realizado.

Parágrafo único. Os bens e direitos do Instituto Federal serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei.

Art. 18. Os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFETRJ e de Minas Gerais CEFETMG, não inseridos no reordenamento de que trata o art. 5o desta Lei, permanecem como entidades autárquicas vinculadas ao Ministério da Educação, configurando-se como instituições de ensino superior pluricurriculares, especializadas na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica, na forma da legislação.

Art. 19. Os arts. 1o, 2o, 4o e 5o da Lei no 11.740, de 16 de julho de 2008, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1o Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição a instituições federais de educação profissional e tecnológica:

..... ” (NR)

“Art. 2o Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para alocação a instituições federais de educação profissional e tecnológica, os seguintes cargos em comissão e as seguintes funções gratificadas:

I 38 (trinta e oito) cargos de direção CD1;

.....

IV 508 (quinhentos e oito) cargos de direção CD4;

.....

VI 2.139 (duas mil, cento e trinta e nove) Funções Gratificadas FG2.

..... ” (NR)

“Art. 4o Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição a instituições federais de ensino superior, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação, os seguintes cargos:

..... ” (NR)

“Art. 5o Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para alocação a instituições federais de ensino superior, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação, os seguintes Cargos de Direção CD e Funções Gratificadas FG:

..... ” (NR)

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de dezembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

ANEXO 2: UM CÓDIGO DE ÉTICA PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

UM CÓDIGO DE ÉTICA PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

(Aprovado em Assembleia Geral Ordinária em 17 de agosto 2000)

Associação Brasileira de Educação a Distância

Embora instituições de Educação a Distância (EaD) sejam bastante diferentes no tocante a finalidades, tipos de atividade, recursos e tamanho, é válido tentar estabelecer um conjunto de princípios aplicáveis igualmente a todas, garantindo, assim, a possibilidade de um desenvolvimento e de qualidade da EaD no Brasil.

Tais princípios terão, entre outras questões, a função de:

- Oferecer diretrizes às instituições, visando um trabalho contínuo de melhoria da qualidade da EaD;
- Especificar padrões de qualidade que permitam a avaliação de cursos a distância;
- Criar indicadores que possibilitem proteger os interesses dos alunos e consumidores deste tipo de serviços educacionais.

Este Código deve ser atualizado sempre que necessário uma vez que o desenvolvimento de técnicas pedagógicas e avanços tecnológicos apresentam mudanças constantes e que regras e critérios obsoletos não podem se tornar barreiras para o progresso, na área de EaD.

As instituições afiliadas à ABED comprometem-se a respeitar os seguintes princípios:

1. Divulgar para qualquer curso ou programa de estudos a ser implementado, amplamente e com antecedência, um planejamento formal descrevendo detalhadamente: objetivos; conteúdo; critérios de avaliação; natureza dos trabalhos dos alunos; bibliografia básica; cronograma de atividades; tipo de apoio dado ao aluno individualmente; exigências, sempre que for o caso, para um diploma ou certificado e sua validade legal, ou seja, seu reconhecimento oficial e as responsabilidades financeiras de ambas as partes.
2. Usar sempre indivíduos de reconhecida competência e probidade, tanto como autores de cursos e monitores de suporte como em todas aquelas funções que participarão no processo de ensino/aprendizagem e terão contato com os alunos.
3. Firmar com autores, monitores e consultores contratos legais onde estejam claramente definidos os direitos e deveres de ambas as partes.

4. Proteger o direito de liberdade de expressão de professores e alunos, evitando qualquer tipo de censura ideológica, política ou religiosa e criando condições para a manifestação de diversas tendências de opinião social ou científica, assim como, permitir que as equipes pedagógicas tenham plena liberdade de escolher e aplicar as melhores estratégias e formas de dispor conteúdos e utilizar métodos.

5. Procurar assegurar que a estratégia pedagógica usada seja sempre centrada no aluno e em suas necessidades.

6. Divulgar clara e amplamente os critérios estabelecidos para admissão em seus cursos.

7. Acompanhar sistematicamente o progresso de cada aluno usando os recursos de tutoria, apoio didático e aconselhamento, e fazer um trabalho constante de motivação de cada um deles no sentido de que possam completar o programa de estudos com bom aproveitamento.

8. Avaliar continuamente o material didático usado nos programas de estudo e sua adequada aplicação, enfocando os seguintes aspectos:

- conteúdo acadêmico e o seu nível de abordagem;
- adequação aos objetivos metodológicos e pedagógicos propostos;
- adaptação ao perfil dos alunos;
- emprego de uma linguagem adequada aos objetivos e níveis propostos;
- utilização apropriada da(s) mídia(s) escolhida(s);
- possibilidades de acesso democrático ao conhecimento e de atendimento às necessidades especiais dos alunos no que diz respeito às questões de gênero, etnias e classe social.

9. Garantir que toda a informação trabalhada nos cursos e oferecida ao aluno seja a mais atualizada e moderna possível, tanto em relação aos conteúdos tratados quanto à forma pedagógica utilizada.

10. Disponibilizar recursos humanos e infra-estrutura adequados ao tipo e quantidade de alunos matriculados em cada um de seus cursos.

11. Oferecer orientação e treinamento a autores, monitores e consultores, no tocante às especificidades da ação pedagógica em EaD, assim como nas suas características operacionais, de forma a garantir sempre a melhor qualidade possível de seus trabalhos.

12. Garantir a devolução rápida de material remetido pelo aluno para fins de correção e avaliação, realizando todas as rotinas administrativas com transparência, presteza e

justiça e, sempre que possível, envolvendo alunos e equipe institucional interessada no processo.

13.Ser capaz de justificar a escolha da mídia a ser usada nos cursos e nos materiais didáticos, tendo sempre como pano de fundo a proposta pedagógica e as metas didáticas pretendidas, assim como, as necessidades, qualificações e possibilidades dos alunos.

14.Estar sempre atento à possibilidade de uso de novas estratégias pedagógicas em seus cursos, mas com a precaução de que os alunos sejam sempre previamente informados e não corram qualquer risco de ter sua aprendizagem prejudicada.

15.Manter uma política de pesquisa científica constante e promover sua divulgação em círculos academicamente respeitados no que diz respeito a resultados, no tocante ao aproveitamento acadêmico dos alunos, às estratégias didáticas usadas pela equipe pedagógica, às mídias escolhidas e ao mercado de trabalho na comunidade.

16.Preservar o direito a privacidade dos alunos e da equipe pedagógica, não repassando a terceiro tipo de informação sobre suas vidas pessoais.

17. Diferenciar, de forma facilmente identificável, material pedagógico de material publicitário e de “merchandising”.

18.Não usar, em hipótese alguma, como parte de seu material pedagógico ou promocional, conteúdos textuais, imagéticos ou sonoros sem que tenha obtido, da maneira legalmente definida, a devida autorização dos detentores dos seus direitos autorais, ou então, que tenha clara evidência de que sejam do domínio público.

19.Evitar a apresentação, tanto em material pedagógico quanto em material de divulgação, de qualquer tipo de informação eletronicamente alterada e que propositadamente induza o aluno ao erro. Para não configurar dolo, é recomendado que sejam colocadas legendas do tipo “Simulação”, “Imagem Digitalmente Reconstruída”, ou “Informação Digitalmente Alterada”.

20.Seguir critérios rígidos de honestidade e transparência nos seus anúncios técnicos de vendas, evitando qualquer tipo de exagero ou representação fraudulenta.

21.Comprometer-se a sempre respeitar a legislação vigente.

22.Comprometer-se a usar a Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED, como privilegiado para a discussão de eventuais práticas ou atos que possam, por sua natureza, ser considerados contrários a este Código de Ética ou aos interesses da EaD como estratégia educacional.

23.As Instituições que formalmente aderirem a este Código de Ética, terão os seus nomes listados em todas as publicações da ABED como sendo “Em Conformidade com o

Código”, e receberão autorização da ABED para anunciar este fato de divulgação dos seus cursos. Tais procedimentos serão considerados sem efeito no caso de Instituições que comprovadamente se desviarem dos princípios deste Código.